UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS Instituto de Filosofia, Sociologia e Política Programa de Pós-graduação em Sociologia



Dissertação

PROSTITUIÇÃO E SUBVERSÃO: notas para repensar o desvio e as sexualidades desviantes

Leandro Barcelos de Lima

Leandro Barcelos de Lima

Prostituição e subversão: notas para repensar o desvio e as sexualidades desviantes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Lorena Almeida Gill

Coorientador: Prof. Dr. Fernando de Figueiredo Balieiro

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas Catalogação na Publicação

L732p Lima, Leandro Barcelos de

Prostituição e subversão: notas para repensar o desvio e as sexualidades desviantes / Leandro Barcelos de Lima; Lorena Almeida Gill, orientadora; Fernando de Figueiredo Balieiro, coorientador. — Pelotas, 2016. 157 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2016.

1. Desvio social. 2. Estigma. 3. Sexualidade desviante. 4. Prostituição. 5. Ressignificação. I. Gill, Lorena Almeida, orient. II. Balieiro, Fernando de Figueiredo, coorient. III. Título.

CDD: 305

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

Leandro Barcelos de Lima

PROSTITUIÇÃO E SUBVERSÃO: notas para repensa	r o desvi	o e as	sexualidad	les
desviantes				

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-graduação em Sociologia, vinculado ao Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 16 de maio de 2016.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Lorena Almeida Gill (Orientadora)

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Flávia Maria Silva Rieth

Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof. Dr. William Héctor Gómez Soto

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.^a Dr.^a Denise Marcos Bussoletti

Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Agradecimentos

Agradeço à força superior que, independente do nome que receba, sempre age para fazer com que tudo, no tempo certo, aconteça. Obrigado por nunca me desamparar.

À Carolina, por todo amor, paciência, segurança, incentivo e carinho durante quase uma década.

Ao meu querido irmão Ricardo (cacaio), de quem, em razão não apenas da distância, a cada dia sinto mais saudades.

À memória da minha querida tia Vera Regina (*In memoriam*), por sempre ter desejado o melhor para mim, que a senhora esteja em um lugar muito melhor hoje.

Aos meus colegas do Mestrado em Sociologia, em especial, Ana, Rubens, Fabrício, Marcelo, Natalia, Pedro, Tiago e Valdir (manoval) pela parceria e interesse na minha pesquisa.

A gradeço a todos os amigos que fiz durante minha curta passagem pela Universidade Federal de Pelotas, em espacial, Fábio Elste, Anne Brandalise, Daniel Aquini, Flávia Duarte, Jordana Pieper, Paulo Ienczak e Thiago Cedrez.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Sociologia, em especial, aos professores Sérgio Barcellos, Elaine Leite, Pedro Roberts, Marcus Spolle e William Soto pela simpatia que sempre me ofereceram.

Ao meu coorientador professor Doutor Fernando de Figueiredo Balieiro, por ter colaborado de maneira fundamental para o desenvolvimento teórico dessa pesquisa, porém, o resultado final é de minha única responsabilidade.

Agradeço ao meu amigo e colega Doutor Itamaragiba Chaves Xavier, por ter dito, há alguns anos, que era possível fazer este mestrado.

Agradeço à Preta Moraes, pelo interesse, preocupação e incentivo irrestrito para com essa pesquisa.

Agradeço às professoras Denise Bussoletti e Flávia Rieth pelas excelentes dicas e contribuições para essa pesquisa durante a banca de defesa.

Aos meus amigos e colegas da Brigada Militar de Cristal, em especial, às palavras de apoio e incentivo da Tainã Madruga, Franciane Victória e Júlio Mendes.

A gradeço ao importante apoio material concedido, durante todo o período do curso, pela Câmara Municipal de Vereadores de Cristal, em especial, à secretária e querida amiga Marivani Almeida.

Agradeço a todos os sujeitos que, dia após dia, fazem da prostituição uma forma de resistência contra todas as formas de violência física e simbólica.

Com muita gratidão, agradeço às meninas da praça do chafariz, Cristiane, Suzana, Nika, Marisa, Samanta e Lorena, por terem, de forma tão generosa, compartilhado suas experiências comigo.

Um agradecimento especial para minha querida Orientadora Professora Doutora Lorena Almeida Gill, ser humano de uma generosidade e simpatia imensas. Muito obrigado por todo apoio, paciência e conselhos.

Existem momentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir (Michel Foucault, 1984).

Entramos num tempo em que as minorias do mundo começam a se organizar contra os poderes que lhes dominam e contra todas as ortodoxias (Félix Guattari, 1973).

Inadvertidamente, muitos chegam a tomar a configuração mais recente do homem, tal como surgiu sob a pressão de certas religiões e mesmo de certos eventos políticos, como a forma fixa de que se deve partir (Friedrich Nietzsche, 1878).

RESUMO

LIMA, Leandro Barcelos de. **Prostituição e subversão**: notas para repensar o desvio e as sexualidades desviantes. 2016. 157f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2016.

A análise do desvio social e dos efeitos do estigma, tem se constituído como uma ferramenta teórica de importância singular para se compreender a dinâmica social contemporânea, sobretudo, no que diz respeito às formas como o poder é mobilizado para, através da imposição de símbolos, rótulos e identidades, atestar a normalidade do sujeito ou, ao contrário, denunciar sua patologia. Em geral, o argumento é de que há, em todos os sujeitos rotulados como anormais, uma essência, uma natureza intrínseca que os motiva a cometerem ações ou omissões que deturpam as normas e códigos implicados no regramento social. Essa tese tem ainda mais força quando se refere à sexualidade da população. Desde o final do século XVIII, com a emergência da biopolítica e seus mecanismos de normalização, a análise das condutas sexuais dos indivíduos, submetidas aos discursos da Scientia sexualis e seus padrões compulsoriamente construídos e instituídos como legítimos, se configura como principal mecanismo garantidor de inteligibilidade social e política nas sociedades. Tendo como pano de fundo esse quadro rígido, essa pesquisa procurou oferecer subsídios teóricos a práticos para que o desvio social e as sexualidades desviantes fossem, à luz da analítica do poder de Michel Foucault. repensados e ressignificados. Primeiramente, a análise teórica mostrou as fragilidades e lacunas implicadas no conceito de desvio, bem como a contingência e precariedade da matriz sexual hegemônica que, a todo instante, defendem o corpo como receptáculo de moral e verdades universais. Na sequência, a pesquisa empírica, realizada com mulheres que se prostituem, reiterou a crítica iniciada na análise teórica e, desta forma, demonstrou, através da análise dessa categoria socialmente estigmatizada, a arbitrariedade associada a qualquer sistema que, baseado num modelo de sexualidade rígido e pré-determinado, tente hierarquizar condutas sexuais e formas de se buscar o prazer.

Palavras-chave: desvio social; estigma; sexualidade desviante; prostituição; ressignificação.

ABSTRACTS

LIMA, Leandro Barcelos de. **Prostitution and subversion**: notes for rethink the deviance and the devious sexualities. 2016. 157f. Dissertation (Master Degree in Sociology) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas/RS, 2016.

The analysis of social deviance and stigma effects, is constituted as an important theoretical tool to understand contemporary social dynamics, especially with regard to the ways in which power is mobilized to attest to normality of the people and report your abnormality. In general, the argument is that there is in all the people labeled as abnormal, an intrinsic nature that motivates them to commit actions that distort the rules and codes involved in social stability. This argument is even stronger when it comes to sexuality of the population. Since the late eighteenth century, with the emergence of biopolitics and its standardization mechanisms, analysis of sexual behavior of individuals in reference to the speeches of Scientia sexualis and his standards established as legitimate, it became the main mechanism responsible for ensuring social intelligibility and political societies. With reference to this rigid framework, this research sought to provide practical the theoretical basis for the social deviance and deviant sexualities were rethought and interpreted for analytics power of Foucault. First, the theoretical analysis showed the weaknesses and gaps involved in the concept of deviation, as well as contingency and precariousness of hegemonic sexual matrix, which defend the body as a receptacle of the moral and universal truths. Soon after, empirical research conducted with prostitutes, reaffirmed the critical initiated in the theoretical analysis and showed the arbitrariness of any system that, through a sexuality model supported by an essentialist paradigm, try to rank, with good or bad, the sexual behaviors and ways to seek pleasure

Key-words: social deviance; stigma; devious sexualities; prostitution; resignification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I	
Da estrutura ao contexto: a construção social do desvio na literatura sociológica Durkheim e o indivíduo anômico: a gênese do desvio social O desvio na concepção funcionalista de Robert Merton: o efeito da estrutura imperfeit O interacionismo simbólico e a subjetividade na análise do desvio	25 a28 33
CAPÍTULO II	
A sexualidade como mecanismo de produção da normalidade e do desvio social Poder, biopolítica e a construção do corpo desviante	58 59 62
CAPÍTULO III	
Prostituição, desvio e subversão de identidade	8399110114123127131
CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS	149

INTRODUÇÃO

Enquanto servidor da segurança pública, sempre questionei a maneira como certas categorias eram identificadas como diferentes ou mesmo marginalizadas pela sociedade, sobretudo, quando seus atos não estavam em flagrante desacordo com a legislação, mas, apenas contestando a normatividade da moral e da ética vigentes. Logo, moralidade e eticidade, como parâmetros para rotulação social, sempre me pareceram precárias e insuficientes para determinar a identidade dos sujeitos e categorias que, contrariando o *status quo* vigente, lutavam por autonomia política e direito à representação.

Pesquisar a delinquência, o desvio social e a imoralidade sexual, tendo como pressuposto teórico a analítica do poder, me levou a compreender que o objetivo de qualquer discurso que se paute pela hegemonia não é outro se não sustentar ideais próprios de uma categoria, ou seja, verdades construídas sob uma ótica particular e, desta forma, garantir a manutenção da dissimetria social e política, em especial, no que concerne à dicotomia entre normalidade e patologia. Assim, o que motivou o desenvolvimento dessa pesquisa, foi minha incredulidade para com a legitimidade dos mecanismos dominantes implicados na produção, classificação e elisão desses sujeitos, ou melhor, desses corpos 'indesejáveis'.

Sendo assim, a proposta dessa dissertação é buscar uma forma alternativa para se conceituar e compreender esses homens e mulheres excluídos e silenciados pelos discursos hegemônicos. Todavia, é preciso, antes, compreender como o desvio se tornou um objeto de disputas políticas e em que campo essa disputa se torna mais acirrada, para só assim termos subsídios teóricos e práticos para pensar um projeto subversivo que possa, de forma factível, conduzir à desconstrução do paradigma vigente.

A análise do desvio social, das condutas humanas ditas irregulares, contraditórias e perturbadoras, tem suscitado acaloradas discussões e debates desde as primeiras décadas do século passado, quando, no campo das ciências humanas, o *modus vivendi* da elite social e política passou a ser contestado como referencial seguro para discernir o certo do errado e vice-versa. Em geral, duas correntes se mobilizaram em torno da problemática: de um lado, há aqueles que defendem a essencialidade de toda ação e omissão como um traço imanente da personalidade humana; do outro, os que buscam, na interpretação crítica do

contexto onde se desenrolou o evento, uma alternativa que considere aspectos políticos e culturais para explicar determinada conduta sem ter que atribuir-lhe uma origem obscura, como proposto pela corrente estruturalista¹, situada no âmago do sujeito. Portanto, essencialistas e construtivistas, natureza e cultura. Duas correntes, um dualismo e duas questões distintas: não é evidente o que é certo e o que é errado? Mas, afinal, o que é certo e o que é errado?

Se desde o século XVIII o paradigma essencialista foi hegemônico quando o objetivo era explicar as ações ou omissões dos sujeitos, com a emergência da segunda metade do século XX e os movimentos em prol do reconhecimento da alteridade de grupos oprimidos, a defesa de uma natureza por trás de atos rotulados como desviantes se tornou cada vez mais incoerente diante das novas dinâmicas sociais. Como consequência, deu-se a fragmentação e enfraquecimento dos discursos que defendem a estabilidade do sujeito universal e sua identidade como imperativos para representação política. Nesse sentido, pensar a normalidade e a patologia social, desvinculando-os dos contextos sociopolíticos onde são construídos e celebrados, tornou-se um exercício estéril que, camuflando as estratégias de poder implicadas nesse processo, tem como único objetivo a manutenção de discursos etnocêntricos e ortodoxos que, proclamando a unidade democrática e a defesa das liberdades individuais, reificam junto à sociedade as desigualdades e diferenças como símbolos de anormalidade.

Contudo, se o arquétipo essencialista, suas normas e discursos declinaram e entraram em colapso no decorrer do último século, não foi sem razão ou de maneira acidental. Como defendeu George Canguilhem (2009), os próprios questionamentos individuais, o descontentamento popular e as reivindicações coletivas que, cada qual à sua maneira, buscavam o reconhecimento identitário às formas marginais e precárias de existência, foram os principais mecanismos que incitaram as mudanças que levaram à instabilidade da norma hegemônica e, consequentemente, à desestabilização do sujeito cartesiano.

Nesse contexto de ideias efêmeras e frágeis, que caracteriza a modernidade tardia, o paradigma positivista da delinquência etiológica de Cesare Lombroso e Enrico Ferri se esvaziou quase completamente. Um modelo rígido para explicar as condutas humanas já não se sustenta e nem seduz como antes. Não se pergunta

¹ Conforme Michel Lallement (2012, p. 157).

mais, ou talvez se pergunte cada vez menos, se alguém nasce com uma mente criminosa, com propensão para alcoolismo, para o consumo de entorpecentes ou, como quis Krafft-Ebing², tendência à imoralidade e perversão sexual. Portanto, o desvio e a imoralidade, definitivamente, foram compreendidos como produtos externos aos indivíduos ou, como defendeu Becker (2008), criações arbitrárias da sociedade.

Em razão disso, hoje, mais do que nunca, é na arena das estratégias e decisões políticas onde são buscadas as respostas, não apenas para os dramas individuais e coletivos dos sujeitos que não se enquadram às normas e estão à mercê do preconceito e estigma social; no jogo político, a própria norma, sua autonomia e poder, se tornou objeto de contestação. Como denunciou Canguilhem (2009, p. 93), "o normal", no cenário que ora começa a cindir, "é o efeito obtido pela execução do projeto normativo, é a norma manifestada no fato". Desta forma, rompendo com o paradigma hegemônico, é pela análise das desigualdades e suas influências sobre as ações dos indivíduos, que se procura compreender os desiguais e não o contrário.

Todavia, se as tradições e verdades sobre o sujeito, sua identidade e ações, antes fatos absolutos e indiscutíveis, foram contestadas e se fragmentaram, não foi sem resistência e tão pouco significa que foram completamente aniquiladas frente às reivindicações pelo fim das ortodoxias. A própria discussão a respeito de um sujeito centrado ou destronado ainda é um fardo polêmico para as ciências humanas contemporâneas. Segundo Stuart Hall (2014, p. 9), "a opinião dentro da comunidade sociológica está ainda profundamente dividida quanto a esses assuntos. As tendências são demasiadamente recentes ambíguas".

O receio em adotar uma posição, no entanto, é justificado. Em razão do processo de subjetivação se dar de forma ininterrupta nas sociedades modernas, constantemente nos deparamos com tentativas e investidas para reinscrever o corpo como um receptáculo de ética, moral e verdades universais. Como alertou Damásio Abib (2008, p. 419), "o essencialismo, essa invenção grega, não está morto". Portanto, acreditar que o projeto do sujeito universal está encerrado, não é mais que um erro. De acordo com Louro (2015, p. 32), "atualmente, renovam-se os apelos conservadores, buscando formas novas, sedutoras e eficientes de interpelar os

² Segundo Jeffrey Weeks (2015, p. 39).

sujeitos (especialmente a juventude) e engajá-los ativamente na recuperação de valores e de práticas tradicionais".

Esses apelos pela recuperação ou manutenção das tradições, contudo, são ainda mais contundentes quando se referem a manter a sexualidade da população no domínio 'seguro e confiável' da natureza. Conforme Terto Júnior (1999, p. 30), "a tradição essencialista pensa a sexualidade como determinada por fatores biológicos e invariantes", ou seja, "uma entidade estável, contínua, coesa e universal".

É nesse aspecto particular dos indivíduos, que as manobras e táticas de poder têm sido aplicadas com mais acuidade e importância, principalmente, por instituições consagradas que arrogam para si o dever de proteger os 'bons costumes' da burguesia ascética, frente às 'aberrações' e 'despropósitos sexuais' que se multiplicaram nos últimos dois séculos quando da ascensão da *Scientia Sexualis* e seus desdobramentos no Ocidente.

Essa situação se evidencia pela forma como os sujeitos que possuem ou exercem uma sexualidade dita irregular são rotulados e tratados pela sociedade. Além do mais, como estamos todos, como sugeriu Butler (2003), submetidos à influência dos discursos que sustentam os regimes de verdade na sociedade – o que acaba moldando, de uma forma ou de outra, nossa subjetividade –, esse mecanismo de estigmatização e rotulação não se restringem às esferas institucionais dos Estados. As próprias ações oriundas do senso comum, segundo Swain (2011), reificam a normalidade e a patologia sexual, como se a sexualidade e as possibilidades de prazer fossem códigos inscritos nos corpos dos sujeitos.

Contudo, dentre as sexualidades rotuladas como desviantes, algumas, por estarem intrinsecamente associadas a outros delitos e práticas moralmente condenáveis, assumem, e não somente no imaginário popular, um caráter eminentemente perigoso e hostil para os demais membros da sociedade, desta maneira, tornaram-se alvos sistemáticos de controle e normalização.

Nesse contexto, a prostituição urbana e seus desdobramentos, enquanto sexualidades marginalizadas, se destacam como uma das principais atividades a serem controladas, vigiadas e combatidas, principalmente, depois que, dentro das novas formas de governamentalidade, os Estados modernos adotaram os discursos biopolíticos como estratégias de ação.

Porém, a suposição de que essa prática está associada a outras formas de delinquência e desvio não é recente. Como defendeu Teixeira (2015, p. 70), desde

as primeiras décadas do século passado, a prostituição, "ou ainda o conjunto de atividades que a partir dela se estabeleciam", se configurou como sendo "a economia criminal urbana por excelência no contexto da cidade", pois, "das casas de meretrício que se multiplicavam nos centros urbanos, fervilhavam condutas tipicamente criminais como o lenocínio, o punguismo, o estelionato e, mais tarde, o tráfico de drogas, além dos modos de vida e a sociabilidade da boêmia, o jogo, a vadiagem", aspectos que contribuíram para a guetização e estigmatização dessa atividade até os dias atuais.

Corroborando essa ideia, a historiadora Margareth Rago (1985) afirma que, mesmo com uma série de mudanças culturais em curso, poucas são as atividades sexuais que, nas sociedades contemporâneas, despertam tantos antagonismos e críticas violentas como a prostituição e seus correlatos. As mulheres que se dedicam a essa atividade, em geral, são identificadas, e não apenas pelo senso comum, como sendo mulheres de má vida, meretrizes insubmissas, insignificantes, seres impuros, doentes, imorais, bandidas (RAGO, 1985).

No entanto, esse fenômeno de rebaixamento social descrito por Rago não é novo em suas consequências. O preconceito contra essa atividade perfaz a sociedade e suas instituições já há muito tempo. Nesse sentido, eis o que se dizia e o que ainda é possível ouvir sobre a prostituição:

Disseminada pelas ruas da cidade, exibindo a obscenidade e a depravação, a prostituição pública é concebida, em si, como um atentado à moralidade pública. O perigo apresentado às famílias dignas e honestas é associado, explicitamente, ao caráter mais público ou mais aparente das 'cenas abjetas' da prostituição³.

Todos os dias é essa gente nojenta ai na volta da casa, principalmente, ali na esquina do mercado. Se a gente tem que sair ainda na madrugada ou chegar, tem que ter muito cuidado pra não dar de cara com gente dessa laia, e a prefeitura e a Brigada não fazem nada pra tirar elas dai. Isso é uma vergonha pra gente que trabalha e é direito. Porque essa gente não vai trabalhar? É que dar o rabo deve ser mais fácil⁴.

⁴ José Agripino Santini, 52 anos, morador e comerciante da Rua Tiradentes, no centro de Pelotas/RS, região conhecida por ser um dos principais locais de prostituição na cidade. Depoimento colhido em 04/03/2016.

16

³ Concepção comum dada à prostituição no final do século XIX e início do XX no Brasil por médicos e psiquiatras. In: ENGEL, Magali. **Meretrizes e Doutores**: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 88, grifo da autora.

Mais de um século separa, respectivamente, o discurso médico-psiquiátrico, do final do século XIX e início do XX, a respeito da prostituição e o depoimento do homem que se vê acuado e constrangido por essa 'gente' e cobra providências das autoridades locais quanto ao fim da prostituição próxima a sua residência. Portanto, a imagem da mulher prostituta, vinculada ao desvio e imoralidade social, sem generalizar os argumentos acima expostos, parece ter cruzado o século XX quase imune aos efeitos da ressignificação do paradigma hegemônico que, frente às novas dinâmicas sociais, alçaram uma miríade de sexualidades periféricas à aceitação social e ao reconhecimento político.

No entanto, pelo que foi o exposto, não queremos afirmar que a prostituição representa, para todos os membros da sociedade e suas instituições, uma atividade marginal e que tão pouco é a única sexualidade rotulada como desviante a ser fustigada pelos mecanismos de normalização. O fato é que negociar o corpo e o prazer vai de encontro a uma série de preceitos morais que estão profundamente enraizados na cultura popular. Para os setores mais ortodoxos e tradicionais da sociedade, a mulher prostituta, não raro, é acusada de deturpar as dicotomias público/privado, monogamia/poligamia, prazer/reprodução, amor/contrato, tão caras à manutenção dos 'bons costumes'.

Essa situação leva, inevitavelmente, a alguns questionamentos: por que, mesmo após tantas mudanças, inclusive na própria maneira de se conceber a prostituição e a comercialização do sexo, essa atividade continua a ser tratada por boa parte da sociedade como um desvio social que marca, excluí e estigmatiza seus praticantes? Seria o desvio, quando vinculado às sexualidades anormais, derivado de estruturas subjacentes, incorporadas no âmago dos sujeitos? Por que a sexualidade, em suas múltiplas manifestações, se estabeleceu, nas sociedades modernas, como principal mecanismo social e político para definir o que é certo e o que é errado, bem como para identificar quem são os normais e os desviantes? É possível um novo discurso frente ao paradigma etiológico e suas considerações sobre crime e imoralidade? Que estratégias podem ser mobilizadas para repensar o desvio e as sexualidades desviantes?

Sem ter a ambição de formar novas ortodoxias ou mesmo encerrar o debate, essa pesquisa tem como objetivo principal responder a essas questões que tanto têm inflamado os debates contemporâneos sobre o desvio e a sexualidade. De maneira específica, interessa-nos analisar, como e por que o poder foi mobilizado na

construção e naturalização de discursos essencialistas sobre o sujeito, o desvio e o sexo; que ambiente sociopolítico possibilitou a implantação dos dispositivos de sexualidade e seus mecanismos de normalização; quais os efeitos e como a norma age na produção de corpos normais e patológicos; que alternativas há para repensar e ressignificar os discursos sobre o desvio e as sexualidades desviantes.

Nossa hipótese, é que o desvio e as sexualidades desviantes, enquanto categorias construídas na interação social, estão inseridas numa economia política singular, onde a lógica se assenta na essencialidade do desejo, da ética e da moral. Para tanto, estratégias de poder são mobilizadas com o objetivo de subjugar certas condutas e identidades frente a um padrão, compulsoriamente, instituído como ideal e legítimo e, desta forma, garantir a manutenção de regimes de verdade pelo viés da negação e exclusão daqueles corpos e ações que se apresentam como diferentes ou mesmo indiferentes à norma.

Para dar conta das questões propostas, o texto que segue, está estruturado em três capítulos:

No capítulo 1, o objetivo é apresentar, desde a obra de Émile Durkheim, passando pelos trabalhos dos interacionistas até a ascensão da teoria da rotulação social, uma análise histórica e crítica da construção do desvio na literatura sociológica como forma de denunciar a arbitrariedade e inconstância desse conceito para explicar as ações dos sujeitos; além de analisar porque, nas sociedades modernas, a normalidade e a patologia são características que estão cada vez mais relacionadas à sexualidade da população e quais são as consequências desse fenômeno.

No capítulo 2, a sexualidade da população, enquanto mecanismo garantidor de inteligibilidade social, é a temática principal; exploramos como os discursos hegemônicos se incumbiram de construir uma matriz sexual que se converteu em um referencial básico para orientar a forma como as sexualidades devem ser exercidas se os sujeitos almejam reconhecimento político; também são discutidos os efeitos da norma sobre os corpos que não se enquadram ao padrão dominante; encerramos propondo, como forma alternativa para repensar a anormalidade, o corpo e o prazer, desvinculando-os de um paradigma essencialista, a análise da prostituição por se configurar como caso singular entre as sexualidades rotuladas como desviantes.

No capítulo 3, será analisado, num primeiro momento, quais os fenômenos sociais e políticos que provocaram a transição da prostituição de uma prática sagrada, vinculada à vida e a terra, à posição de atividade marginalizada, capaz de degradar a mente e o corpo dos sujeitos, chegando até sua definitiva cooptação pelos mecanismos regulatórios da biopolítica; num segundo momento, a prostituição é objeto de análise empírica, onde se procura descortinar ideias comuns que vinculam essa categoria à imoralidade e à delinquência, bem como contestar o argumento essencialista que tenta atribuir aos indivíduos submetidos a essa atividade uma natureza imoral latente.

CAPÍTULO I – DA ESTRUTURA AO CONTEXTO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO DESVIO NA LITERATURA SOCIOLÓGICA

"nos perderemos entre monstros da nossa própria criação" (Renato Russo)

Segundo um dos mais caros ideais positivistas, viver em sociedade implica se submeter a regras e normas. Ao se analisar a forma como o Direito e as sanções normativas são aplicadas cotidianamente, fica evidente que esse pensamento, de Auguste Comte à Raul Pompéia, não perdeu fôlego. De maneira quase invariável, o convívio social faz surgir, inconscientemente nos indivíduos envolvidos nesse processo, expectativas quanto ao comportamento ideal que deve ser seguido por cada membro da sociedade, independente de sua posição social, filiação política, gênero ou mesmo etnia. Essa característica, com a ascensão da razão cartesiana, se tornou preponderante, em especial, junto àqueles grupos – ainda em maioria na sociedade – que defendem a existência de uma essência transcendental, uma estrutura subjacente que, de maneira oculta, manipula, orienta e influencia a constituição moral e subjetiva dos sujeitos, garantindo, desta forma, a manutenção do *status quo*, compulsoriamente, instituído como ideal, legítimo e, sobretudo, ahistórico. Assim, o essencialismo, enquanto paradigma das sociedades modernas é, conforme nos alerta Weeks (2015, p. 43):

O ponto de vista que tenta explicar as propriedades de um todo complexo por referência a uma suposta verdade ou essência interior e universal. Essa abordagem reduz a complexidade do mundo à suposta simplicidade imaginada de suas partes constituintes e procura explicar os indivíduos como produtos automáticos de impulsos internos.

Nessa conjuntura, que tem como característica a normalização de condutas e que adquiriu, nos últimos três séculos, forma e substância através de discursos⁵ específicos direcionados ao enquadramento dos corpos, todos julgam saber o que deve ser feito e o que deve ser evitado, o que é 'certo' e, pelo contrário, o que é

significativas. O social, portanto, é um sinal significativo, hermenêutico. Não aparece como algo a ser simplesmente desvendado, desvelado, mas compreendido, a partir de sua miríade de formas, das várias possibilidades de se alcançar múltiplas verdades, note-se, sempre contingentes e precárias".

⁵ O discurso, segundo Mendonça e Rodrigues (2008, p. 27), "não deve ser aqui entendido como um simples reflexo de conjunto de textos. Discurso é uma categoria que une palavras e ações que tem natureza material e não mental e/ou ideal. Discurso é prática – daí a ideia de prática discursiva – uma vez que quaisquer ações empreendidas por sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas. O social, portanto, é um sinal significativo, hermenêutico. Não aparece como algo a ser

'errado' para não correr o risco de ser rotulado como um anormal, um desviante social e, assim, sofrer todas as consequências que o estigma acarreta àqueles que não se enquadram às normas. No entanto, ao agirem de acordo com as regras e códigos preestabelecidos, os agentes não apenas confirmam sua normalidade, mas, principalmente, evitam rupturas no consenso social e, desta maneira, contribuem, muitas vezes à revelia, para o fortalecimento e expansão da ética e da moral vigente.

No entanto, como os eventos de contestação sociais ocorridos, em especial, no século XX têm demostrado, nem todos os indivíduos ou grupos compartilham das mesmas ideias e padrões que ratificam e disseminam os discursos que subjazem às regras morais e os códigos jurídicos das sociedades normalizadoras. Alguns agentes impõem resistência, combatem de variadas maneiras e, por uma série de motivos relacionados à manutenção de tradições ou à defesa de sua agência, insistem em não adotar as práticas e normas estabelecidas como padrão, apesar de terem pleno conhecimento que, ao agirem desta forma, serão, potencialmente, vítimas de retaliação e opressão social, correndo o risco, inclusive, de terem seu *status* identitário negado.

Desta forma, é pela imposição da norma e da regra, seguido pela aceitação, contestação ou recusa em aderir à *doxa*, que a sociedade contemporânea – fortemente submetida a um paradigma essencialista, que procura atribuir aos sujeitos uma estrutura rígida e fixa quanto à constituição de sua subjetividade – faz a distinção entre o indivíduo sadio e o patológico, entre o normal e o desviante. Contudo, essa diferenciação binária entre certo/errado, normal/anormal não é tão simples e objetiva como impõe o discurso hegemônico. Segundo Miskolci (2003), para ser coerente com a análise das estratégias de poder que fazem dos discursos peças arbitrárias no jogo social, é impreterível, no que se refere à análise do desvio e da normalidade social:

Começar nossas reflexões com duas perguntas que à primeira vista parecem provocações: O que é normal? O que é desvio? A resposta a estas duas questões intercambiáveis não pode ser encontrada nas ciências naturais. O que se qualifica de normal não é um dado natural e, portanto, evidente, antes o resultado de discursos e práticas sociais (p. 109).

Desta forma, o desvio, enquanto mecanismo implicado na construção de identidades, não deve ser encarado como um simples fenômeno social ou mesmo

uma imposição sem razão, vaga e desprovida de sentido, que seria a consequência direta e imprevista de um ato ou omissão praticada por uma coletividade ou um agente solitário que se nega a seguir regras sociais. Para Becker (2014), o desvio deve ser encarrado, antes de tudo, como parte de um jogo, ou seja, o resultado da atividade conjunta entre o ator que executa determinada ação e as pessoas que, de uma forma ou de outra, irão responderam a essa atividade atribuindo um valor negativo e depreciativo, portanto, rotulando-o como desviante em razão de um contexto singular. Sendo assim, quando aplicado, ele qualifica, caracteriza e marca simbolicamente de forma degradante o sujeito que, em cada cenário específico onde a norma é imposta como padrão a ser seguido, se mostra indiferente ou contrário ao status sociopolítico vigente.

Destarte, esse mecanismo não é autônomo, não funciona por si só como um fenômeno oriundo da natureza. Para que haja o desvio, antes, porém, é necessário que se institua a norma, a regra e que, no decorrer da interação social, estes códigos de regramento de condutas sejam violados no todo ou em parte. Ou seja, a existência de um, está diretamente relacionada à criação e imposição de outro. Assim, não há uma essência, uma natureza imutável por trás do ato desviante sem que este possa ser associado a mecanismos de normalização e controle social. Logo, norma e desvio têm uma relação mútua e necessária. Essa conclusão, nos leva, imediatamente, a formular os seguintes questionamentos: quais as origens da norma e do código? Como se constituiu esse instrumento de controle, regulação e enquadramento?

O controle social via estratégias de normalização, não é um processo recente como muitas vezes somos levados a crer por imposição do senso comum, que vê, por exemplo, no encarceramento maciço de criminosos no século XX ou, no mesmo período, na medicalização e internação compulsória do 'homem patológico' a origem desse fenômeno que hoje, segundo defendeu Deleuze (1994), se encontra disseminada em toda sociedade na forma de um controle ininterrupto e sufocante.

Michel Foucault, em suas análises sobre o processo de massificação do controle social, postula que a normalização dos corpos, ou o estabelecimento do biopoder, se consolidou de forma progressiva a partir da segunda metade do século XVIII, quando a ascendente burguesia europeia, a fim de preservar e expandir seus empreendimentos econômico-industriais impôs, inicialmente, o controle disciplinar sobre o corpo do indivíduo e, posteriormente, expandindo seu domínio sobre a

coletividade, através de uma biopolítica aplicada à regulação da população para, desta forma, controlar aspectos próprios dessa categoria como saúde, higiene, natalidade e mortalidade. Como defendeu o próprio Foucault (1999), o investimento sobre o corpo vivo, sua valorização e a gestão distributiva de suas forças foram indispensáveis para, naquele momento, instituir a norma como pilar fundamental das sociedades modernas. Desta forma, uma sociedade normalizadora, ainda segundo Foucault (2005), é uma sociedade em que se intersectam, numa articulação ortogonal, as normas típicas das disciplinas e as normas da regulamentação. É a assunção, a captura, o gradiamento completo do poder sobre o corpo, ou seja:

O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista. O corpo é uma realidade biopolítica onde o poder se faz presente de forma permanente (FOUCAULT, 2015, p. 144).

Porém, estratégias de regulação e controle social não são práticas exclusivas da Idade Clássica. É possível rastrear e encontrar, de maneiras distintas, exemplos de controle social por imposição normativa em períodos ainda mais distantes, como, por exemplo, na renascença, onde uma das primeiras formas de comportamento submetida à normalização estava relacionada ao uso da linguagem e escrita; ou em períodos ainda mais remotos, como, por exemplo, nos monastérios cristãos ou templos hindus da alta idade média.

Contudo, é no século das luzes, por imposição do empreendimento burguês, associado a uma série de novos saberes como Medicina, Psiquiatria, Estatística e etc., que os discursos de normalização, aplicados no controle e gestão da vida se consolidaram, se especializaram e se generalizaram, sobretudo, em virtude da institucionalização da normalidade social, ou seja, de uma série de características precárias e efêmeras oriundas de grupos hegemônicos que, de forma inopinada, fez da anormalidade um perigo latente para todo sujeito que se afastasse dos ideais normativos. Assim, com a consolidação de um padrão social a ser seguido por todos, a anomalia, segundo denuncia Miskolci (2003), se tornou uma ameaça em potencial, um perigo real, do qual estratégias de poder deveriam se encarregam de examinar, marcar e, logo, normalizar. Portanto:

A norma desvaloriza o existente para corrigi-lo. Esse poder disciplinar ou normativo se caracteriza por uma técnica positiva de intervenção e transformação social. Assim, a norma não visa excluir ou rejeitar, antes é a pedra de toque de um exame perpétuo de um campo de regularidade dentro do qual se analisa incessantemente cada indivíduo para julgar se ele é conforme a regra ou a norma hegemônica (MISKOLCI, 2003, p. 110).

Todavia, esse processo de universalização da norma, iniciado no século XVIII, representava para Foucault (2005) não o surgimento de novas práticas ou formas de anomalia social. O que ocorreu, segundo o filósofo francês, foi, na verdade, a consolidação da visão hegemônica burguesa aplicada ao estado de coisas então precedentes. Sendo assim, solidificou-se um discurso, à luz de novos saberes, em relação aos atos e condutas já existentes. Assim, o que mudou com a implantação dos mecanismos de normação, foi que algumas práticas — sobretudo, as 'boas' práticas da família burguesa — se tronaram, nessa conjuntura, referências para imposição do *status* social e político dos sujeitos. Sendo assim, essas práticas deveriam ser adotadas por todos aqueles indivíduos que quisessem permanecer no universo da normalidade, bem como servir como base para indicar e rotular quem eram os sujeitos anormais e desviantes. Desta forma:

O crime, a prostituição e outros comportamentos similares existiam há muito tempo. A novidade era a problematização desses fenômenos a partir da ascensão da medicina social, a qual passou a enquadrar as práticas sociais a partir de seus próprios conceitos. Progressivamente, toda forma de comportamento que não se enquadrava no padrão burguês passou a ser vista como anomalia e desvio. Assim, é possível afirmar que fenômenos considerados alarmantes e novos em fins do século XIX não eram novos nem tão alarmantes (MISKOLCI, 2005, p. 10).

Contudo, apesar de termos indicado, brevemente, a existência de processos que caracterizavam o desvio social, em virtude, sobretudo, da criação e institucionalização da figura do homem normal em meados do século XVIII; iniciamos nossa análise do desregramento e construção social do desvio, pelos estudos empreendidos por Émile Durkheim, que marcaram a última década do século XIX, e influenciaram, de uma forma ou de outra, toda a geração de cientistas sociais que se seguiu; para, em seguida, nos atermos às metamorfoses conceituais e descontinuidades, intrínsecas ao paradigma do desvio, que dominaram boa parte dos debates sobre o tema no decorrer do século XX, em especial junto à Sociologia.

Esse recorte temporal é, de certa forma, estratégico, pois, marca o momento decisivo em que a Sociologia se institucionalizava como ciência, bem como adquiria,

definitivamente, autonomia teórica e prática frente a outras disciplinas como a Filosofia e, sobretudo, a Biologia que, desde o século anterior, com os trabalhos de Filosofia social de Auguste Comte e Herbert Spencer, era a base empírica e teórica sobre a qual cientistas sociais criavam modelos para explicar a realidade social e seus dramas.

DURKHEIM E O INDIVÍDUO ANÔMICO: A GÊNESE DO DESVIO SOCIAL

No final do século XIX e princípios do século passado, o sociólogo e filósofo francês Émile Durkheim, um dos pais fundadores da sociologia, após analisar profundamente as sociedades industriais que emergiam, principalmente no Ocidente, e constatar o caos social concomitante a esse empreendimento moderno, já defendia que a busca desenfreada dos sujeitos por singularidade e autonomia e o afastamento progressivo dos rituais coletivos, eram os principais sintomas desse problema que se tornava perigosamente incontrolável.

Com o objetivo de amenizar esse problema, Durkheim (2007) defendia a expansão e o fortalecimento da consciência coletiva, bem como sua coesão com práticas e hábitos individuais. Postulava também, que os hábitos e práticas relacionadas à coletividade e que, muitas vezes eram adotados de maneira inconsciente pelos sujeitos, eram sinais de saúde social e bem-estar coletivo, ou seja, de normalidade, assim, como responsáveis pela manutenção do que chamava de solidariedade social. Por outro lado, denunciava que qualquer estado de coisas contrário a esse padrão, deveria ser apontado como anormal, imoral ou mesmo irracional, ou seja, "chamaremos normais aos fatos que apresentam às formas mais gerais e daremos aos outros o nome de mórbidos ou patológicos" (p. 58).

Durkheim foi, possivelmente, o primeiro cientista social moderno a indicar, tendo como pressuposto epistemológico a analogia entre ciências naturais e humanas, a maneira como classificar e caracterizar socialmente os indivíduos como normais ou patológicos. Inclusive, segundo Ferreira (1999, p. 636), o crime e o desvio, para o filósofo francês, têm como função "permitir ao grupo reforçar os seus sentimentos coletivos, avivar as suas percepções relativas aos imperativos morais, uni-lo contra o transgressor, ou seja, manter a coesão social".

De acordo com suas teses, os sujeitos que aderiam as regras e hábitos coletivos, ou seja, os ideais comuns, visando manter a moralidade e solidariedade social, eram os normais, os saudáveis. Contudo, aqueles que insistiam na individualidade, na singularidade funcional e se negavam a seguir às normas e os rituais coletivos, seriam os doentes, os desviantes, pois, agiam de forma a desestabilizar as estruturas sociais. No entanto, é importante frisar que:

Essa afirmação não significa que uma sociedade possa existir sem indivíduos, o que seria totalmente ilógico. O que Durkheim desejava ressaltar é que, uma vez criadas pelo homem, as estruturas sociais passam a funcionar de modo independente dos atores sociais, condicionado, desta forma, as suas ações. Para Durkheim, a sociedade é muito mais que a soma dos indivíduos que a compõem (SELL, 2006, p. 129).

Quanto os desviantes, não havia dúvida de que seriam, de uma forma ou de outra, submetidos à punição, pois, a sociedade, segundo Durkheim (2003), tendia à autopreservação de sua estrutura. Assim, ele os prevenia quanto às consequências do poder que enfrentariam se continuassem a transgredir e se afastar dos ideais comuns e coletivos impostos pela sociedade. Segundo suas palavras: "de fato não há dúvida de que quanto mais nos aproximamos dessa igualdade ideal, menos necessária será a repressão social" (p. 271).

Logo, o indivíduo deveria se submeter legal e moralmente às normas da sociedade, pois, caberia a esse ente abstrato a regulação e a manutenção do bemestar coletivo, ou seja, "Durkheim", segundo Silva (2009, p. 18), "formulou um modelo da vida social segundo o qual a sociedade não resultaria da atuação singular dos indivíduos, mas da atuação da coletividade, entidade dotada de uma natureza própria". Portanto, cabia à sociedade, através de suas estruturas, pôr em prática mecanismos de regulação e manutenção. Ou seja:

A sociedade então elabora as normas que se impõem sobre os indivíduos, por isso é que a moralidade coletiva está acima de moralidade individual. Mas a sociedade se impõe nos indivíduos não somente a partir de regras morais, mas também de maneira lógica impondo as representações coletivas e as formas de pensar e atuar. O indivíduo internaliza tanto as normas morais como as formas de pensar que dominam numa determinada sociedade (SOTO, 2012, p. 48).

Essa característica mencionada por Soto sobre as representações coletivas, apesar de não estar relacionada à análise do desvio, deve ficar clara, pois, é um

aspecto fundamental em todas as análises sobre esse termo. Ou seja, desde Durkheim, os imorais ou os desviantes não são apenas os indivíduos que cometem crimes tipificados na legislação. Os desviantes são, também, aqueles sujeitos que assumem determinadas práticas e hábitos que são moralmente reprováveis aos olhos da sociedade como, por exemplo, a homossexualidade e a prostituição que vão, respectivamente, de encontro aos ideais dominantes de heteronormatividade e de moralidade monogâmica.

Quanto a esses indivíduos, mesmo que suas atitudes não lhes causem, num primeiro momento, uma sanção legal, eles, contudo, não deixarão de ser, cedo ou tarde, alvos de alguma forma de julgamento ou preconceito social e cultural. Ou seja, esses sujeitos, em razão de suas ações ou omissões, são vítimas em potencial das mais diversas formas de agressão física e simbólica impostas pela sociedade que, com o objetivo de preservar seu regime de verdade, põe em prática estratégias de controle, opressão e, se necessário for, de violência.

As ideias defendidas por Durkheim, apesar das muitas controvérsias', criaram eco na comunidade acadêmica daquele período. Quase um século após sua morte, as teorias desenvolvidas por ele não foram esquecidas. Pelo contrário. Revisitadas e reinterpretadas de múltiplas maneiras por uma variedade de escolas sociais, suas teses seguem servindo como instrumento de reflexão e discussão nos mais variados setores das ciências. Por exemplo, seu conceito de anomia, termo proposto por ele para indicar que, no organismo social, certas funções não estariam ajustadas umas às outras, ou seja, que havia um desequilíbrio comprometendo o progresso e a harmonia da sociedade, ainda hoje é uma das principais ferramentas quando se quer conhecer e analisar aspectos referentes à criminalidade e o desvio social, bem como atribuir, por imposição ou aceitação, *status* social ou identidade a um indivíduo ou grupo. De acordo com Silva (2009, p. 18):

O conceito de anomia se fundamenta numa disfunção do indivíduo perante a norma e resulta de uma concepção filosófica particular da natureza humana, que tenderia sempre à moralidade, ou seja, a agir em conformidade com as regras e valores estabelecidos pela sociedade. A abordagem de Durkheim e demais seguidores resultou numa reificação do

⁶ É importante lembrar que, em algumas nações, a prostituição, e não somente o rufianismo, constitui crime tipificado pela legislação.

⁷ A esse respeito ver VARES, Sidnei Ferreira de. A sociologia durkheimiana e a tradição conservadora: elementos para uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 40, pp. 135-156, abr. 2015.

social, reputando-se como normal tudo aquilo que dissesse respeito ao campo do social e como patológica toda e qualquer estratégia individual de comportamento.

Assim, as teorias durkheimianas de desregramento e anomia do corpo social podem ser consideradas, ao menos sob um viés macrossociológico, como as precursoras no que diz respeito aos estudos e análises do desvio em sociedade; pois, nos escritos desenvolvidos por Durkheim, "o desvio social", segundo Lima (2001, p. 190), "é encarado como uma consequência da repercussão dos conflitos sociais sobre as consciências individuais". Nesse sentido, o conceito de anomia e seus desdobramentos, quando implicado na análise do desvio social e todas as suas consequências, se destaca, pois, como argumenta Ferreira (1999):

A concepção de anomia de Durkheim tem dois aspectos com impacto direto na teoria do desvio. O primeiro consiste no facto de a anomia, quer enquanto atributo estrutural da sociedade industrial, quer enquanto 'descrição fenomenológica' das perturbações individuais que se manifestam em algumas conjunturas, produzir sempre confusão e instabilidade na ordem social. A causa da anomia reside no enfraquecimento da disciplina moral da sociedade e na incapacidade que revela em conter a manifestação desmesurada das aspirações (p. 641, grifo do autor).

Contudo, as ideias de Durkheim e sua insistência – vista, por muitas correntes, como excessivamente monótona e restritiva – na proeminência da coletividade sobre o individual, não se solidificaram como verdades absolutas na explicação dos fenômenos sociais. Tidas, no início, como fontes básicas de inspiração e referência, logo foram revistas e tornaram-se alvo de contestação pela geração que se seguiu ao primeiro pós-guerra, sobretudo, pela nascente e efervescente escola americana de sociologia e antropologia, notadamente no que se refere aos trabalhos pioneiros desenvolvidos por Robert Merton.

O DESVIO NA CONCEPÇÃO FUNCIONALISTA DE ROBERT MERTON: O EFEITO DA ESTRUTURA IMPERFEITA

O sociólogo funcionalista norte-americano Robert King Merton, ao pôr em prática sua sociologia de médio alcance – contrária às teorias de alcance universal, como os grandes sistemas desenvolvidos por Hegel, Marx e Durkheim – era a figura

que, até aquele momento, havia apresentado uma teoria que, ao menos inicialmente, se afastava das ideias propostas por Durkheim e sua escola⁸. Contudo, é importante frisar, ele não desprezou completamente as análises anteriores do sociólogo francês, em especial, quando se dedicou a analisar, utilizando-se do conceito de anomia, o desvio e seus efeitos na sociedade americana. Portanto, a teoria da anomia de Durkheim foi retrabalhada e, muitas vezes, ressemantizada por Merton sob o termo disfuncionamento ou disfunção social, e aplicada a uma análise funcionalista do desvio e da criminalidade urbana.

O conceito de disfuncionamento, segundo Lallement (2012, p. 143), "é a tendência simétrica ao ajustamento social e a anomia constitui sua forma particular. É, portanto lógico que Merton se interesse por ele". Nesse sentido, o sociólogo Gilberto Velho (2003), a respeito do uso e longevidade do termo proposto por Durkheim, diz que:

O conceito de *anomie* serviu de ponto de partida para muitos trabalhos que vieram a ter repercussão em toda a área de estudo de comportamento desviante. Embora não fosse encampado integralmente por vários cientistas sociais que dele se valeram, *anomie* passou a ser foco central das discussões. O próprio Merton reviu seu conceito, acrescentando novas dimensões (p. 14, grifo do autor).

Para Merton, o surgimento e desenvolvimento do desvio, seguido do desequilíbrio na harmonia e saúde social não era, como defendia Durkheim, essencialmente responsabilidade do indivíduo egoísta e individualista que havia se emancipado nas sociedades industriais e que, negando ou alterando, de forma consciente os hábitos e costumes socialmente arraigados, corrompia a solidariedade social. Esse problema, segundo Merton, era oriundo da própria estrutura social que, não raro, 'constrangia' os agentes a adotarem determinadas práticas no seu cotidiano, muitas das quais apontadas como anormais.

Assim, de acordo com Merton (1970, p. 191), "a análise funcional concebe a estrutura social como ativa, como produtora de novas motivações que não podem ser preditas sobre a base de conhecimento dos impulsos nativos do homem". Sendo assim, "esses comportamentos, aparentemente planejados pelo agente, não resultam", conforme defende Lima (2001, p. 188, grifo da autora), "de suas

29

⁸ Segundo Merton (1970, p. 51), "a teoria de médio alcance é usada principalmente em sociologia para servir de guia às pesquisas empíricas".

condições biológicas, mas são provenientes 'naturalmente' da situação social". Desta forma, era equivocado pensar no homem, segundo o sociólogo americano, como um inimigo racional da consciência coletiva e do bem comum, ou seja, da própria sociedade. Como defende Merton (1970, p. 203):

Com o recente avanço da ciência social, este conjunto de concepções sofreu modificação básica. Um dos fatores observados é que já não parece tão óbvio que o homem seja colocado contra a sociedade, numa guerra incessante entre o impulso biológico e as restrições sociais. A imagem do homem como um indomado feixe de impulsos começa a parecer mais uma caricatura do que um retrato fiel.

Portanto, o indivíduo isolado e autônomo, na teoria mertoniana, deixava de ser, como havia defendido Durkheim, o grande vilão e responsável pela desordem social que começava a se tornar crônica nas sociedades desenvolvidas do início do século passado e que havia atingindo seu ápice com a primeira guerra mundial e se estendido até a grande depressão, em 1929.

Sendo assim, o desvio, para Merton, era, pois, um resultado quase óbvio, já que a própria estrutura subjacente contribuía para fazer os agentes desviar, de várias formas, das metas e objetivos esperados, ou seja, preestabelecidos. Portanto, "a estrutura social que temos examinado", segundo Merton (1970, p. 231), "produz uma tendência a anomia e ao comportamento divergente". Assim, o indivíduo estava – ou seria –, inexoravelmente, compelido a transgredir as regras, normas ou códigos que regulavam o comportamento e as práticas dos sujeitos em sociedade. Para Costa (2008, p. 115, grifo nosso):

A tese central defendida por Robert Merton considera o comportamento desviante como resultado da *dissociação* entre os objetivos culturais prescritos, ou seja, pré-determinados, e os caminhos socialmente estruturados para se atingir esses mesmos objetivos pelos sujeitos.

Assim, a sociedade – via estrutura – era, para Merton, a grande responsável por criar suas próprias convulsões sociais, pois, não proporcionava os meios necessários para que as etapas rumo à coesão social fossem, completamente, alcançadas pelos indivíduos. Portanto, a frustração individual ou coletiva era, até certo ponto, um fenômeno esperado e, de certa forma, comum, como tantos outros estados efêmeros que surgem para desestabilizar a sociedade. Silva (2009, p. 18), a esse respeito, diz:

Toda sociedade, imaginava Merton, seria responsável por estabelecer metas tidas como legítimas, ou seja, metas a serem perseguidas por todos, assim como meios igualmente legítimos de se alcançá-las. Entretanto, em algumas circunstâncias poderia ocorrer um desajuste entre objetivos e meios, cuja consequência mais provável seria a instauração do comportamento desviante.

Ainda segundo a teoria desenvolvida por Merton, no que se refere à esfera social de relações entre homem e sociedade; existem dois tipos de funções possíveis no curso da interação entre os agentes sociais: as funções manifestas, aquelas em que os agentes têm plena consciência de seus atos e consequências imediatas; e as funções latentes, onde os agentes não são mais do que marionetes, ou joguetes, subjugadas pela vontade do sistema. E, segundo defende Merton (1970), é essa segunda categoria de função, expressada no *modus operandi* do agente, a principal engrenagem responsável por induzir os indivíduos ao desvio, sem que eles possam, efetivamente, agir contra esse poder invisível que os coage.

Se uma das funções mais gerais da estrutura social é a de fornecer uma base clara para a previsibilidade e a regularidade do comportamento social, essa função torna-se crescentemente limitados em eficiência, à medida que esses elementos da estrutura social se tornam dissociados. No ponto extremo, a previsibilidade é diminuída e sobrevém o que se pode chamar corretamente de anomia ou caos cultural (MERTON, 1970, p. 233-234).

Assim, Robert Merton (1970), ao analisar o impacto das ações e omissões impremeditadas dos indivíduos, declarava categoricamente – contrariando o que havia sido proposto por Malinowski⁹ e pelos defensores do funcionalismo absoluto ou universal, como Radcliffe-Brown¹⁰ – que nem todas as funções sociais ou instituições oficialmente instituídas eram positivas, benéficas ou mesmo satisfaziam as necessidades e paixões humanas; sendo algumas delas desnecessárias e, inclusive, descartáveis. Portanto:

Merton nega, por fim, a adesão ao postulado de necessidade que significa que: 1) certas funções são necessárias à vida da sociedade (ou de um grupo, ou de um indivíduo) e que 2) certas formas sociais ou culturais são necessárias (portanto insubstituíveis) para realização dessas funções na sociedade. Para Merton existem, ao contrário, equivalentes ou substitutos funcionais: uma instituição pode substituir outra a fim de realizar a mesma função (LALLEMENT, 2012, p. 133).

¹⁰ In: RADCLIFFE-BROWN, Alfred. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. 2. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.

⁹ In: MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. São Paulo: Abril, 1984.

O método funcionalista proposto por Merton, conforme Collins (2009, p. 172), "exerceu um apelo considerável, especialmente por volta dos anos de 1950. Ele motivou os sociólogos a olhar para além da superfície". Merton foi, também, um dos primeiros sociólogos a defender a ideia de que o desvio era, na sua origem, um construto social, elaborado por grupos que exerciam estratégias de poder e dominação na sociedade através de discursos particulares.

Algumas vezes, como na análise de Robert Merton sobre a máquina política, ela aponta para o fato de que a visão oficial sobre algo que é considerado um problema social é, na verdade, o ponto de vista de um grupo específico, enquanto as pessoas envolvidas nisso se beneficiam, de várias formas, dessa situação particular (COLLINS, 2009, p. 172).

Contudo, segundo Lima (2001), o método de análise funcionalista de médio alcance empregado por Merton, assim como as teorias de Durkheim, apresentaram problemas que os impediram de avançar teoricamente e metodologicamente, sobretudo, porque ambos, quando empregados à análise dos fatos sociais, davam ênfase e privilegiavam, cada um a sua maneira, as causas do desvio e desregramento social, em detrimento das relações que levam a objetivação destes fenômenos no contexto dos agentes, ou seja, a subjetividade do agente e o cenário onde o desvio era produzido ainda eram desprezados e, portanto, o foco continuava no efeito e não na causa. Mesmo assim, a partir das análises desenvolvidas por Merton:

O desvio torna-se inteiramente vinculado à percepção que o homem faz de si mesmo e do mundo à sua volta. Definitivamente, tornou-se raro encontrar entre as mais importantes correntes da teoria social do pós-Segunda Guerra alguma explicação para o desvio que buscasse explicar o problema nos termos que foi tentado no século XIX, quando predisposições biológicas associadas a fatores do meio ambiente formavam campo favorável para desvios como, por exemplo, o crime e doença mental (NETO, 2004, p. 9).

Mas, independente das singularidades que evidentemente os afastavam, havia, também, continuidades entre as ideias propostas pelo positivista francês e, posteriormente, pelo sociólogo de Columbia. De acordo com Lima (2001, p. 191):

Os autores [Durkheim e Merton] têm como objeto de estudo a organização ou a desorganização social para compreender e explicar as causas dos comportamentos desviantes. Dentro de um paradigma normativo, o desvio é encarado mais como uma disfunção da sociedade do que como um

problema social complexo envolvendo as interações entre grupos sociais distintos.

Assim, esses dois sociólogos, bem como outras correntes que sugiram entre suas teses, não conseguiam perceber ou, ao menos, desprezavam o fato de o desvio social ser um fenômeno que supõe interações em várias redes de relações, que se alternam e se cruzam pelo exercício de um poder normativo de vigilância e controle. Omissão que só foi corrigida quando do surgimento das análises interacionistas, que deram origem à corrente conhecida como Interacionismo simbólico. Os teóricos vinculados a essa corrente, propuseram uma explicação moderna e mais coerente para compreender as origens e implicações do *status* desviante.

O INTERACIONISMO SIMBÓLICO E A SUBJETIVIDADE NA ANÁLISE DO DESVIO

Desenvolvida entre as lacunas, dramas e conflitos existentes entre teorias rivais do outro lado do atlântico, e fortemente influenciada pelos trabalhos do sociólogo alemão Georg Simmel, o interacionismo simbólico surgiu nos Estados unidos da América, inicialmente, como uma alternativa marginal às macroanálises então em curso na Europa ocidental, para, só em um segundo momento, com a definitiva consolidação da Universidade de Chicago, tornar-se uma corrente teórica reconhecida e epistemologicamente respeitada no universo acadêmico contemporâneo.

Uma das principais contribuições trazida por essa corrente à Sociologia, no entanto, refere-se a uma nova forma de abordar teórica e metodologicamente o tema do conflito e do desvio social. Desta vez, o cientista social deveria considerar – Como Weber já havia proposto em sua sociologia compreensiva¹¹ – o contexto e a subjetividade dos atores em suas análises, ou seja, os múltiplos significados particulares trazidos pelo indivíduo à interação cotidiana. Assim, o desvio deveria ser considerado como "um conjunto de comportamentos e de situações que os membros de um grupo consideram não conformes às suas expectativas, normas ou

-

¹¹ In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**: v. 1. São Paulo: Cortez, 2001. p. 313.

valores e que, por isso, correm o risco de suscitar condenação e sanções de sua parte" (CUSSON, 1996, p. 413).

Portanto, essa proposta de estudo do desvio – como categoria de análise que dava ao indivíduo a capacidade de interpretar seu próprio universo –, tinha como premissa considerar a natureza essencialmente simbolizada das ações e relações entre os sujeitos (por isso o termo interação simbólica), para, desta forma, reconstruir hipoteticamente o universo em que são criadas as normas e identificados os desvios. Sobre essa corrente, Velho (2003, p. 23) diz:

A noção básica é que não existem desviantes em si mesmos, mas sim uma relação entre atores (indivíduos, grupos) que acusam outros atores de estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural. Trata-se, portanto, de um confronto entre acusadores e acusados.

Nessa nova proposta metodológica colocada em prática pelos interacionistas, além da subjetividade do agente ser – diferentemente do que era proposto pelas perspectivas precedentes – considerada como significativa no processo de proposição e definição do que vem a ser o ato desviante, a própria condição do sujeito desviante, bem como do impositor das regras, passaram a ser, também, objetos de contestação no que diz respeito à sua legitimidade. Desta forma, os interacionistas dedicaram suas análises às práticas produzidas e reproduzidas pelos agentes no seu próprio contexto social, ou seja:

Deste ponto de vista, o interacionismo simbólico vai na direção inversa da concepção durkheimiana do agente. Durkheim, mesmo reconhecendo a capacidade do agente para descrever os fatos sociais que o rodeiam, considera que tais descrições são vagas e ambíguas demais para que o pesquisador lhes possa dar uso científico. Segundo ele, alias, essas manifestações subjetivas não pertencem ao domínio da sociologia. O interacionismo simbólico, ao contrário, afirma que é a concepção que os agentes têm do mundo social que constrói, em última instância, o objeto essencial da investigação sociológica (COULON, 1995, p. 20).

O paradigma interacionista, que trouxe um novo viés aos estudos do desregramento social – até então vinculados, quase que exclusivamente, aos estudos anômicos, funcionalista ou culturalistas¹² – teve suas origens teóricas, epistemológicas e metodológicas junto ao Departamento de Antropologia e Sociologia da Universidade de Chicago, fundada em 1892; onde surgiu a chamada

.

¹² A esse respeito ver Lima (2001, p. 191).

Escola de Chicago, considerada o berço da sociologia norte-americana. Sobre a instituição, Alain Coulon (1995, p. 7) diz:

Nem sempre se trata, é claro, de uma corrente de pensamento homogênea, com uma abordagem teórica comum, mas, apesar disso, a Escola de Chicago apresenta diversas características que, sem dúvida, lhe conferem uma grande unidade e lhe atribuem um lugar particular e distinto na sociologia americana.

Naquele período, vários pensadores chegaram à universidade, dispostos a levar a Antropologia e a Sociologia a novos patamares acadêmicos. Assim, instalaram-se em Chicago inúmeros pesquisadores dos mais variados ramos e matizes intelectuais, que contribuiriam para alavancar as ciências sociais no país. Porém, o destaque no departamento ficou por conta de duas figuras emblemáticas: John Dewey e Georg Herbert Mead e seu pragmatismo filosófico aplicado, sobretudo, à microssociologia e a psicologia social. Foi pela forte influência dos trabalhos de Dewey e Mead, que vários pesquisadores contribuíram, cada um a sua maneira, para a fixação das ciências sociais em Chicago, em especial, por conta de suas pesquisas relacionadas à imigração, violência urbana, criminalidade e desvio social. Segundo Lima (2001, p. 186):

O departamento de sociologia da Universidade de Chicago assume um papel decisivo na ordenação dos textos, às vezes especulativos, sobre o crime na sociedade americana. O trabalho dessa universidade é fundamental para a história da sociologia do desvio e abre novas perspectivas desse ramo da pesquisa.

Porém, foi somente no decorrer da década de 1940, com o abandono, quase geral, do referencial biológico darwiniano e spenceriano¹³, e outros temas já desgastados, bem como uma forte recusa às teses durkheimianas, que os discípulos de Georg Mead, Evereste Burgess, John Dewey, William Thomas, Charles Cooley e Robert Park¹⁴, dão a grande guinada rumo à criação de uma escola original e genuína, que ficou conhecida como 'a segunda escola de Chicago', corrente caracterizada por trabalhos de orientação interacionista e por novas teorias do desvio social. Nesse período houve, também, a definitiva separação (administrativa)

-

¹³ A esse respeito ver Joas (1999, p. 144-145).

¹⁴ Estes cientistas sociais são considerados, pela maioria dos sociólogos, como sendo os principais expoentes da chamada primeira Escola de Chicago. Conforme: Coulon (1995), Lima (2001), Collins (2009) e Lallement (2012).

entre Antropologia e Sociologia na universidade de Chicago, cada disciplina implantou e estruturou seu próprio departamento de estudos e pesquisas.

O primeiro grande destaque, inclusive midiático, dessa segunda fase da escola de Chicago foi o americano Herbert Blumer. Sociólogo, com Doutorado em Psicologia Social, amplamente influenciado pelas ideias de Mead, Thomas, Park e, sobretudo Cooley, ele foi o criador do termo 'interação simbólica', em 1938. De acordo com Hans Joas (1999, p. 158), "em seus sólidos estudos sobre temas étnicos e comportamento coletivo, Blumer tentou ir para além das explicações psicológicas e funcionalistas; e, ao contrário de Park, seus escritos não eram orientados por ideias evolucionistas". Para Blumer, o Interacionismo deve ser compreendido através de três premissas:

A primeira estabelece que os seres humanos agem em relação ao mundo fundamentando-se nos significados que este lhes oferece. Tais elementos abrangem tudo o que é possível ao homem observar em seu universo [...] além das situações com que o indivíduo se depara em seu dia a dia. A segunda premissa consiste no fato de os significados de tais elementos serem provenientes da ou provocados pela interação social que se mantém com as demais pessoas. A terceira premissa reza que tais significados são manipulados por um processo interpretativo (e por estes modificados) utilizado pela pessoa ao se relacionar com os elementos com que entra em contato (BLUMER, 1977, p. 119).

Nesse sentido, é possível encontrar em Blumer o aperfeiçoamento e o reforço das teses – com gênese nos trabalhos de Simmel e Weber – de que a ação humana era uma atividade sempre interpretada através de conceitos socialmente construídos em relação às estruturas contingentemente estabelecidas. Portanto, os atores, ao agirem, estariam, inevitavelmente, condicionados pelo contexto social e político em que se achavam inseridos. Assim, segundo enfatiza Blumer (1977, p. 37):

A sociedade humana acha-se composta de indivíduos que desenvolvem o seu 'eu'; a ação individual é uma construção e não uma ação espontânea, sendo construída pelo indivíduo à mercê das características das situações que ele interpreta e a partir das quais ele age [...] do ponto de vista da interação simbólica, a sociedade humana deve ser olhada como composta de atores, e a vida da sociedade como resultado de suas ações.

O ponto principal das pesquisas desenvolvidas por Blumer e seus orientandos em Chicago, era o fato de que eles davam um destaque primordial às representações que os agentes imprimiam ao seu universo particular, ou seja, eles pretendiam resgatar, pela observação *in situ*, a experiência imediata dos sujeitos

analisados, desta forma, reduzindo, ou mesmo negando completamente, qualquer influencia de uma suposta estrutura subjacente sobre suas ações, pois, como defendeu Blumer (1977, p. 16, grifo do autor), "para a ciência empírica, a 'realidade' só existe no mundo empírico, no qual se devem buscá-la e verificá-la". Nesse sentido, de acordo com Collins (2009, p. 222), "ele criticava veementemente todas as posições teóricas rivais que, a seu ver, reificavam a estrutura social e perdiam de vista a realidade mais essencial: os indivíduos que negociam as situações sociais na interação cotidiana". Michael Lallement (2012, p. 294), sobre o aporte metodológico, teórico e epistemológico de Herbert Blumer, diz:

Ele reconhece apenas a realidade individual como nível onde possa se exprimir um sentido. Noutras palavras, os indivíduos não sofrem os fatos sociais; ao contrário não cessam de produzi-los. Interpretando a situação em que se acham imersos, os atores concebem e constroem a sua ação, mas sem que esta revista necessariamente um caráter extremamente universal (p. 294).

Apesar do enorme destaque concedido à Blumer e sua equipe por quase vinte anos, sobretudo, em virtude da originalidade de seus estudos inicial, o enfoque das pesquisas que se seguiram a seus trabalhos de psicologia social tomaram outro rumo, principalmente em direção à sociologia econômica, do trabalho e outras formas de interação, portanto, bem distante de seu nicho original, fazendo-o, desta forma, submergir diante da variedade de temas que surgiriam entre as décadas de 1940 e 1950. Segundo observa Joas (1999, p. 160), "data dessa época o fim da escola em seu sentido mais cabal. Seu legado, não elaborado homogeneamente em todos os aspectos, foi então passado adiante e tomou caminhos muito diversos".

Estava assim, encerrada a era Blumer em Chicago, contudo, logo a efervescente sociologia americana veria o surgimento de uma nova corrente, que revolucionaria definitivamente o conceito e as pesquisas sobre o desvio, o estigma e a criminalidade. É o momento da ascensão da dramaturgia social através da *labeling theory*, a teoria da rotulação social, e de toda uma geração de pesquisadores voltados para análise não apenas da ação dos sujeitos rotulados como desviantes, mas, principalmente, com foco no cenário onde se desenrolava a ação ou omissão, ou seja, o contexto em que se dava a construção do desvio e sua reificação. A *labeling theory*, conforme destacou o jurista Sérgio Shecaira (2004, p. 271), se caracteriza como sendo um paradigma essencialmente desagregador, pois, "[...]

significa, desde logo, um abandono do paradigma etiológico determinista e a substituição de um modelo estático e monolítico de análise social por uma perspectiva dinâmica e contínua de corte democrático".

A LABELING THEORY E A RESSIGNIFICAÇÃO DO SUJEITO DESVIANTE

A década seguinte ao crepúsculo científico de Blumer, Burgess e Wirth¹⁵, trouxe novo ânimo às pesquisas sobre desvio, criminalidade e estigma social ao departamento de sociologia da Universidade de Chicago que, desde o final da segunda guerra mundial, havia sido lançado ao ostracismo científico. Entre a saída de cena de Blumer e seus colegas e a ascensão das teses de rotulação social, a sociologia norte-americana manteve-se sobre o influente domínio do funcionalismo de amplo alcance desenvolvido por Talcott Parsons. As teorias parsonianas, como observou Lallement (2012), estavam implicadas em um sistema de análise colossal e complexo que, apesar do sucesso, mais assustava, em virtude da complexidade de seus conceitos, do que realmente explicava a realidade social 16. No entanto, a aridez teórica e conceitual não impediu que Parsons se tornasse, por um longo período, uma figura ilustre na sociologia americana e, posteriormente, na Europa, onde se tornou professor visitante de várias universidades. Porém, no início da década de 1960, irredutível a respeito de suas teses e pressionado por uma onda de ideias antifuncionalistas¹⁷, Parsons sucumbe à própria prolixidade teórica, deixando livre o caminho para que surgisse uma teoria mais objetiva e 'micro', contrária à relatividade das macroteorias então dominantes.

Assim, a segunda metade do século XX testemunhou – na América do Norte inicialmente – o surgimento dos sociólogos que se inscreveram na chamada *labeling theory*, ou a teoria da etiquetagem e/ou rotulação social¹⁸, uma vertente póstuma do interacionismo simbólico, que se tornou verdadeira vedete entre professores, estudantes e, inclusive, da própria imprensa americana naquele período. Nas

¹⁵ Segundo Joas (1999, p. 160), Herbert Blumer, Ernest Burgess e Louis Wirth eram considerados os principais expoentes do interacionismo simbólico ao final da década de 1940.

¹⁶ Para mais detalhes da obra de Parsons ver: QUINTANEIRO, Tânia; OLIVEIRA, Maria. **Labirintos simétricos**: introdução à teoria sociológica de Talcott Parsons. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

¹⁷ Principalmente com o surgimento do movimento Estruturalista francês, em especial nas obras de Lacan, Althusser, Lévi-Strauss e Foucault (primeira fase/arqueologia).

¹⁸ Essa vertente do interacionismo simbólico também é conhecida como *Labeling Approach*.

palavras de Hans Joas (1999, p. 128), "na década de 1960, esta tradição, principalmente sob a forma que lhe deu Herbert Blumer, tornou-se quase um modismo". Para os pesquisadores inscritos nessa corrente, um dos fatores mais importantes a serem destacados era que:

[...] o desvio é essencialmente o produto de um juízo feito sobre uma dada conduta ou sobre uma maneira de ser. Como tal não é uma propriedade inerente a certos comportamentos, e sim uma qualidade que lhes é atribuída pelo contexto. O primeiro critério do desvio é, pois, a reação que provoca: reprimenda, sarcasmo, reprovação, denúncia, isolamento, ostracismo, tratamento obrigatório, prisão etc. (CUSSON, 1996, p. 415).

Essa teoria tinha como diferencial insistir mais nos processos e mecanismos pelos quais os atores eram rotulados como desviantes pelos demais membros da sociedade durante a interação, do que pela suposta natureza atribuída ao ato transgressor que, desde então, passou a ser interpretado como uma prática contingente, precária e, principalmente, em constante ressignificação.

Em geral, esses pesquisadores resgataram temas que, de certa forma, já haviam sido abandonados pela sociologia americana como, por exemplo, a prostituição, o uso de drogas, a prática de crimes e outras ações que passaram a ser consideradas afrontas à moralidade americana à época.

Contudo, esses sociólogos, ao resgatarem e abordarem essas temáticas, levaram em consideração, pela primeira vez, a influência preponderante do contexto social no que diz respeito à imposição do rótulo de desviante aos agentes. Ou seja, eles entendiam que ser designado como um sujeito desviante, segundo Coulon (1995), era o resultado, na realidade, de uma grande variedade de contingências sociais e culturais, influenciadas por aqueles que detinham o poder de impor, por vários mecanismos, essa designação. Assim, como observa Gilberto Velho (2003), até o surgimento desta corrente:

O problema do desviante era, ao nível do senso comum, remetido a uma perspectiva de patologia. Os órgãos de comunicação de massa encarregam-se de divulgar e enfatizar esta perspectiva quer em termos estritamente psicologizantes, quer em termos de uma visão que pretende ser 'culturalista' ou 'sociológica' (p. 11, grifos do autor).

Sendo assim, esse grupo de pesquisadores passou a compreender o processo que implicava na produção do desvio, e na estigmatização do sujeito,

como uma construção arbitrária, dada em resposta ao discurso dominante, ou seja, ao regime de verdade instalado em determinada sociedade, através de estratégias de poder que se faziam implícitas, ora explícitas, no controle, vigilância e gestão dos sujeitos pela imposição maciça de mecanismos normativos. Para Nunes (2011):

[...] o labeling approach destaca a função coconstitutiva do controle na construção social do crime, de modo que as agências controladoras não detectam ou declaram a natureza criminal de uma conduta, mas, tão somente, geram-na ao etiquetá-la assim, de modo altamente seletivo e, portanto, desigual (p. 183).

Além disso, eles denunciavam que, para ter sucesso nessa prática de cristalização de identidades desviantes, o grupo com capacidade de exercer o poder construía e disseminava discursos próprios, que tinham como objetivo legitimar suas teorias e práticas, ou seja, implantar um mecanismo de controle e persuasão que tinha como meta alterar e dissimular a realidade social, por meio de um regime de verdade particular, com vistas à universalização de teorias normativas subjacentes.

Portanto, a criminalidade, o desvio e a imoralidade não deveriam mais, sob esse viés, serem analisadas levando-se em consideração apenas o ato em si praticado pelo ator. Caberia ao pesquisador se ater, também, ao contexto em que certas práticas eram identificadas como imorais ou mesmo criminosas. Logo:

[...] a moralidade de uma sociedade é socialmente construída; ela é relativa aos atores, ao contexto social e a um dado momento histórico. Se essa moralidade não nasce por si, é preciso que haja os construtores. Dessa maneira, a moralidade pode ser definida pelas pessoas cujas reivindicações são baseadas em seus próprios interesses, valores e visão de mundo. Considerando-se que o desvio é uma definição social, os interacionistas se preocupam com sua construção, com a forma que certos rótulos são colados em algumas pessoas, com as consequências que tal fato pode engendrar neles e nos que os rotularam assim (LIMA, 2001, p. 192).

Vários cientistas sociais, de múltiplas vertentes, se associaram a essa corrente de análise sociopolítica, sem, contudo, serem sociólogos. Porém, cabe ao americano Howard Becker e ao canadense Erving Goffman o principal destaque entre os discípulos da velha Escola de Chicago.

Sociólogos de formação, responsáveis por obras polêmicas e originais no campo da microssociologia, esses cientistas mergulharam no universo que pesquisavam e revolucionaram, à sua maneira, a visão até então atribuída ao sujeito

que se negava a aderir, por imposição normativa, ao status quo que vigorava na sociedade.

As obras de Becker e Goffman, de certa forma, podem ser analisadas em conjunto, já que uma traz elementos teóricos, metodológicos ou práticos que completam a outra. Se Becker diz que o desvio é um construto social e contingente, Goffman completa indicando as consequências desse estereótipo no cotidiano do ator transgressor, através dos efeitos do estigma. Se Becker fala de assimilação social do desvio, Goffman fala das consequências da internalização da *doxa*, tanto no contexto do ator assim rotulado, como no grupo impositor.

Contudo, ambos concordam que tanto o desvio quanto o estigma, não possuem uma origem, uma essência que os fundamentem, mas sim, que fazem parte de um jogo de estratégias de poder, onde os sujeitos são submetidos a um discurso contingente, que faz da norma, da vigilância e do controle os principais mecanismos de rotulação social. E nesse jogo, o que está em questão são relações entre atributos socialmente construídos pelo discurso, pela linguagem. Ou seja, é importante observar que no momento da imposição tanto do desvio como, consequentemente, do estigma:

[...] nem todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de indivíduo. O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso (GOFFMAN, 2013, p. 13).

Contudo, a obra mais importante no tocante à imposição de rótulos desviantes, foi produzida por Howard Becker. Escrito em 1963, sob a orientação de Everett Hughes, *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*, é hoje um clássico dessa corrente de estudos e análises, que influenciou toda uma geração de jovens cientistas que viam nas ideias de Becker uma possibilidade de reconstruir o panorama instituído. Para Moura (2009, p. 588, grifo da autora):

O livro de Becker é um marco nos estudos sobre desvio, efetuando importantes deslocamentos de foco: da ideia essencializada de 'crime' para o termo desvio, que supõe uma relação social; do foco no indivíduo para o foco nas relações, que produzem regras e exigem seu cumprimento; da naturalização das regras para a produção social das mesmas e os

processos de imposição de rótulos sobre os que são designados como desviantes.

A concepção de desvio e imoralidade desenvolvidas por Becker, invertia a maioria das análises até então aplicadas para definir a conduta dos agentes, já que negava, de antemão, a existência de aspectos imanentes que seriam responsáveis pela estruturação da personalidade dos sujeitos rotulados como desviante. Como diz o próprio autor: "isso contrariou a ideia comum de que essas categorias corresponderiam ao que as pessoas realmente eram, aos aspectos essenciais de suas personalidades, e, portanto, facilmente definíveis" (BECKER, 2014, p. 5).

Desta forma, para Becker (2008), o desvio social não deveria mais ser analisado, exclusivamente, sobre o prisma da ação do ator, pois, não se tratava de uma qualidade que residia no próprio comportamento, mas sim, na interação entre a pessoa que comete o ato e aquelas que reagem a ele e o interpretam de maneira particular.

Portanto, ele constatou, corroborando as ideias de Goffman (2013), que não era a conduta do agente em si a responsável por conduzir o sujeito à categoria de desviante. Este *status* tinha origem no próprio processo de interação social, onde o desvio era a consequência de um fenômeno que se pautava, em geral, pelo não enquadramento dos sujeitos às normas preestabelecidas por instituições legitimadas pelos discursos hegemônicos. Ou seja, "o comportamento normal das pessoas em nossa sociedade (e provavelmente em qualquer sociedade moderna) pode ser visto como uma série de compromissos progressivamente crescentes, com normas, códigos e instituições convencionais" (BECKER, 2008, p. 38).

Nessa conjuntura, os indivíduos que se mostravam indiferentes ou que se negavam a seguir as normas sociais e morais, ou seja, o conjunto de práticas e hábitos predefinidos e apontados como ideais e comuns, eram, arbitrariamente, submetidos a esse *status* negativo e depreciativo, não por seu ato em si, mas, pela iniciativa conjunta de outros sujeitos que se pautavam por um modelo regulador e normativo que seria responsável por legitimar essa identidade patológica. Desta forma, conforme defende Lima (2001, p. 192):

O caráter desviante ou não de um ato depende então da maneira que os outros reagem. Segundo as teorias da rotulação, o desvio é o resultado das iniciativas do outro, visto que ele encadeia um processo de intervenções colocado em prática para selecionar, identificar e tipificar os indivíduos.

Assim, tendo como pressuposto a consolidação inevitável desse processo de normalização e produção de verdades, Becker insistia que todas as sociedades criavam, por meio de convenções, suas próprias normas e códigos e, num segundo momento, implantavam mecanismos complexos de imposição e fiscalização que iriam, consequentemente, propiciar a generalização desses discursos junto ao corpo social e, desta forma, construir um modelo de comportamento social que seria responsável por garantir a normalidade ou definir a anomalia do sujeito. Ou seja:

Todos os grupos sociais fazem regras e tentam, em certos momentos e em algumas circunstâncias, impô-las. Regras sociais definem situações e tipos de comportamento a elas apropriados, especificando algumas ações como 'certas' e proibindo outras como 'erradas'. Quando uma regra é imposta, a pessoa que presumivelmente a infringiu pode ser vista como um tipo especial, alguém de quem não se espera viver de acordo com as regras estipuladas pelo grupo. Essa pessoa é encarada como um *outsider*, um desviante (BECKER, 2008, p. 15, grifos do autor).

Portanto, a estigmatização do indivíduo classificado como desviante passou a ser encarada como uma espécie de negociação coletiva e impositiva. Ou melhor, um acordo (in)formal e particular, estabelecido junto às sociedades normalizadoras, onde o enquadramento e controle da população – via norma e a regra – se faz, inclusive e principalmente, pela criação de papéis em referência a um modelo de condutas padronizado. Desta forma, como defende Becker (2008, p. 22):

Quero dizer, isto sim, que grupos sociais criam desvio ao fazer as regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como *outsiders*. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros de regras e sanções a um infrator. O desviante é alguém a quem esse rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal.

Contudo, para ratificar sua tese de que o desvio e a imoralidade seriam categorias criadas arbitrariamente pela própria sociedade, ou seja, não possuíam uma essência universal como as teorias anteriores apregoavam, Becker procurou demonstrar que muitas práticas definidas como irregulares por determinados grupos seriam, em outros, vistas como normais, ou seja, "se um ato é ou não desviante, portanto, depende de como outras pessoas reagem a ele" (BECKER, 2008, p. 24).

Assim, ele ressalta que é o impacto social e cultural da ação que determinará à que universo pertencerá determinada conduta, se da normalidade ou do desvio.

Além do mais, ele denuncia que regras sociais de enquadramento e rotulação, tendem a ser aplicadas mais e de forma mais severa a algumas pessoas ou grupos do que há outras (BECKER, 2008). Logo, o fato de determinado indivíduo ter cometido um ato considerado como desvio, não significa que ele será considerado e tratado como um desviante 'comum'. Analisando as práticas adotadas pela Polícia e pelo Poder Judiciário americano, ele demonstrou que o grau de tratamento a que o indivíduo será publicamente exposto e julgado varia substancialmente, sobretudo, quando se leva em consideração a situação econômica, política e social, bem como a origem étnica do agente que praticou a ação.

Um bom exemplo de como o desvio social pode ser, conforme a necessidade e o imperativo social do agente, interpretado e acolhido de formas diferentes, pode ser retirado do controverso mundo da prostituição. O ato de se prostituir, de negociar o próprio corpo em troca de dinheiro ou outros benefícios, se constitui em um dos principais símbolos contemporâneo do desvio, imoralidade e estigma nas sociedades modernas, fato que se constata pela forma dramática como as prostitutas são naturalmente hostilizadas e desprezadas por boa parte da sociedade. No entanto, é possível constatar um verdadeiro paradoxo quando se analisa o caso da prostituição de luxo. Como demonstrou Guimarães (2007), é comum, no universo empresarial e político, homens do alto escalão e bem relacionados contratarem os serviços de 'acompanhantes' em viagem ou jantares de negócio, sem que, por este motivo, sejam hostilizados por colegas, mesmo que fique evidente a existência de um contrato que envolva serviços sexuais entre as partes. Segundo denuncia Becker (2008), o corporativismo elitista, no que diz respeito à ressignificação do desvio social, é flagrante nas sociedades modernas.

Portanto, e isso deve ficar claro, "o ponto é que a resposta das outras pessoas deve ser visto como problemático. O simples fato de uma pessoa ter cometido uma infração a uma regra jurídica ou moral não significa que outros reagirão como se isso tivesse acontecido" (BECKER, 2008, p. 24). Sendo assim, o estigma e o descrédito social não se aplicam da mesma forma e nem com a mesma intensidade e rigor para todos os membros da sociedade. Desta forma, como bem enfatiza Goffman (2013, p. 13):

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza

alguém pode confirmar normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso.

Assim, a fórmula utilizada para determinar a imposição do desvio e do estigma – bem como a própria normalidade –, não possui nenhuma precisão científica, como tentaram demonstrar os positivistas vinculados à escola de Durkheim e Comte. A caracterização desse rótulo negativo, como se viu, se dá pela oposição àquilo que, na sociedade, foi criado e institucionalizado como normal, através de um discurso produzido à luz de um saber-poder contingente. Ou seja, "a normalidade", como alertou Richard Miskolci (2003, p. 109), "tem uma história, é algo que foi construído num processo longo e complicado". Portanto, o que pode denotar uma característica desviante à ação de um determinado indivíduo, para o seguinte e em um momento posterior, poderá ser analisado de forma mais branda ou mesmo ignorada.

Contudo, um aspecto é determinante quando a ação do indivíduo for analisada e socialmente julgada: sua situação na hierarquia social (BECKER, 2008). Ou seja, a balança social, no jogo do desvio, não é neutra e equilibrada. Constantemente ela tende a pender para um dos lados, em geral, inclina-se para a extremidade de quem está em condições de pôr em prática estratégias de poder e, portanto, de produção do discurso normativo. Nesse sentido, é importante resgatar os dizeres de Foucault (2011, p. 264), para quem "a delinquência, a ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes".

Essa situação denunciada por Foucault, torna-se ainda mais flagrante quando se percebe, através da análise dos processos e das sentenças proferidas pelos tribunais de justiça, que, quando as mesmas circunstâncias envolvem sujeitos de classes opostas, o desvio à norma é, para os membros das classes mais abastadas, em geral, ressignificado e tratado por um viés mais 'compreensivo e camarada', isso quando, em razão da influência social e política do agente, o processo não é completamente esquecido. Becker (2008, p. 25), a esse respeito, dá um exemplo contundente:

Meninos de áreas de classe média, quando detidos, não chegam tão longe no processo legal como os meninos de bairros miseráveis. O menino de classe média tem menos probabilidade, quando apanhado pela polícia, de ser levado à delegacia; menos probabilidade, quando levado à delegacia, de ser autuado; e é extremamente improvável que seja condenado e sentenciado. Essa variação ocorre ainda que a infração original da norma

seja a mesma nos dois casos. [...] De maneira semelhante, a lei é diferentemente aplicada a negros e brancos. Sabe-se muito bem que um negro que supostamente atacou uma mulher branca tem muito maior probabilidade de ser punido que um branco que comete a mesma infração; sabe-se um pouco menos que um negro que mata outro negro tem menor probabilidade de ser punido que um branco que comete homicídio.

Contudo, apesar dos esforços em contrário, o estereótipo do homem desviante, em geral, ainda encontra-se fortemente vinculado a uma perspectiva etiológica de inspiração lombrosiana¹⁹, que, não raro, procura identificar traços imanentes de transgressão no ato praticado pelo indivíduo rotulado desta forma, ou seja, procura fazer da ação um aspecto intrínseco da personalidade do sujeito.

Essa característica, como destacado no início deste capítulo, está fortemente enraizada em praticamente todos os setores da sociedade. Nem mesmo a academia está imune desse perigo, constantemente está sob o risco de ratificar essas ideias se não adotar uma visão realmente ampla e crítica quando da discussão e análise dessa temática. Conforme Goffman (2013, p. 151, grifo do autor):

É realmente notável que aqueles que se ocupam das ciências sociais tenham-se habituado com tanta facilidade ao uso do termo 'desviante', como se aqueles a quem esse termo é aplicado tivessem em comum tantas coisas significativas que eles poderiam ser considerados como um todo.

Nesse sentido, um cientista social, ou mesmo qualquer curioso que adotar unicamente esse parâmetro epistemológico e desconsiderar o contexto em que as identidades são construídas e, por exemplo, se dedicar a analisar as estatísticas criminais, os dados sociais, culturais, étnicos e demográficos dos detentos sob a custódia do Estado em presídios e casas de correição, acabará por definir o perfil do desviante social como sendo, em geral: pobre, de cor negra ou parda, sem profissão definida, jovem e morador da periferia. Portanto, estará corroborando com o discurso que pretende atribuir a esses sujeitos uma essência desviante, um traço natural, particular e distinguível de imoralidade e delinquência em suas personalidades.

Sendo assim, como critica Becker (2014, p. 12), "alguns sociólogos aceitam que existem características inerentes a eventos, objetos e atividades, que

46

¹⁹ Para Lombroso (1835-1909), criador da Antropologia Criminal e um dos fundadores da Escola Positivista do Direito, o indivíduo tinha propensões biológicas para a prática do crime e da delinquência. Ele concluiu em seus estudos necroscópicos, sobretudo pela análise do crânio, que era da natureza de certas raças serem mais honestas ou, como no caso dos negros e dementes, mais criminosas que outras. Mais tarde, seus estudos foram rechaçados e tachados de racismo científico. In: LOMBROSO, Cesare. **O homem delinquente**. São Paulo: Ícone, 2007.

sobrevivem a todas as variações de contextos sociais e só podem ser interpretados e compreendidos como portadores destas características imutáveis". Ou seja, há cientistas que buscam uma verdade original e universal e, assim, desconsideram tanto a arbitrariedade como a contingência dos cenários cotidianos onde as identidades particulares e coletivas são, a todo instante, (re)negociadas, (re)criadas e imputadas e, desta forma, negligenciam o fato crucial de que:

Não há verdade que antes de ser uma verdade, não seja a efetuação de um sentido ou a realização de um valor. A verdade como conceito é totalmente indeterminada. Tudo depende do valor e do sentido do que pensamos. Temos sempre as verdades que merecemos em função do sentido daquilo que concebemos, do valor daquilo em que acreditamos. A verdade de um pensamento deve ser interpretada segundo as forças ou o poder que o determinam a pensar isso de preferência àquilo (DELEUZE, 1976, p. 49).

Pela breve análise a respeito das constantes flutuações que caracterizam o difícil e problemático conceito a respeito do desvio social, é possível constatar, tendo como pressuposto teórico a analítica do poder de Michel Foucault (1999), que essa característica amplamente implicada na caracterização dos atores sociais, inclusive atuando na construção de sua subjetividade, não possui — como sustentam arduamente os partidários de uma metafísica da substância — um fundamento essencializado no âmago dos sujeitos, ou seja, uma origem universal que se possa aplicar de maneira segura e generalizada a todos os sujeitos que praticaram atos que são (des)qualificados como desviantes.

Antes, esse rótulo de descrédito e estigma social, deve ser compreendido como o reflexo direto e imediato de práticas de poder que perfazem as estruturas das sociedades e são responsáveis por instituir regimes de verdade que fazem de seus discursos próprios e seletivos o substrato jurídico e moral de uma coletividade institucionalizada que faz da norma e da regra os principais mecanismos de controle e gestão aplicados na construção de identidades. Em outras palavras, "o universal", segundo Ernesto Laclau (1996, p. 53, tradução nossa), "não é outra coisa senão um particular que, em certo momento, passou a ser dominante". Portanto, para repensar esse universal, é necessário analisar o desvio, a subjetividade e a própria identidade do sujeito como sendo um produto contingente e historicamente fabricado por estratégias mobilizadas na disciplinarização dos sujeitos.

No entanto, se faz necessário destacar outra característica relacionada à análise do desvio. Determinadas práticas, enquanto perturbações à ordem social,

não causam o mesmo escândalo e impacto em todos os contextos onde são rotuladas como anormais. O furto, assim como roubo e o sequestro, apesar de serem práticas desviantes, são encarados, tanto pelo senso comum como pela própria lei que os prescreve, de formas totalmente diferentes. Nesse caso, é como se o primeiro fosse uma espécie de desvio mais brando em relação aos outros. Característica que, apesar disso, não descaracteriza essa ação como socialmente reprovável. O mesmo ocorre com outras condutas tipificadas na legislação. Por exemplo, não se trata uma agressão física ou uma ameaça da mesma forma e com o mesmo rigor que um assassinato requer.

O universo das praticas desviantes institui, portanto, uma espécie de hierarquia de ações e omissões, onde os atos desviantes têm pesos diferentes e alguns, até certo ponto, são ignorados, não sendo alvos de sanções legais ou morais em razão de suas ínfimas consequência à manutenção do bem-estar coletivo e da ordem social instituída. Nesse sentido, é importante lembrar que o sociólogo norte-americano Talcott Parsons (1980), já havia chamado a atenção para o fato de que, dentro de certos limites e inseridos em cenários específicos, os desvios não provocam punições ou sanções aos agentes.

No entanto, com a ascensão das sociedades normalizadoras em finais dos setecentos, uma prática social parece ter se configurado como principal fonte garantidora do *status* de normalidade bem como pela atribuição do rotulo de desvio sem, contudo, possibilitar, como nos exemplos mencionados, margem para atenuação dos atos desviantes. Trata-se, pois, da sexualidade dos sujeitos.

Nessa configuração, a análise dos corpos sexuados, depois de cooptados por novas tecnologias de poder, pôs em evidência uma dualidade flagrante e objetiva: ou se reitera a normalidade do indivíduo, ou se denuncia sua patologia e a submete à normalização. Portanto, nas sociedades modernas, onde a disciplina e a norma impõe o enquadramento dos corpos, quando o que está em questão é a sexualidade da população, são cada vez menores os espaços onde anomalia e normalidade ainda se confundem. Desta maneira, "percebe-se", como destacou Miskolci (2003) ao analisar os discursos sobre o sexo neste período, "que a sexualidade era vista por todos como um perigo iminente" (p. 111).

Sendo assim, é nesse novo contexto sociopolítico, que está diretamente relacionado às necessidades implicadas na produção e reprodução do *status quo* burguês, que as práticas sexuais dos indivíduos, em razão de todos os seus

possíveis efeitos biológicos sobre a população, foram capturadas por uma densa rede de poderes onde se articulavam saberes efêmeros e precários na produção de conhecimentos sobre o sujeito, o corpo e o prazer. Esse cenário, possibilitou a transformação do sexo, através de uma maquinaria específica direcionada a normalizar e disciplinar o corpo, em um mecanismo singular, responsável por definir e diferenciar, de forma arbitrária, o sujeito normal do patológico.

Em vista do exposto, torna-se imprescindível analisar como a sexualidade dos sujeitos pôde se configurar, no decorrer dos últimos três séculos, como principal ferramenta discursiva na produção da normalidade ou do desvio. Nesse sentido, o capítulo que segue tem como objetivo analisar, de forma teórica, como se deu a construção e institucionalização da matriz sexual hegemônica²⁰ e de que forma seus discursos agem para confirmar ou negar a inteligibilidade social e política dos sujeitos sexuados e subjetivados pelo poder. Objetiva-se também, apontar caminhos alternativos — através do esboço de um projeto subversivo implicado na ressignificação das identidades sexuais periféricas — que permitam a desconstrução das teorias que sevem de fundamento epistemológico para rotular e alocar determinadas categorias sociais no universo do desvio e, desta forma, garantir a manutenção dos discursos que sustentam e estruturam a matriz sexual hegemônica.

_

²⁰ A partir deste momento, quando falarmos em matriz sexual hegemônica, estaremos nos remetendo "às estruturas de poder no interior das quais os sujeitos são constituídos por meio da coerção ideológica e não da coerção física" (SALIH, 2015, p. 112). No capítulo que segue, esse conceito e seus desdobramentos serão, à luz da teoria butleriana, novamente discutido.

CAPÍTULO II – A SEXUALIDADE COMO MECANISMO DE PRODUÇÃO DA NORMALIDADE E DO DESVIO SOCIAL

"tudo veio a ser; não há fatos eternos, como não há verdades absolutas" (Friedrich Nietzsche)

O sexo sempre desempenhou, para além de seus aspectos reprodutivos convencionais, um papel fundamental na história, formação e manutenção das principais civilizações surgidas tanto no Oriente como no Ocidente. Contudo, é com o surgimento do movimento Renascentista Europeu, em especial com o humanismo do século XVI – que resgatou, depois de séculos de perseguições e mutismos, o corpo e a carne dos porões silenciosos e opacos para onde tinham sido lançados pelos dogmas religiosos –, que vemos o sexo ser apropriado – se não pela primeira vez, ao menos de uma forma totalmente nova – por uma miríade de discursos efêmeros, de lógicas e encarnações próprias de cada tempo e lugar, que o tornaram, antes de qualquer coisa, um signo heterogêneo, confuso e vazio, fazendo de seu significante, desde então, o *locus* perpétuo de conflitos políticos, sociais e culturais. Situação que se tornou ainda mais emblemática, quando o sexo foi, nos desdobramentos finais do século XVIII, investido por um novo poder que o lançou em uma densa rede de conhecimentos onde se articulavam discursos e saberes sobre o corpo e o prazer.

Deste período em diante, o sexo, como um dado imutável e inquestionável da natureza e símbolo excelso do dispositivo de aliança, cede lugar à sexualidade, um dispositivo histórico e discursivo que foi imprescindível para organização social e produção de um regime de verdade capaz de influenciar até mesmo na produção da subjetividade dos sujeitos modernos; pois, como demonstrou Foucault (1999), a análise da sexualidade, para além da confissão²¹, se encarregou de falar do sujeito, e falar muito, sem que ele nada dissesse a seu próprio respeito.

É na esteira do empreendimento burguês na Europa ocidental – que teve como uma de suas primeiras e mais importantes características a aplicação maciça de um poder disciplinar sobre os corpos dos indivíduos –, que o sexo, ou melhor dizendo, o exercício da sexualidade, parece ter assumido uma função distinta dos

50

²¹ Segundo Foucault (2015, p. 390), "por confissão entendo todos os procedimentos pelos quais se incita o sujeito a produzir sobre a sexualidade um discurso de verdade que é capaz de ter efeitos sobre o próprio sujeito".

períodos anteriores, pois, como destacou Foucault (1999), ela se tornou, desde então, a principal ferramenta discursiva e doutrinária à disposição das sociedades, em especial das sociedades normalizadoras²², para efetivar e maximizar a gestão e o controle sobre os sujeitos inseridos nesses espaços amplamente recortados por normas e regras. Sujeitos que, com a emergência da segunda metade do século XVIII, passaram a ser analisados pelos governos como uma população, categoria que apresentava uma série de fenômenos singulares e distintos, sobretudo, porque, a contar deste momento, o foco estava centrado na regulação e preservação da vida biológica dos sujeitos através de uma nova tecnologia de poder que se caracterizava por ser positiva e construtiva em seus efeitos. Portanto, nesse período, instalou-se o processo político que Michel Foucault (1999, p. 134, grifos do autor) denominou de biopolítica, ou seja:

Se pudéssemos chamar de 'bio-história' as pressões por meio das quais os movimentos da vida e os processos da história interferem entre si, deveríamos falar de 'biopolítica' para designar o que faz com que a vida e seus mecanismos entrem no domínio dos cálculos explícitos, e faz do poder-saber um agente de transformação da vida humana.

É nessa nova configuração, que a sexualidade adquiriu, definitivamente, lugar de destaque nas políticas direcionadas ao controle e gestão das sociedades modernas, pois, se encontrava, em virtude de seus múltiplos efeitos, alojada no cerne das questões e ações que perfaziam a problemática das populações junto ao aparelho de Estado.

Assim, de acordo com Foucault (1999, p. 29), a partir desse período, através dos dispositivos de sexualidade²³, "a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção política". Ou seja, "o sexo", segundo Dreyfus e Rabinow (1995, p. 155), "conforme é compreendido agora, expande-se como uma forma de controle administrativo". Através dessa nova economia do corpo:

²² Entidades administrativas, em geral na figura de Estados-nações, surgidas de forma preponderante a partir do século XVIII.

Para Foucault (2015, p. 364), os *dispositivos de sexualidade* devem ser entendidos como "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos".

[...] a conduta sexual da população é tomada, ao mesmo tempo, como objeto de análise e alvo de intervenção [...]. Através da economia política da população forma-se toda uma teia de observações sobre o sexo. Surge a análise das condutas sexuais, de suas determinações e efeitos, nos limites entre o biológico e o econômico. Aparecem também as campanhas sistemáticas que, à margem dos meios tradicionais — exortações morais e religiosas, medidas fiscais —, tentam fazer do comportamento dos casais uma conduta econômica e política deliberada (FOUCAULT, 1999, p. 29).

Contudo, a disseminação desses discursos de normalização que só fizeram se multiplicar a partir de Idade Clássica, não ficou restrito às amplas práticas e estratégias políticas empregadas pelos Estados-nações. Segundo Foucault (1999), se difundiram e se ramificaram de forma generalizada até os ínfimos domínios do senso comum, sendo o cuidado com a saúde e higiene do corpo da família burguesa seu ponto de partida, antes de alcançar e penetrar as demais classes, grupos e domínios sociais para, desta forma, permitir e corroborar com a construção 'coletiva' de um arcabouço moral e jurídico e, assim, solidificar, junto às sociedades ocidentais, uma série de pressupostos e mecanismos no que diz respeito à regulação e normalização da sexualidade e suas práticas.

Essa situação, permitiu que os membros da população, independente da sua posição social, pudessem exercer, para além das práticas oficiais adotadas pelos Estados, uma espécie de vigilância descentralizada, uma microvigilância, sobre as condutas sexuais de seus pares, com o intuito de preservar, incentivar e, desta forma, exaltar o 'bom' sexo e, ao contrário, punir, inclusive se necessário for, excluir o 'mau' sexo da sociedade.

O exercício desses micropoderes, ou poderes extralegais, implicados no controle, regulação e punição do sexo desviante vão de encontro, respectivamente, ao argumento de Rubin (2003, p. 14, grifo nosso), para quem "a sexualidade nas sociedades ocidentais têm sido estruturada dentro de enquadramentos sociais extremamente punitivos, e tem sido sujeita a controles formais e 'informais' muito reais"; bem como à afirmação de Butler (2014, p. 213), de que "não podemos abordar o poder se sempre situarmos o Estado no centro de sua operação. O Estado recorre a operações não estadistas de poder e não pode funcionar sem uma reserva de poder que ele mesmo não organizou". Desta forma, no que diz respeito à regulação e controle da sexualidade da população é possível afirmar, como fez Gayle Rubin (2003, p. 29), que "a maior parte do controle social é extralegal".

Em virtude dessa característica de generalização e descentralização dos discursos de normalização das sexualidades, boa parte dos membros da sociedade se vê autorizada a julgar e construir, tendo como referência os dispositivos de sexualidade, (pré)conceitos sobre quem são os sujeitos normais e, ao contrário, os anormais sociais, unicamente através da análise de suas práticas sexuais.

Esse fenômeno só se tronou possível porque todos os atores envolvidos nesse processo se encontram inseridos no interior de uma matriz sociocultural que dita não apenas condutas legais, mas também regras de moralidade no que diz respeito à sexualidade dos sujeitos, ambas tendo como substrato um discurso próprio, ou melhor, um regime de verdade singular que penetra cada espaço social. Quanto às características desse regime, Foucault (2015, p. 52, grifo do autor) diz:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua 'política geral' de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro.

No entanto, esse fenômeno social e cultural que procura distinguir, entre práticas distintas, uma sexualidade ideal, ou seja, uma conduta normal, não é absolutamente novo em suas manifestações nem mesmo particular a determinadas formas de pensamentos. Para Rubin (2003, p. 20), "a noção de uma sexualidade ideal e singular caracteriza e distingue a maioria dos sistemas de pensamento sobre o sexo", sendo, na maioria deles, a forma pela qual se distingue a normalidade da patologia o fundamento principal do discurso.

Nas sociedades modernas, submetidas ao paradigma da normalização, essa situação descrita por Rubin, é ainda mais flagrante. Conduzidas a escrutínio, a manifestação das sexualidades se tornou, não obstante, o objeto principal quando se busca reconhecer e atestar a normalidade do sujeito, ou seja, reconhecer sua 'verdade', uma verdade que se reflete na e através da aceitação e submissão irrestrita às normas reguladoras instituídas para defender o bom sexo e, desta forma, solidificar a matriz sexual hegemônica que, segundo Butler (2003), é o modelo discursivo/epistemológico que serve para garantir a inteligibilidade social e política dos corpos.

Todavia, conforme a crítica apontada por Judith Butler (2003, p. 38), esse regime de verdade deve ser compreendido, antes de qualquer coisa, como "produzido precisamente pelas próprias práticas reguladoras que geram identidades coerentes por via de uma matriz de normas coerentes". Ou seja, as próprias normas morais e códigos jurídicos disponíveis e utilizados pra 'proteção' e manutenção da sociedade, são responsáveis por criar seus objetos de contestação e repressão com vistas à reificar o desvio e, desta forma, ratificar o normal²⁴, "em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que os combatem" (BUTLER, 2003, p. 38). Assim sendo, a ilegalidade ou o desvio moral devem ser compreendidos como produtos da própria legalidade e moralidade, ou seja, "a existência de uma proibição legal cria em torno dela um campo de práticas ilegais" (FOUCAULT, 2011, p. 265).

Neste sentido, instala-se, no que diz respeito às práticas sexuais da população, uma relação de interdependência entre o normal e o patológico, sendo este último um construto, de certa forma, indispensável, já que tem como função não apenas denunciar a anormalidade de determinado sujeito ou categoria específica, mas antes, confirmar a própria normalidade²⁵, através do processo de forclusão, ou seja, pela negação e exclusão compulsória do Outro, pois, conforme argumenta Butler (2014, p. 202), nessa conjuntura comum às sociedades normativas, "um sujeito só se torna distinto mediante a exclusão de outras possíveis formações do sujeito".

Portanto, para que determinadas práticas sexuais possam gozar de um estatuto de normalidade social, ou seja, para que sejam inteligíveis e aceitas no interior dessa matriz sociocultural, é necessário que algumas sexualidades, invariavelmente, sejam reprimidas, negadas, compreendidas como despropositadas e, no extremo, inclusive tratadas como social e politicamente inexistentes, logo, impossíveis de serem discutidas e conceituadas já que pertencem aos domínios do desumanizado, do abjeto. Sendo assim, "parte do problema da vida política

_

²⁴ Segundo Butler (2003, p. 18, grifos da autora), "Foucault observa que os sistemas jurídicos de poder *produzem* os sujeitos que subsequentemente passam a representar".

²⁵ Como defende Louro (2015, p. 31, grifos da autora), "[...] as instituições e os indivíduos precisam desse 'outro'. Precisam da identidade 'subjugada' para se afirmar e para se definir, pois sua afirmação se dá na medida em que a contrariam e a rejeitam".

contemporânea", conforme denuncia Butler (2014, p. 54), "é que nem todo mundo conta como sujeito".

Portanto, o não reconhecimento de certos sujeitos sexuados ocorre porque os mecanismos de poder implicados na promoção da legalidade, se incubem, para coroar a normalidade compulsoriamente instituída, de (re)construir e (re)afirmar, constantemente a anormalidade dos sujeitos transgressores. Porém, tendo como referência condutas vistas como normais ou, ao menos, as que não são ostensivamente recriminadas, precarizadas e/ou combatidas pelos discursos de normação. Sendo assim, "a sexualidade regular", segundo Foucault (1999, p. 39), "o será a partir dessas sexualidades periféricas". Esse processo, quando não interrompido, leva, inevitavelmente, à construção e naturalização compulsória de corpos normais e anormais, através de um ciclo perverso de produção-reprodução das sexualidades. A esse respeito, é importante lembrar a denúncia feita por Beatriz Preciado (2014), segundo a filósofa:

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos são naturalizados, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados (p. 26).

Nesse ponto, é imperativo destacar que o processo de rotulação das sexualidades está atrelado, essencialmente, à ascensão de novos saberes que, inseridos em uma economia específica do prazer, foram convertidos em estratégias de poder aplicadas à regulação dos corpos. Assim, antes que novas tecnologias de poder pudessem disseminar a negação, a repressão e a reificação das sexualidades periféricas e, consequentemente, ratificar um padrão sexual idealizado, foi preciso – tendo como fundamento teórico e epistemológico o surgimento e institucionalização de novos saberes sobre o corpo (medicina) e a 'mente' (psiquiatria) – implantar um minucioso processo político analítico, com o objetivo de identificá-las, discerni-las e classificá-las meticulosamente no interior dessa nova economia política do corpo e da carne que caracteriza a biopolítica, para, só então, nomeá-las de acordo com os imperativos e necessidades do discurso hegemônico. Nesse sentido, para Michel Foucault (1999, p. 38, grifo do autor):

Os séculos XIX e o nosso foram, antes de qualquer coisa, a idade da multiplicação: uma vasta dispersão das sexualidades, um reforço de suas

formas mais absurdas, uma implantação múltipla das 'perversões'. Nossa época foi, sem dúvida, iniciadora de grandes heterogeneidades sexuais.

Portanto, a criação e aplicação, por parte dos Estados modernos, de macromecanismos voltados diretamente para o controle, vigilância e gestão das populações são, como destacou Foucault (1999), consequências (in)diretas da multiplicação dessas perversões sexuais que se seguiram à Idade Clássica. Mecanismos que se tornaram cada vez mais comuns no cotidiano das sociedades hodiernas, desta forma, passando a se manifestar e agir, através de uma microfísica do poder, até nas mais ínfimas instâncias das relações humanas. Assim posto:

A implantação das perversões deve ser vista como um efeito-instrumento: é através do isolamento, da análise, da classificação, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações de poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem e classificam o corpo e penetram nas menores condutas (FOUCAULT, 1999, p. 48).

Outra consequência relacionada à explosão dessas perversões e à implantação desses grandes e articulados aparelhos disciplinares e normativos – inclusive porque construiu, de forma imprevista, seu objeto alvo – trata-se da consolidação e institucionalização de um conjunto distinto de práticas que se tornaram referência para identificar a figura social e política do sujeito normal. Esse fenômeno possibilitou, de imediato, a definição e distinção de seu antagonista, o anormal, o desviante. Desta forma, evidencia-se que não foi a anomalia sexual que foi criada e instituída, mas sim, a própria normalidade do prazer. A esse respeito, Richard Miskolci (2005, p. 12) faz o seguinte alerta:

[...] à pergunta sobre o que há de novo no desvio podemos responder: a normalidade, pois esses termos relacionais surgiram a partir da consolidação da ordem social assentada numa tecnologia de poder que estabeleceu normas, as naturalizou e fez com que todos os que não se enquadrassem nelas passassem a ser classificados como desviantes.

Pelo exposto até aqui, é possível, mesmo que de forma não conclusiva, apontar os eventos singulares que caracterizam o surgimento da biopolítica – da maneira como estes foram conceituados e desenvolvidos pelas análises genealógicas de Foucault – como o ponto de partida e ramificação desses processos sociopolíticos que culminaram com a precarização inopinada das sexualidades rotuladas como desviantes. Além do mais, como consequência do

advento dessas políticas estatais voltadas à manutenção da vida coletiva pelo viés da normalização das sexualidades, foram, definitivamente, estabelecidos os lugares próprios da heterotopia²⁶, dos corpos desviantes; aqueles que, por suas condutas 'absurdas' e 'aberrantes', passaram a ser combatido e oprimido pelo discurso hegemônico e, imediatamente, lançado às margens da sociedade, de onde são acusados não apenas de infringir a moralidade vigente, mas de pôr em risco, fraturar e comprometer a estrutura que sustenta a matriz sexual. Em razão disso, são sujeitos que se tornaram possuidores de uma vida ilegítima, um viver quase impossível de se materializar, ou seja, adquirem, neste contexto de exclusão, uma identidade precária, ou mesmo, uma não identidade (BUTLER, 2014).

Portanto, estratégias de poder foram, de forma singular em cada contexto, mobilizadas para identificar e destacar, junto às sociedades normalizadoras, o sujeito desviante e, assim, estigmatizar e obscurecer toda e qualquer prática que fique além, que ultrapasse os limites racionais do pensamento moral e jurídico construídos em torno da 'boa sexualidade', bem como fortalecer a estrutura do velho projeto que busca definir, às custas do reconhecimento às diferenças, um 'bom sexo'.

Em virtude das singularidades que caracterizam esse fenômeno, direcionamos o tópico que segue a mostrar como o surgimento dessa nova tecnologia de poder destinada a garantir a vida em todas as suas peculiaridades biológicas foi ampliada e redirecionada tanto ao corpo fracionado e enquadrado pelas disciplinas, quanto aos mecanismos direcionados à gestão da população, fazendo da sexualidade um mecanismo garantidor de cognoscitividade social e política.

De forma mais específica, o objetivo é mostrar como os dispositivos de sexualidade construíram – a um só tempo – discursos de negação e abjeção, direcionados à reificar a suposta monstruosidade social dos corpos desviantes, e discursos para ratificar a normalidade dos sujeitos que, por aderirem às normas que subjazem a matriz sexual vigente, contribuem para a manutenção do *status quo* e, desta forma, evitam os efeitos reais e simbólicos do estigma e preconceito social.

57

²⁶ Para Foucault, a heterotopia, em contraste com as utopias, que são os espaços do irreal, é o lugar do desvio, da diferença, do outro, ou seja, "aquele local na qual se localiza os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida" (2003, p. 416).

PODER, BIOPOLÍTICA E A CONSTRUÇÃO DO CORPO DESVIANTE

Com a emergência da segunda metade do século XVIII, inicia-se, não sem que fosse possível vislumbrar resquícios deixados pelas *epistemes*²⁷ anteriores, uma radical reconfiguração nas formas como as estratégias de poder serão colocadas em ação em todas as sociedades ocidentais. No entanto, é importante destacar que nas sociedades pré-modernas, "o poder", como observa Foucault (1999, p. 128), "era, antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida; culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la". Sendo assim, próximo ao crepúsculo da Idade Clássica, não é mais a capacidade ilimitada de causar a morte que configurava as estratégias dos Estados-Nação. Diferente do poder clássico exercido pelo soberano, poder quase ilimitado que se caracterizava pelo símbolo mortal do gládio, preservar a vida da população era o objetivo dessa estratégia de poder em que a vida fora inserida e, desde então, administrada à luz de um discurso positivo de majoração do corpo espécie.

Nesse contexto, novas e renovadas estratégias de poder permitiram ampliar o controle e a vigilância sobre todos os aspectos da população, em especial, no que diz respeito a sexualidade, pois, como argumentou Foucault (2005), as práticas sexuais se encontravam no limiar entre o corpo adestrado do sujeito e a gestão da população, ou seja, formavam um elo indissociável que vinculava tanto os mecanismos característicos das disciplinas como os da regulamentação.

Esse poder, possibilitou o surgimento daquilo que Foucault (1999) chamou de 'analítica da sexualidade', um mecanismo produtor de discursos que se autorizava e se desenvolvia por intermédio de uma série de saberes emergentes como Pedagogia, Psiquiatria, Medicina, Política, Economia etc. que eram, em grande parte, indispensáveis à manutenção da vida social dos indivíduos modernos, o que impossibilitava que se mantivessem longe das zonas de influências desse saberes, portanto, praticamente impossibilitando-os de não sofrerem, de uma forma ou de outra, as consequências dos discursos que eram produzidos e vinculados por estes saberes.

²⁷ As epistemes, conforme Strathern (2003, p. 36-37), podem ser entendidas como sendo "o conjunto de pressupostos, preconceitos e tendências que estruturavam e delimitavam o pensamento de qualquer época em particular, portanto, as tendências particulares de um período histórico".

Esses discursos que caracterizam a biopolítica, possibilitaram, não sem resistência, o definitivo rompimento com a teoria clássica onde o poder era uma prerrogativa quase exclusiva da nobreza. No entanto, antes de explorarmos mais a fundo os efeitos teóricos e práticos da biopolítica para normalização das sexualidades é preciso definir e identificar, notadamente na obra de Michel Foucault, o que é o poder, ou melhor, que força é essa que, no seu exercício permanente, produz e reproduz, como defendeu o próprio filósofo francês, forças capazes de penetrar, como feixes de luz, todos os espaços da vida social.

O PODER NA ANALÍTICA DE FOUCAULT

Apesar de ser uma temática constante em praticamente todas as suas obras genealógicas²⁸, Foucault não tinha a pretensão de construir ou fundar, ao redor do poder e suas implicações teóricas e práticas, uma teoria que pudesse ser universalizada. Como argumentou, "se tentarmos construir uma teoria do poder, será necessário sempre descrevê-lo como algo que emerge num determinado lugar e num tempo dados, e daí deduzir e reconstruir sua gênese" (1995, p. 202). Era exatamente aí que residia sua resistência, em não ter que apontar uma origem, um ponto que levaria o poder ao espraiamento. Como esclareceu em outra ocasião:

[...] o problema não é constituir uma teoria do poder que teria como função refazer o que um Boulainvilliers ou Rousseau queriam fazer. Todos os dois partem de um estágio originário em que todos os homens são iguais, e depois o que acontece? Invasão histórica para um, acontecimento mítico para outro, mas sempre aparece a ideia de que, a partir de um momento, as pessoas não tiveram mais direitos e surgiu o poder. Se o objetivo for construir uma teoria do poder, haverá sempre a necessidade de considerálo como algo que surgiu em um determinado momento, de que se deveria fazer a gênese e depois a redução. Mas se o poder na realidade é um feixe aberto, mais ou menos coordenado (e, sem dúvida, mal coordenado) de relações, então o único problema é munir-se de princípios de análise que permitam uma analítica das relações do poder (FOUCAULT, 2015, p. 369).

⁻

²⁸ Aqui estamos nos referindo às pesquisas empreendidas por Michel Foucault no decorrer da década de 1970, período em que a arqueologia do saber e as epistemes cedem lugar a genealogia e a análise dos discursos. Neste período se destacam, além dos cursos do Collège de France, as obras *Vigiar e punir* (1975) e *A vontade de saber* (1976), primeiro volume da História da Sexualidade.

Portanto, o poder, para Foucault (1999, p. 89), "não é uma instituição nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada". Além do mais, não é uma força destinada a reprimir e punir, que se preste unicamente a negar, a dizer 'não', mas sim, uma estratégia positiva, que produz, que potencializa as capacidades individuais e maximiza todos os mecanismos e instâncias onde é aplicado. Para Machado (1988, p. 139), "é justamente esse aspecto que explica o fato de que tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo".

Conforme a analítica do poder empreendida por Foucault, a teoria clássica sobre o poder é desconstruída e ressignificada, ou seja, "a perspectiva aberta pela analítica do poder", segundo Maia (1995, p. 87), "vai impor, também, um deslocamento sensível, em relação às análises tradicionais sobre esta noção, no que concerne ao papel do Estado".

Portanto, a operacionalização das táticas de poder pela elite social, econômica e política – que é a forma, aparentemente, mais visível de exercício do poder em todas as sociedades ocidentais – é, antes de qualquer coisa, apenas uma entre suas manifestações cotidianas. Desta forma, para Foucault (2011):

Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é o 'privilégio' adquirido ou conservado da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas - efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados. Esse poder, por outro lado, não se aplica pura e simplesmente como uma obrigação ou uma proibição, aos que 'não têm'; ele os investe, passa por eles e através deles; apoia-se neles, do mesmo modo que eles, em sua luta contra esse poder, apoiam-se por sua vez nos pontos em que ele os alcança. O que significa que essas relações aprofundam-se dentro da sociedade, que não se localizam nas relações do Estado com os cidadãos ou na fronteira das classes e que não se contentam em reproduzir ao nível dos indivíduos, dos corpos, dos gestos e dos comportamentos, a forma geral da lei ou do governo; que se há continuidade (realmente elas se articulam bem, nessa forma, de acordo com toda uma série de complexas engrenagens), não há analogia nem homologia, mas especificidade do mecanismo e de modalidade. Finalmente, não são unívocas; definem inúmeros pontos de luta, focos de instabilidade comportando cada um seus riscos de conflito, de lutas e de inversão pelo menos transitória da relação de forças (p. 29-30).

Porém, é importante destacar que, a partir do século XVIII, o poder passou a se manifestar como consequência do surgimento de um conjunto de saberes que foram mobilizados nas mais diversas instâncias da sociedade, pois, como defendeu Machado (1988, p. 199), "não há relação de poder sem a constituição de um campo

de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder". Esses saberes, foram responsáveis por criar e disseminar discursos que penetraram às mínimas fissuras da sociedade, o que possibilitou a criação precária de regimes de verdade próprios de cada espaço²⁹, o que foi indispensável no processo de normalização social, pois, como argumentou Foucault (2005, p. 22), "somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade".

No entanto, esses mecanismos discursivos que possibilitam o exercício do poder não se constituíram ou se multiplicaram ao acaso. Essas práticas fazem parte, segundo o filósofo francês, de um fenômeno maior e mais complexo, que remonta há, pelo menos, três séculos, e que pode ser denominado de 'normalização da sociedade', período em que "as mudanças sociais", segundo Miskolci (2005, p. 12), "transformaram determinados comportamentos e ações em alvo de contagem, classificação e controle".

Esse processo, onde os saberes passaram a subordinar as estratégias de poder, pode ser dividido em dois períodos distintos: (1) a anátomo-política do corpo (poder disciplinar); e (2) a biopolítica das populações. Portanto, quanto às estratégias de aplicação do poder, tem-se, inicialmente, um mecanismo disciplinar e, em seguida, um mecanismo para regular e administrar as populações, porém, esses poderes não se excluem, pelo contrário, se intersectam a todo instante.

Quanto ao primeiro período, onde as estratégias de poder procuravam aumentar e maximizar a força útil dos indivíduos através, principalmente, da imposição de uma vigilância contínua, do treinamento mental, do exercício físico e do adestramento coletivo, o dispositivo aplicado era essencialmente disciplinar, logo, o foco estava centrado na disciplinarização do corpo humano, então isolado, fragmentado e meticulosamente recortado nos múltiplos espaços da sociedade. Para Dreyfus e Rabinow (1995, p. 169, grifos dos autores):

> A disciplina é uma técnica, não uma instituição. Ela funciona de modo a ser maciça e quase totalmente apropriada em certas instituições (casas de detenção, forças armadas) ou usadas para fins precisos em outras (escolas, hospitais); ela poderia ser empregada por autoridades preexistentes (controle das doenças) ou por parte do aparelho judiciário do Estado (polícia). Porém, não é redutível ou identificável com nenhuma destas

²⁹ Para Foucault (2015, p. 346, grifos do autor), "a produção de discursos 'verdadeiros' – e que, além disso, mudam incessantemente - é um dos problemas fundamentais do Ocidente. A história da 'verdade' - do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros - está totalmente por ser feita".

instituições particulares. A disciplina não substitui simplesmente outras formas de poder que existiram na sociedade. Ao contrário, ela 'investe' sobre elas ou as coloniza, reunindo-as, estendendo seu alcance, estabelecendo sua eficácia e, 'sobretudo, permitindo conduzir os efeitos de poder até os elementos mais resistentes e mais distantes'.

Porém, o poder não se restringiu ao enquadramento do corpo fragmentado e recortado no espaço. Houve a necessidade, já na segunda metade do século XVIII, de se pensar no todo, de se administrar e controlar a coletividade e suas peculiaridades. É o momento de surgimento da Biopolítica e seus fenômenos próprios. É o momento em que o biopoder se qualifica, se expande e se encarrega de garantir a gestão da vida biológica da população. É o momento do nascimento do homem-espécie e da extensão do poder sobre a vida.

BIOPOLÍTICA E A EXTENSÃO DO PODER SOBRE A VIDA

Após esse primeiro momento, onde os sujeitos fragmentados e singularizados no espaço eram os objetos de um poder disciplinador; no momento que segue, já nos instantes finais do século XVIII, instala-se no Ocidente uma nova racionalidade política e, como consequência prática, surge uma tecnologia de poder implicada, por seu turno, no controle e cuidado da vida biológica da população, é a ascensão da biopolítica.

Com o surgimento dessa nova lógica, o foco de ação se diferencia, se amplia para abarcar e possibilitar um novo projeto, mais ambicioso, crítico e economicamente imprescindível para o desenvolvimento do empreendimento burguês e fortalecimento do próprio Estado. Segundo Foucault (1999, p. 128), "é a partir da época clássica que o Ocidente conheceu uma transformação muito profunda desses mecanismos de poder". Ou seja:

Depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante ao modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante, mas massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anatomopolítica do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no mesmo século, algo que já não é anatomopolítica do corpo humano, mas o que eu chamaria de uma 'biopolítica' da espécie humana (FOUCAULT, 2005, p. 204, grifo do autor).

Portanto, nessa nova racionalização política do Estado, as estratégias de poder são reformuladas em seus objetivos teóricos e práticos. Esse processo, amparado pelo desenvolvimento de novos saberes, culmina com o surgimento de uma nova tecnologia de poder que redireciona seu foco para gestão da população, categoria que representava os homens como seres biológicos, tornando-os um 'problema' vital a ser administrado pelos Estados. Segundo Foucault (2005, p. 206), "a biopolítica lida com a população, e a população como problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder":

É nesse momento, em que a vida passa a fazer parte das estratégias políticas, que ocorre a definitiva assunção da vida biológica pelo poder, ou melhor, inicia-se, como argumentou Foucault (2005, p. 201), "uma espécie de estatização do ser biológico". Nesse contexto, onde a vida dos seres humanos foi 'tomada' pelas estratégias políticas dos Estados, o processo:

Centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e mortalidades, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores (FOUCAULT, 1999, p. 131).

Portanto, com o século XIX se aproximando no horizonte dos Estados Ocidentais, a biopolítica se torna, sem, contudo, excluir os processos disciplinares, preponderante na normalização das práticas, hábitos e fenômenos sociais. No entanto, como alerta Maia (1995, p. 98):

[...] esta nova tecnologia não implica o abandono da ideia e utilização do poder-disciplinar; pelo contrário, as duas – poder disciplinar e biopolítica – se integram para um controle/gestão mais efetivo dos corpos. Apenas uma nova área e forma de atuação do poder nas sociedades ocidentais é posto a nu pela análise de Foucault com a noção de biopoder.

Outro fenômeno associado ao surgimento da biopolítica, estava relacionado à crescente importância dada à norma em relação ao sistema jurídico clássico. Este último, por sua relativa indiferença, não raro, deixava escapar à sanção normativa comportamentos desviantes considerados de 'menor importância' que atravessam os grandes sistemas punitivos de justiça, o que, no período que se inaugurava com

a biopolítica da espécie, não poderia mais ocorrer, pois, não havia mais espaços para lacunas no controle da vida, sob o risco de se comprometer o desenvolvimento biológico das populações e, consequentemente, enfraquecer e pôr em risco o próprio Estado como unidade política (FOUCAULT, 2011).

Em razão disso, a norma se expandiu junto ao tecido social, possibilitando e institucionalizou uma série de mecanismos de controle e vigilância social. Tais mecanismos visavam captar, nos ínfimos detalhes, todas as ações e omissões, seja do sujeito isolado ou da população, para, em comparação com um modelo instituído, atestar sua normalidade ou denunciar sua patologia. Para Foucault (2008, p. 75), a normalização da sociedade:

[...] consiste em primeiro colocar em um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização disciplinar consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo padronizado, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal, ao contrário quem não é capaz. Em outros termos, o que é fundamental e primeiro na normalização disciplinar não é o normal e o anormal, é a norma.

Portanto, essas sociedades normalizadoras que surgiram e se disseminaram no Ocidente são, antes de qualquer coisa, o efeito histórico e político de uma tecnologia de poder positivo centrada na regulação e majoração desse novo ser, o homem-espécie. Tal regulação, se não completamente, ao menos em sua essência, se apoiava em uma série de mecanismos específicos que foram especificamente planejados, construídos e aplicados no controle e gestão dos sujeitos em sociedade, ou seja, mecanismos de policiamento voltados para garantir a positividade das estratégias de poder nos campos político, econômico e social.

Além do mais, nesse cenário, a norma, em consequência de propor e defender modelos sociais que servirão como referência à normalidade, assume, não obstante, um estatuto de verdade universalmente aceito. Nesse sentido, Foucault (2005, p. 22) diz:

^[...] somos igualmente submetidos à verdade, no sentido de que a verdade é a norma; é o discurso verdadeiro que, ao menos em parte, decide; ele veicula, ele próprio propulsa efeitos de poder. Afinal de contas, somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou a uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros que trazem consigo efeitos específicos de poder.

Nessa conjuntura, a sexualidade dos indivíduos assume um caráter fundamental em razão de sua especificidade, pois, "a sexualidade", segundo defende Foucault (2005, p. 212), "está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também de regulação", ou seja, "o sexo", conforme Dreyfus e Rabinow (1995, p. 154), "tornou-se a construção através da qual o poder uniu a vitalidade do corpo à das espécies".

No entanto, em decorrência de seus efeitos imediatos junto à constituição das populações, as discussões a respeito da sexualidade passaram a ocorrer, em geral, na instância da biopolítica, ou seja, da regulação das populações. Não obstante, tais discussões enfatizavam a necessidade da construção de um arcabouço normativo que pudesse a um só tempo controlar e também regular — e não apenas reprimir e punir — as condutas sexuais da população a fim de garantir, de forma positiva, o vigor e a saúde dos sujeitos. Pode-se dizer, conforme denuncia Pelúcio (2009), que o verdadeiro objetivo estava em regular as práticas sexuais que escapam à proposta do sexo monogâmico, procriativo, heterossexual e não comercial.

Para pôr em prática a regulação mencionada por Pelúcio, foi necessário instituir, no âmbito dos Estados e de suas estratégias, uma política do sexo, ou uma "sexopolítica" como diz Preciado (2011, p. 11), voltada para o controle da vida pelo viés da normalização das sexualidades, pois, "o sexo dos viventes", conforme argumenta a autora, "tornou-se uma questão central da política e da governabilidade contemporânea" (PRECIADO, 2011, p. 12).

Traçados os objetivos básicos dessa regulação, além de definidas as sexualidades que deveriam ser normalizadas em relação a um modelo idealizado, iniciou-se a disseminação de discursos implicados em atestar ou mesmo negar a inteligibilidade sexual dos sujeitos através dos dispositivos de sexualidade. Para tanto, instituiu-se, como referência, uma tipologia sexual, um padrão singular de condutas que seriam submetidas a escrutínio antes da definição identitária do sujeito. Tais tipologias, responsáveis pela definição da normalidade ou do desvio do corpo sexuado, foram, segundo Foucault (1999), construídas na intersecção entre saberes emergentes como medicina, estatística e psiquiatria.

Antes de prosseguirmos é importante reiterar que, ao nos referirmos à 'dispositivos de sexualidade', estamos fazendo menção a um mecanismo multifacetado, amplo e complexo, que não pode ser limitado a uma instituição ou mesmo a uma prática política determinada. Nesse sentido, o filósofo italiano Giorgio

Agamben (2005, p. 13), apresenta uma definição coerente de dispositivo, para ele esse mecanismo deve ser entendido como sendo:

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões. Os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc. cuja conexão com o poder é em certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar.

Todavia, os discursos de normação colocados em prática através dos dispositivos de sexualidade destinados a regular as condutas sexuais da população, acarretam outras consequências que vão muito além da ratificação da normalidade e da reificação do sujeito desviante. Consequências que se acentuam, sobretudo, quando se leva em consideração os efeitos brutais da forclusão impingidos a essa segunda categoria em contextos específicos como, por exemplo, quando os sujeitos ultrapassam os limites lógicos do prazer e da sexualidade burguesa.

Assim, quando o sujeito é, publicamente, rotulado como um pervertido ou um desviante sexual; portanto, quando ele se encontra em desacordo com a matriz sexual vigente, se inicia um processo de estigmatização que, não raro, lançar o sujeito para além do desvio, ou seja, à inexistência social e à invisibilidade política. Portanto, em casos específicos, onde o exercício da sexualidade perturba ideias essencializadas sobre o corpo, o sexo e o prazer, pode ocorrer a completa elisão política do indivíduo através da abjeção, um processo onde os sujeitos adquirem, precisamente, um *status* de não-sujeito frente à norma hegemônica.

Portanto, nessa lógica perversa das sociedades normalizadoras, o que não pode ser assimilado à sua estrutura racionalizada, em regra, deverá ser excluído e negado como forma de preservar sua coesão e, principalmente, confirmar a normalidade do sujeito frente aos perigos representado pela existência do monstro social. É exatamente no desenrolar desse processo que se instala a abjeção. Quanto ao corpo abjeto e seus efeitos, Butler (2015, p. 155, grifos da autora) diz:

O abjeto designa aqui precisamente aquelas zonas 'inóspitas' e 'inabitáveis' da vida social, que são, não obstante, densamente povoadas por aqueles

que não gozam do status de sujeito, mas cujo habitar sob o signo do 'inabitável' é necessário para que o domínio do sujeito seja circunscrito. Essa zona de inabitabilidade constitui o limite definidor do domínio do sujeito.

Contudo, a abjeção deve ser entendida como um processo/situação que, de um modo geral, pode ser aplicada a todas as categorias e instâncias sociais onde o desvio, em virtude do contexto que será analisado, ultrapassa os limites lógicos do pensamento ontológico, conduzindo à total precarização da existência do sujeito, ou seja, o abjeto, segundo Butler (2002, p. 161) "não se restringe de modo algum a sexo e heteronormatividade. Relaciona-se a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante e excessivamente precária".

Ademais, a abjeção não deve ser entendida como sendo um desvio social maximizado em suas consequências. Assim, todo ser abjeto é um desviante, mas nem todo desviante será um ser abjeto. Portanto, a abjeção deverá ser compreendida como uma situação-momento, essencialmente dependente do contexto; ou seja, o sujeito é conduzido à categoria de abjeto quando se encontra em uma situação em que não é possível, naquele momento, reconhecê-lo ou nomeá-lo, mesmo que como um desviante. Desta forma, o contexto, no que diz respeito à análise da abjeção, torna-se fundamental, pois, alterações no discurso ou nas estratégias de poder em determinado cenário podem levar às tipologias a serem ressignificadas e (re)conduzir o sujeito abjeto à categoria de desviante ou, até mesmo, conferir-lhe um *status* de normalidade.

Apesar de se tratar de um fenômeno possível em todas as instâncias da vida sociais, é no que diz respeito às chamadas 'anormalidades' sexuais que a abjeção impõe-se de forma mais clara, principalmente quando se observa as estratégias de poder que, explicitamente, são mobilizadas para assegurar a manutenção da matriz hegemônica e, da mesma forma, impor o silêncio, a invisibilidade e a exclusão àqueles 'corpos' que são ininteligíveis frente a norma, pois, "esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados", segundo denuncia Butler (2015, p. 155, grifo da autora), "exige, pois, a produção simultânea de um domínio de seres abjetos, aqueles que ainda não são 'sujeitos', mas que formam o exterior constitutivo relativamente ao domínio do sujeito".

Em decorrência desse processo e suas múltiplas implicações para constituição da sociedade, bem como para subjetividade dos indivíduos submetidos a essa condição, o tópico que segue terá como objeto, exatamente, esses corpos que, mais que desviantes, são sexualmente 'inexistentes'. Quem são os sujeitos abjetos? Como se constrói essa tipologia? Quais os objetivos implicados na sua construção? Como os dispositivos de sexualidade operam para forjar o abjeto? Esses são alguns questionamentos que nortearão a discussão que segue.

PARA ALÉM DO DESVIO: A PRODUÇÃO DO CORPO ABJETO

Como vimos, desde o século XVIII, a sexualidade se converteu em um mecanismo singular para analisar e propor o estabelecimento da identidade social e política dos sujeitos. Desde então, "o sexo", de acordo com Preciado (2014, p. 25), "como órgão e prática, não é mais um lugar biológico preciso nem uma pulsão natural. O sexo é antes uma tecnologia de dominação". Essa tecnologia de dominação mencionada por Preciado se manifesta, sobretudo, na imposição compulsória de um discurso político voltado para a regulação do sexo, com o objetivo de garantir a padronização das condutas sexuais, seja pelo enquadramento do indivíduo isolado ou pela gestão da população através da sexopolítica. Para Preciado (2011, p. 11):

A sexopolítica é uma das formas dominantes da ação biopolítica no capitalismo contemporâneo. Com ela, o sexo (os órgãos chamados sexuais, as práticas sexuais e os códigos de masculinidade e de feminilidade, as identidades sexuais normais e desviantes) entra no cálculo do poder, fazendo dos discursos sobre o sexo e das tecnologias de normalização das identidades sexuais um agente de controle da vida.

Nesse contexto da sexopolítica, onde a sexualidade é o principal mecanismo responsável por garantir a inteligibilidade social dos indivíduos, existem, como vimos, os sujeitos que, em razão da negação ou omissão em seguir às normas, não alcançam o reconhecimento necessário para minimizar a precariedade das suas vidas³⁰, desta forma, são rotulados como desviantes e passam a conviver com as

³⁰ Por mais que possa parecer um paradoxo, segundo Butler (2014, p. 31), "a precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma, nas mãos dos outros". Portanto, todos, normais ou desviantes, têm uma vida precária, porém em razão de uma

chagas do estigma. No entanto, assim como os discursos produzem a anormalidade, quanto os sujeitos se enquadram às regras, eles têm o imediato reconhecimento de sua normalidade e identidade, pois, conforme Butler (2015, p. 154, grifo da autora):

O sexo é não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o 'alguém' simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

Contudo, tanto o sujeito normal quanto o desviante são seres que, apesar das diferenças quanto à assimilação ou negação da norma, possuem – e isso deve ficar claro – existência social e política, portanto, são vidas humanas que, independente da precarização de sua situação moral ou jurídica, são passíveis de cognoscitividade, mesmo que somente para exame e contestação, como no caso dos desviantes sexuais.

Todavia, outra categoria pode surgir quando certas sexualidades 'emergem' para além das tipologias monolíticas e essencializadas da matriz dominante, sobretudo, no que se refere aos gêneros na relação direta com a tipologia biológica dos sexos. Essa 'outra' categoria que na sociedade, em geral, é formada (mas, não somente) por gays, lésbicas e hermafroditas, muitas vezes não é passível de reconhecimento, representação ou mesmo conceitualização identitária, já que teve seu *status* político, de certa forma, negado por, justamente, não 'decorrer' ou confundir os termos da matriz sexual instituída como normal, onde o 'ser homem' e o 'ser mulher' são considerados tipologias únicas na configuração dos corpos. Esse outro 'ser', em geral, é encarado como uma falha no desenvolvimento biossocial, portanto, uma impossibilidade quase lógica já que não se conforma às normas de inteligibilidade cultural dos gêneros (BUTLER, 2003).

Essa 'outra' categoria, que surge paralela à norma – mas, não a tangencia –, em razão da sua irrepresentabilidade, acaba forçadamente alojada no limbo da abjeção, um espaço onde a lógica é a exclusão e a dessemelhança; um lugar próprio do abjeto, do não-sujeito, localizado para além dos limites que caracterizam a matriz sexual hegemônica e de qualquer possibilidade de representação política.

Quanto aos gêneros inteligíveis solicitados pela norma para ratificar a normalidade, eles são, de acordo com Butler (2003, p. 38), "aqueles que, em certo

série de contingências econômicas, sociais e políticas, alguns têm uma existência mais precarizada que outros.

sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo". Logo, qualquer ação ou omissão corpórea que possa perturbar esse sistema ontologicamente construído ao redor da heterossexualidade e suas tipologias únicas, deve ter sua existência sufocada, silenciada e descartada, pois, representa um risco ao bom sexo, à moral, à família e, principalmente, à própria constituição do ser humano como tal; pois, segundo a denúncia feita por Butler (2003, p. 108), "a questão de saber que prazeres viverão e que outros morrerão está frequentemente ligada a qual deles serve às práticas legitimadoras de formação da identidade que ocorrem na matriz das normas de gênero". Ainda segundo Butler (2003, p. 39, grifos da autora):

A matriz cultural por meio do qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de 'identidade' não possam 'existir' – isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não 'decorrem' nem do 'sexo' nem do 'gênero'. Nesse contexto, 'decorrer' seria uma relação política de direito instituído pelas leis culturais que estabelecem e regulam a forma e o significado da sexualidade.

Assim, o ser abjeto, esse ser vivente, mas politicamente ininteligível, vai emergir exatamente na incapacidade da matriz heterossexual absorver esses corpos onde sexo, gênero e desejo acham-se livres para entrecruzar-se sem que qualquer norma ou referência ontológica seja adotada. Portanto, "as imagens corporais que não se encaixam em nenhum desses gêneros", segundo Butler (2003, p. 162), "ficam fora do humano, constituem a rigor o domínio do desumanizado e do abjeto, em contraposição ao qual o próprio ser humano se estabelece".

Portanto, a inteligibilidade sexual dos indivíduos, de acordo com a matriz sexual hegemônica, está, necessariamente, associada a uma lógica que pressupõe uma continuidade entre sexo, gênero e desejo, formando o que se convencionou chamar de gêneros inteligíveis. Nessa conjuntura, tudo aquilo que representa o diferente, o irregular, o anormal como, por exemplo, a homossexualidade, torna-se incognoscível e passa a representar uma ameaça, por esta razão, é conduzido à categoria de abjeto. Segundo Leite Júnior (2012, p. 56, grifos do autor):

^[...] os 'gêneros inteligíveis', que funcionam predominantemente ainda hoje, se organizam segundo a lógica do 'tem pênis, logo é homem, masculino e deve sentir atração afetivo-sexual por mulheres (é heterossexual)', e 'tem vagina, logo é mulher, feminina e deve sentir atração afetivo-sexual por homens'. Nesse campo, tanto pessoas homossexuais, bissexuais, quanto

intersexuais, travestis, transexuais e todas aquelas que quebram essa pressuposta continuidade podem ser consideradas abjetas.

O abjeto, esse Outro ser que margeia a norma, representa uma figura singular entre as sexualidades periféricas que são incessantemente fustigadas pelos mecanismos de normalização nas sociedades modernas. No entanto, os mecanismos implicados na regulação das sexualidades são estruturados, como já foi discutido, de forma a abarcar e controlar, rigorosamente, todas as condutas sexuais da população e não apenas esses casos extremos.

Os dispositivos de sexualidade – e nisso, fundamentalmente, está sua diferença em relação aos dispositivos de aliança –, se ocuparam, permanentemente, de (re)conhecer, regular e normalizar todas as 'novas' sexualidades – tanto as normais como as patológicas – que floresceram quando da cooptação do sexo por discursos e práticas biopolíticas no decorrer dos últimos três séculos.

Nessa cruzada para conhecer o sexo e seus perigos e, assim, submetê-lo à normalização, Foucault (1999) aponta o surgimento de quatro conjuntos estratégicos que desenvolveram, cada qual ao seu turno, dispositivos específicos de saber e de poder. Nas suas palavras:

Na preocupação com o sexo, que aumenta ao longo de todo o século XIX, quatro figuras se esboçam como objeto privilegiado de saber, alvos e pontos de fixação dos empreendimentos do saber: a mulher histérica, a criança masturbadora, o casal malthusiano, o adulto perverso, cada uma correlativa de uma dessas estratégias que, de formas diversas, percorreram e utilizaram o sexo das crianças, das mulheres e dos homens (p. 100).

Esses saberes, implicados na regulação das sexualidades pelo viés da medicalização da vida, da pedagogia do corpo ou demografia da população, são: (1) Histerização do corpo de mulher, mecanismo pelo qual o corpo da mulher foi analisado e, por estar saturado de sexualidade, integrado, sob os efeitos de uma patologia intrínseca, ao campo médio; esse mecanismo também é responsável por colocá-lo em comunicação com o corpo social, onde se tornou o elemento substancial responsável pela fecundidade e sua regulação; e com o espaço familiar, onde a mãe estaria encarregada do desenvolvimento biológico e moral da criança. (2) Pedagogização do corpo da criança, mecanismo que visava reprimir as atividades sexuais, naturais ou não, que precocemente surgia nas crianças como, por exemplo, o onanismo, já que estas práticas acarretavam graves riscos físicos e

morais; e com o objetivo de conter esses impulsos, o corpo sexuado das crianças tornou-se objeto de análise e cuidado de pais, famílias, educadores, padres, médicos e, mais tarde, de psicólogos. (3) Socialização das condutas de procriação, mecanismo que se prestava a regular a fecundidade dos casais, seja pelo incentivo ou barramento; também atribuiu ao casal uma parte da responsabilidade quanto ao corpo social, no que diz respeito a sua limitação ou maximização; além disso, permitiu a socialização médica, em virtude do valor patogênico atribuído às práticas de controle de nascimentos, com relação ao indivíduo e espécie. (4) Psiquiatrização do prazer perverso, mecanismo empregado no isolamento biológico e psíquico dos instintos sexuais; com ele, inicia-se a análise clínica de todas as anomalias que podem afetá-lo; esse mecanismo tem papel de normalização e patologização das condutas sexuais; e está implicado no desenvolvimento de uma tecnologia corretiva para 'curar' tais anomalias.

Pelo que foi apresentado até o momento, fica evidente que essas estratégias de poder mobilizadas para produzir saberes sobre o sexo foram, diretamente, responsáveis por solidificar os mecanismos de normalização e ratificar os discursos que defendem a sexualidade como substância intrínseca dos corpos subjetivados. Todavia, mesmo os dispositivos de sexualidade agindo amplamente para combater e regular as sexualidades periféricas, a matriz sexual hegemônica não cessa de ser, a todo instante, contestada, fustigada e, consequentemente, pressionada a renovar seu discurso essencialista frente às 'novas' práticas e configurações sexuais que eclodiram, sobretudo, na segunda metade do século XX com o naufrágio dos discursos moneístas³¹, e que ansiavam por aceitação social e reconhecimento político. Nas palavras de Preciado (2011, p. 17, grifo da autora):

A história dos movimentos político-sexuais pós-moneístas é a história dessa criação das condições de um exercício total de enunciação, a história de uma inversão da força performativa dos discursos e de uma reapropriação das tecnologias sexopolíticas de produção dos corpos dos 'anormais'.

Tendo como inspiração as palavras da filósofa Beatriz Preciado, bem como o contexto político e social atual, fazemos os seguintes questionamentos: é possível um novo discurso sobre a sexualidade? Ou melhor, é viável uma nova estratégia de poder que possa ressignificar a matriz sexual vigente e alargar, ou mesmo,

_

³¹ A esse respeito ver Beatriz Preciado (2014, p. 123).

desconstruir seus limites para reconhecer essa diversidade de 'novas' sexualidades que, constantemente, têm colocado em questão a validade do discurso que tenta essencializar o sexo e suas múltiplas possibilidades de prazer em torno de princípios imutáveis? Com o objetivo de buscar um discurso alternativo ao *status quo* sexual, esses questionamentos nortearão o tópico seguinte.

DESVIO, SUBVERSÃO E RECONHECIMENTO POLÍTICO: UM NOVO DISCURSO É POSSÍVEL?

Como foi analisado até aqui, o estigma associado ao desvio social, tem se configurado no Ocidente como o principal rótulo aplicado àqueles indivíduos que, de uma forma ou de outra, não se enquadram às normas sociais instituídas para reger a 'boa e decente' sexualidade. Nessa conjuntura, característica das sociedades hodiernas, adjetivos pejorativos como anormal, pervertido, doente, desviante, imoral, depravado são apenas alguns dos diversos clichês que comumente são empregados para destacar as minorias sexuais acusadas de ultrapassar ou mesmo corromper os limites da matriz dominante.

Porém, desde as primeiras décadas do século XX, com a ascensão de uma série de movimentos pró-libertação/liberação feminina e sexual³², as estruturas que sustentam essa matriz têm sido o centro para onde convergem diversas reivindicações e manifestações oriundas ora de sujeitos que buscam o reconhecimento político e aceitação social de suas sexualidades – então negadas e estigmatizadas pelo discurso hegemônico e sua política de centralização –, ora por simpatizantes desses movimentos que defendem liberdades individuais e coletivas.

Essas reivindicações, corroboram com a fase de contestação e fragmentação de verdades universais que caracterizaram o pós-maio de 1968, bem como com a emergência, no campo científico, do movimento pós-estruturalista francês³³.

³³ Segundo Peters (2000, p. 39), "o pós-estruturalismo questiona o cientificismo das ciências humanas, adota uma posição antifundacionista em termos epistemológicos e enfatiza certo perspectivismo em questões de interpretações. [...] questiona o racionalismo e o realismo que o estruturalismo havia retomado de positivismo [...], colocando em dúvida, além disso, a pretensão

³² Aqui, estamos nos referindo ao feminismo de primeira geração, sobretudo, Americano e Inglês, onde as reivindicações já apresentavam uma pauta bem diversificada como: direito ao sufrágio universal, fim de casamentos arranjados, direitos a propriedades e contratos, bem como direitos sexuais e reprodutivos.

Ao analisar esse período de revoluções paradigmáticas e suas consequências políticas, Lopes (2003) diz que vivemos tempos em que a vida tradicional, ou seja, muitos valores, éticas, ideologias e percepções da vida social, vistos como verdades naturalizadas, universais e incontestáveis, estão sendo profundamente questionadas e redefinidas. Nesse sentido, Preciado (2010) argumenta que:

As críticas da 'epistemologia da representação' ou da 'metafísica da presença' que tendemos a reconhecer como pós-estruturalistas são, a partir dos anos 60, um deslocamento do sujeito da enunciação científica. Aqueles que até agora haviam sido produzidos como objetos abjetos do saber médico, psiquiátrico, antropológico, os 'subalternos' (Guha, Spivak), os 'anormais' (Foucault), vão reclamar progressivamente a produção de um saber local, um saber sobre si mesmos, um saber que questiona o saber hegemônico (p. 61, grifos da autora).

Esses movimentos, têm se destacado, sobretudo, na promoção de um debate plural e democrático no sentido de propor uma alternativa pró-construtivista ao essencialismo sexual que há séculos tem dominado as discussões e debates a respeito da sexualidade. O objetivo comumente empreendido é, de forma crítica, pôr em questão essas categorias e seus discursos que tentam ontologizar, ou seja, naturalizar e, assim, hierarquizar condutas sexuais com o intuito de marcá-las como normais, patológicas ou mesmo como 'impossíveis' de se materializarem frente à norma, como no caso dos chamados gêneros ininteligíveis tratados há pouco.

Desta forma, conforme propõe Butler (2003, p. 160), "será somente a partir de uma posição conscientemente desnaturalizada que poderemos ver como a aparência de naturalidade é ela própria constituída". Além do mais, o processo de ressignificação dos discursos que tratam a sexualidade humana como um dado ontológico e imutável — ou a "desontologização do sujeito", como defende Preciado (2011, p. 13) — se configura como uma ferramenta indispensável para desconstruir a ideia corrente sobre a existência de uma hierarquia sexual, pois, quando a essencialidade da sexualidade vinculada à tríade sexo/gênero/desejo é aceita como verdadeira e única, ou quando é imposta como uma verdade incontestável, erige-se uma pirâmide de estratificação sexual, onde a exclusão se torna a regra para aquelas sexualidades que não se enquadram à matriz heterossexual hegemônica fundada em torno da mencionada tríade. Conforme denuncia Rubin (2003, p. 15):

estruturalista de identificar as estruturas universais que seriam comuns a todas as culturas e à mente humana em geral".

As sociedades ocidentais modernas avaliam os atos sexuais de acordo com um sistema hierárquico de valores sexuais. Heterossexuais maritais e reprodutivos estão sozinhos no topo da pirâmide erótica. As castas sexuais mais desprezadas correntemente incluem transexuais, travestis, fetichistas, sadomasoquistas, trabalhadores do sexo como as prostitutas e modelos pornográficos, e abaixo de todos, aqueles cujo erotismo transgride as fronteiras geracionais. Indivíduos cuio comportamento está no topo desta recompensados com saúde mental respeitabilidade, legalidade, mobilidade social e física, suporte institucional e benefícios materiais. Na medida em que os comportamentos sexuais ou ocupações se movem para baixo da escala, os indivíduos que as praticam são sujeitos à presunções de doença mental, má reputação, criminalidade, mobilidade social e física restrita, perda de suporte institucional e sanções econômicas.

Contudo, uma verdadeira política de subversão que possibilite o reconhecimento dessas 'castas sexuais desprezadas', como denunciou Rubin (2003), somente será possível quando aspectos dessas sexualidades desviantes tornarem-se, de fato, reconhecidos e debatidos para além dos domínios da biopolítica de Estado. Portanto, será necessário que as discussões não fiquem restritas a uma instância particular e centralizadora, mas, que sejam estendidas a todas as instâncias da sociedade para que todos possam construir seu próprio discurso a respeito das sexualidades sem a influência de um polo centralizador, pois, até agora, "a cultura popular", como alerta Rubin (2003, p. 17), "tem sido permeada com ideias que a variedade erótica é perigosa, doentia, depravada, e uma ameaça a tudo desde pequenas crianças até segurança nacional".

Sendo assim, entendemos que a ressignificação dos paradigmas sexuais em vigor, sobretudo, no que diz respeito às práticas rotuladas como anormais, devem, antes da mobilização dos aparelhos estatais, iniciar nos espaços periféricos das sociedades, onde o poder é heterogêneo e penetra, através de ações decentralizadas, nos menores poros sociais, sem que haja interferência direta do Estado. Essa mobilização do senso comum em favor da ressignificação de discursos é fundamental por que, como defende Martins (2010, p. 54):

O senso comum é comum não porque seja banal ou mero e mesmo exterior ao conhecimento. Mas, porque é conhecimento compartilhado entre os próprios sujeitos da relação social. Nela o significado a precede, pois é condição de seu estabelecimento e ocorrência. Sem significado compartilhado não há, portanto, interação e conhecimento.

Se o reconhecimento político, bem como a aceitação social dessas sexualidades periféricas deve iniciar, como estamos propondo, pela redefinição

dessas categorias em todas as instâncias sociais, através de um trabalho teórico e prático que possa dar visibilidade à experiência e outros aspectos para além das marcas do estigma e dos traços pejorativos imputados às condutas dos sujeitos que povoam o universo do sexo desviante; é de se supor também, que esse trabalho comece, justamente, pela apreensão e análise da experiência daquelas categorias – e suas táticas de resistência – que, em razão de sua situação singular diante da norma, são, cotidianamente, combatidas e desprezadas pela sociedade.

No entanto, esse trabalho que objetiva dar visibilidade e essas categorias estigmatizadas não poderá se resumir a descrever a experiência do sujeito desviante como algo que ocorre paralelo a estrutura e fora do discurso normativo, sob o risco de tornar a experiência narrada uma evidência do desvio e da diferença, em vez de fazer dela, como defende Scott (1998, p. 302), "uma forma de explorar como a diferença é estabelecida, como ela opera, e como e de que maneira constitui sujeitos que veem e atuam no mundo". Assim, o objetivo deverá ser o de descrever como o funcionamento do discurso age na construção da própria experiência contada. Desta forma, é importante, segundo Scott (1998, p. 304), ficar claro que:

Tornar visível a experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressivos, mas não sua lógica ou seus funcionamentos internos; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída em relação mútua. Por isso precisamos nos referir aos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e apresentam suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas sim os sujeitos que são constituídos pela experiência. A experiência nessa definição torna-se, então, não a origem de nossa explicação, não a evidência legitimadora (porque vista ou sentida) que fundamenta o que é conhecido, mas sim o que procuramos explicar, aquilo sobre o qual o conhecimento é apresentado. Pensar sobre a experiência desse modo é historicizá-la, bem como historicizar as identidades que ela produz.

Desta forma, entendemos que é preciso abandonar concepções ontológicas e, desta forma, historicizar os contextos sociais, políticos e culturais em que é erguido esse universo de anormais do sexo e, principalmente, identificar sob quais circunstâncias específicas os sujeitos são rotulados, desacreditados e inseridos, como desviantes, nesse espaço de exclusão e invisibilidade social. Portanto, o que está sendo proposto aqui é, conforme defende Joan Scott (1998, p. 304) "uma historicização que implica um exame crítico de todas as categorias explicativas tomadas normalmente como óbvias, incluindo a própria categoria de experiência".

Esse exame, torna-se ainda mais importante quanto aplicado na problematização de categorias socialmente estigmatizadas, pois, como argumenta Rago (2011, p. 224):

Historicizar o acontecimento e problematizar a experiência, por mais dolorosos e difíceis que possam ser, são possivelmente maneiras de se aproximar dessas realidades, enfrentá-las e, quem sabe, encontrar novos elementos para poder lidar e responder a elas de uma maneira mais eficaz e construtiva.

Esse processo, que não se encerra com a habilitação da experiência narrada pelos sujeitos, se configura como condição básica para elaboração de um projeto de reconhecimento que, mesmo politicamente limitado, seja capaz de oferecer mecanismos alternativos frente os discursos que sustentam a matriz sexual hegemônica. Desta forma, o objetivo deverá ser, não apenas o de ampliar os limites teóricos que caracterizam a matriz, mas sim, mostrar a própria impossibilidade desses limites em abranger todas as possíveis nuances entre sexo, gênero, desejo e prazer.

Se o processo de ressignificação das sexualidades periféricas, como defendido aqui, deverá começar pela análise daquelas categorias que são mais contestadas pela sociedade, estas, por sua vez, não podem ser outras, por despertarem os mais variados e efêmeros sentimentos junto à população, que os homossexuais e os profissionais do sexo, notadamente as prostitutas. Essas categorias, apesar das diferenças marcantes, se configuram como objetos privilegiados de interpretação e análise quando o que está em questão no jogo político são, exatamente, as sexualidades desviantes da população; isso, sobretudo, em razão da situação singular que faz de ambas as categorias alvos sistemáticos de preconceito, intolerância e violência. De acordo com Rubin (2003, p. 24):

Prostitutas e outros trabalhadores do sexo se diferenciam dos homossexuais e outras minorias sexuais. O trabalho do sexo é uma ocupação, no passo em que o desvio sexual é uma preferência erótica. Mesmo assim eles compartilham algumas características comuns de organização social. Como os homossexuais, as prostitutas são uma população sexual criminosa e estigmatizada com base na atividade sexual. Prostitutas e homossexuais masculinos são a presa primária das polícias do vício em todo o lugar. A perseguição legal de ambas as populações é justificada por uma ideologia elaborada que os classifica como seres perigosos, inferiores e indesejáveis.

Contudo, apesar de ambas as categorias serem, como mencionou Gayle Rubin, vítimas constantes de perseguição e estigma social, os homossexuais, no entanto, têm, no decorrer da interação social, a oportunidade — e, com isso, não estamos dizendo que devam adotar ou mesmo sustentar tal postura e nem que somos favoráveis a esse mecanismo de autoproteção — de 'camuflar' sua opção sexual, ou seja, estes homens e mulheres podem manter, como propôs Goffman (2013), seus supostos desvios encobertos do grande público ou, pelo menos, parcialmente restritos a um grupo ou círculo de pessoas próximas e, assim, minimizar, como argumentou Sedgwick (2007), os efeitos perversos do estigma que uma revelação poderia acarretar a esses sujeitos³⁴. Além do mais, de acordo com Rolnik (1996, p. 12), "muitas vezes não há outra saída", segundo defende a autora:

Por medo da marginalização na qual corremos o risco de ser confinados quando ousamos criar qualquer território singular, isto é, independente de serializações subjetivas; por medo de essa marginalização chegar a comprometer até a própria possibilidade de sobrevivência (o que é plenamente possível), acabamos reivindicando um território no edifício das identidades reconhecidas (p. 12).

Porém, essa capacidade de camuflar o desvio se inserindo no edifício das identidades reconhecidas (ROLNIK, 1996) e, desta forma, preservar a fachada (GOFFMAN, 2012), se torna, em virtude das peculiaridades inerentes à função, inviável à grande maioria das pessoas que fazem do sexo uma mercadoria e do corpo seu instrumento de trabalho; e isso, mesmo para aqueles sujeitos que utilizam formas mais discretas de comunicação como, por exemplo, a internet ou outras tecnologias da informação³⁵, para divulgar e oferecer seus serviços sexuais já que, cedo ou tarde, sua exposição, mesmo que apenas para os clientes, será inevitável e, desta forma, a manipulação da informação se tornará praticamente ineficaz na ocultação do desvio e das marcas da exclusão.

Ademais, a prostituição, como demonstrou Rago (1991), tem como características o fato de – mesmo não sendo uma prática criminosa na maioria dos países ocidentais – causar, em grande parte dos membros da sociedade, mais

³⁴ É importante lembrar que Becker (2008, p. 38, grifo do autor) já havia chamado a atenção para esse fato. Segundo o autor: "a pessoa 'normal', quando descobre em si um impulso desviante, é capaz de controlá-lo pensando nas múltiplas consequências que ceder a ele lhe produzirá. Já apostou demais em continuar a ser normal para se permitir ser dominada por impulsos não convencionais".

³⁵ A esse respeito ver: PISCITELLI, Adriana. Viagens e sexo on-line: a internet na geografia do turismo sexual. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 2 n. 25, pp. 281-326, jul./dez. 2005.

repulsa e indignação que muitos delitos tipificados pela legislação; e isso, mesmo após os movimentos feministas e de liberação sexual do século passado terem sido, de uma forma ou de outra, acolhidos como legítimos e com isso boa parte de suas reivindicações concretizadas na forma de leis garantidoras de direitos e proteção social dirigida às mulheres.

Há também de se destacar o fato que o estigma associado à prostituição se perpetua mesmo após as próprias formas de se comercializar o corpo e o sexo terem – em razão de submetidas aos mecanismos de normalização da biopolítica de Estado³⁶ – sofrido importantes mudanças nas últimas décadas. Em razão dessas características, Barros (2005, p. 06) sentencia:

A despeito das mudanças das formas de prostituição, está longe o dia em que a venda do sexo não será entendida como um ato sujo, feio, profano, pecador, imoral, mundano e danoso à ordem social. As marcas que a sociedade produziu para caracterizar o ato sexual que resulta em pagamento demonstram perfeitamente como as prostitutas são entendidas. Os estigmas são diversos, alguns são até evitados em nossa comunicação diária, mas revelam com acuidade o imaginário social e o processo de estigmatização por que passam as prostitutas.

Portanto, em razão dessas peculiaridades, entendermos que, entre os sujeitos e categorias que formam o universo das sexualidades desviantes, a prostituição, em especial, aquelas mulheres que oferecem seus serviços sexuais nas praças e ruas das cidades, configuram-se como uma categoria à parte para se compreender como ocorre o processo de rotulação e estigmatização desses sujeitos que se encontram às margens da matriz sexual hegemônica, pois, como destacou Rago (1991) essa categoria é, sem dúvida, um dos mais controversos símbolos do estigma e desvio contemporâneo, justamente por estarem em contado direto com os agentes que são responsáveis por lhes impor, cotidianamente, a censura, o silêncio e o preconceito.

Sendo assim, o próximo capítulo, terá como objetivo apresentar, num primeiro momento, uma análise histórica sociológica sobre a comercialização do sexo e seus desdobramentos; em seguida, será analisado a prática e os discursos sobre a

79

³⁶ Aqui, estamos nos deferindo ao aumento vertiginoso das doenças sexualmente transmissíveis, em especial a AIDS, que, no decorrer da década de 1970 obrigaram o Estado a intervir até mesmo na prática da prostituição a fim de tentar conter o avanço de algumas doenças, o que levou as autoridades públicas a intervir, não necessariamente para coibir, mas para higienizar a prostituição. A esse respeito ver: Pelúcio e Miskolci (2009).

prostituição na modernidade tardia³⁷; por fim, será apresentado e discutido o resultado de um trabalho empírico realizado junto a um grupo específico de profissionais do sexo.

Além de buscar formas alternativas de reconhecimento político e aceitação social para as sexualidades que, até então, foram negadas, silenciadas e oprimidas por serem contrárias à norma hegemônica, intentamos, nos desdobramentos do capítulo que segue, contribuir para construção de um discurso crítico, plural e democrático que possa pôr em questão à sexualidade e o próprio desvio enquanto traços imanentes da subjetividade humana, ou seja, o objetivo é historicizar essas categorias, mostrando de que maneira estratégias de poder se incumbiram de naturalizar o que não possui qualquer natureza.

⁻

³⁷ Esse período, que Stuart Hall (2014) situa a partir da segunda metade do século XX, foi escolhido justamente para coincidir com a consolidação dos movimentos feministas e pró-liberdade sexual e de gênero, onde a reivindicação pelo reconhecimento de um sujeito híbrido, portanto, descentralizado, atingiu seu ápice na intersecção como surgimento das teorias pós-estruturalistas.

CAPÍTULO III - PROSTITUIÇÃO, DESVIO E SUBVERSÃO DE IDENTIDADE

"sempre chega a hora em que descobrimos que sabíamos muito mais do que antes julgávamos" (José Saramago)

Esse capítulo, tem como objetivo analisar a prostituição como um fenômeno social e urbano vinculado, essencialmente, à economia política de um saber-poder contingente que se tornou há, pelo menos, dois séculos, o substrato teórico e prático das sociedades normalizadoras no Ocidente. Para tanto, nosso ponto de análise principal é aquele período que se caracteriza pela evaporação progressiva dos discursos que defendem as identidades fixas e essencializadas como garantia de cognoscitividade social e política para os sujeitos e que foi identificado por Stuart Hall (2014) como modernidade tardia³⁸. Adotamos esse recorte temporal, que se inicia concomitante a onda de manifestações populares que marcaram a segunda metade do século XX, para, justamente, coincidir com os movimentos sociais e políticos que, na esteira dessas manifestações, reivindicavam a liberdade sexual das mulheres, o reconhecimento político identitário das minorias sexuais e, principalmente, a ressignificação das sexualidades que, em virtude de uma série de contingências sociais e políticas, foram fixadas na periferia da matriz sexual dominante.

No entanto, é importante ressaltar que a prostituição, enquanto uma categoria socialmente construída por estratégias de poder, assim como o conceito de desvio analisado no primeiro capítulo, não é um produto preciso e imutável. Este, como aquele, não ficou imune às transformações discursivas e práticas de poder singulares de cada período; ao contrário, sofreu fraturas, metamorfoses e descontinuidades no decorrer do tempo. Se hoje, o mercado do sexo, mesmo com uma série de mudanças culturais – das quais muitas em curso – ainda representa um símbolo de estigmatização e exclusão em praticamente todas as sociedades modernas, em épocas anteriores e em contextos distintos, era uma prática passível de reconhecimento público e aceitação social.

_

³⁸ Para Stuart Hall (2014, p. 12), na modernidade tardia "a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar — ao menos temporariamente".

Portanto, em razão dessa característica, é necessário, mesmo que de forma sucinta, apresentar um breve histórico sobre como essa prática se transformou de um ato sagrado, vinculado à celebração da vida, para uma prática que representava, a um só tempo, a vergonha e a decadência feminina frente a moral e ética burguesa, culminando com sua definitiva apreensão pelos mecanismos normativos e reguladores da biopolítica no final do século XVIII, que inseriram essa prática em uma economia específica do prazer-poder subordinado a um discurso efêmero de produção e reprodução da normalidade do corpo e das sexualidades.

Em seguida, tendo como pressuposto a ideia de que estratégias de poder agem na construção de sexualidades desviantes com o intuito - mas não apenas este – de reificar a normalidade de determinadas condutas e prazeres, bem como considerando o fato de que os *outsiders*, como propôs Becker (2008), em geral, veem seus juízes como legitimamente incompetentes para impor regras³⁹, fato que os leva a construir um universo particular de vivência para resistir à violência e o controle social, o objetivo é, através de uma pesquisa de campo realizada junto a sujeitos inseridos no universo da prostituição, analisar e propor respostas às seguintes questões: quais os efeitos dos discursos hegemônicos na construção da subjetividade dos sujeitos inseridos nessa categoria específica? É possível atribuir uma natureza desviante a esses indivíduos? Como esses atores lidam com o estigma e preconceito social? Quais as consequências do rótulo de desviantes no seu cotidiano? O que pensam esses outsiders sobre a possibilidade de reconhecimento social e político através da ressignificação dos discursos sobre a sexualidade? Por fim, com base nos dados teóricos e empíricos, queremos propor alternativas aos discursos hegemônicos que, tendo como única referência a conduta sexual dos sujeitos, são responsáveis por atestar a normalidade, denunciar o desvio e sentenciar os sujeitos ao rebaixamento moral.

Com a análise dessa categoria, objetivamos demonstrar que as sexualidades dos sujeitos, em suas diversas manifestações, não devem ser pensadas – logo analisadas – tendo como referência única uma matriz ontológica, onde o 'bom' e 'mau' sexo estariam essencializados nos corpos, possibilitando, desta forma, a hierarquização do prazer. Mas sim, mostrar que a matriz hegemônica, antes de tudo,

_

³⁹ Para Becker (2008, p. 15), um indivíduo "pode não aceitar a regra pela qual está sendo julgada e pode não encarar aqueles que a julgam competentes ou legitimamente autorizados a fazê-lo. [...] aquele que infringe a regra pode pensar que seus juízes são *outsiders*".

é um construto social e político, viabilizado por um regime de verdade, que faz a distinção arbitrária entre normalidade e patologia.

Contudo, se nas sociedades normalizadoras as sexualidades são passíveis de rotulação, é porque os regimes de verdade, ou melhor, as ontologias que as instituem "operam", segundo Butler (2003, p. 213), "no interior de contextos políticos estabelecidos como injunções normativas, determinando o que se qualifica como sexo inteligível, invocando e consolidando as restrições reprodutoras que pesam sobre a sexualidade". Dito de outra forma, "as possibilidades da sexualidade, das formas de expressar os desejos e os prazeres, também são sempre socialmente estabelecidas e codificadas" (LOURO, 2015, p. 11). É tendo este panorama rígido como pano de fundo, que iniciamos nosso percurso pelos labirintos do universo do corpo mercadoria.

SOBRE A PROSTITUIÇÃO E A CONSTRUÇÃO DO CORPO MERCADORIA

A prostituição em suas mais variadas formas é, aparentemente, um conceito de fácil assimilação e uma prática onde, segundo a cultura popular moderna, cada ator tem um papel determinado de acordo com um contrato – geralmente informal – de serviços sexuais previamente definido entre as partes envolvidas. Tanto que, na maioria das vezes, é desnecessário ao orador o empenho no uso da retórica para que esta prática seja compreendida quando colocada em discussão em qualquer instância da sociedade. Nesse sentido, conforme Giddens (2005, p. 123), a venda do corpo, de maneira geral, "pode ser definida como a concessão de favores sexuais em troca de ganhos monetários". Quanto ao principal sujeito desse comércio, ao nível das representações, a mulher prostituta:

Ela é tida, no imaginário social, como aquela que pode e faz tudo, a que desrespeita as regras sociais e subverte a ordem moral, rindo dela; a que pode sair com qualquer homem, como dispensá-los. Ela é livre; enfim a mulher de vida fácil. Ao mesmo tempo em que transita pela fantasia de homens e mulheres que ora querem tê-la, ora sê-la, a prostituta é rechaçada por todos como um mal a ser extirpado, sua presença conspurca o ambiente e perverte a inocência (DOMINGUES, 1996, p. 70-71).

Porém, pensar na prostituição, dessa forma simplista e não problematizada, associada ao desvio e a prazeres imorais que podem ser negociados como uma

mercadoria qualquer, é ignorar o fato crucial de que essa categoria está inserida em uma sociedade complexa que se caracteriza pela disciplina e pela norma aplicadas na gestão e controle da população, onde tecnologias de poder são mobilizadas na construção de espaços singulares para acomodar todas as sexualidades – inclusive aquelas que não se enquadram à matriz hegemônica e, portanto, rotuladas como desviantes – para, assim, impor o enquadramento dos corpos tendo como referência atributos preestabelecidos como normais, decentes e bons.

Ademais, descrições comuns, como a que Anthony Giddens oferece, faz com que o economicismo ingênuo que está explícito em sua definição se sobreponha e anule — ou dificulte sobremaneira — o reconhecimento à possibilidade de agenciamento político por parte dos sujeitos que, de uma forma ou de outra, fazem de seus corpos um mecanismo positivo de ação e subversão frente ao discurso que ratifica a essencialidade da matriz sexual hegemônica. Sendo assim, a definição oferecida pela historiadora Margareth Rago (1991), de certa forma, é mais condizente e oportuna com o atual contexto que rege as sociedades urbanas e normalizadoras, pois, para ela a prostituição:

[...] se inscreve numa economia específica do desejo, característica de uma sociedade em que predominam as relações de troca e em que todo um sistema de codificações morais, que valorizam a união sexual monogâmica, a família nuclear, a virgindade, a fidelidade feminina, destina lugar específico às sexualidades (p. 23).

No entanto, como se sabe, essa prática não é exclusiva da paisagem urbana das sociedades ocidentais modernas. O comércio do prazer, é tão antigo quanto às culturas mais arcaicas e senis em vias de extinção. Além disso, nem sempre esta prática esteve submetida a processos de controle sociopolítico como ocorreu, por exemplo, a partir do último quarto do século XVIII quando, através dos dispositivos de sexualidade, as condutas sexuais irregulares da população – mas, não apenas essas – foram, como demonstrou Foucault (1999), alvos sistemáticos de análise e regulação por parte de uma nova maquinaria do saber-poder.

Além do mais, a prostituição, enquanto uma atividade laboral, não está associada ao desenvolvimento de uma cultura específica, há outras formas de comércio ou mesmo aos grandes empreendimentos que alteraram a dinâmica populacional das cidades nos últimos três séculos. Essa prática, remonta a períodos tão antigos que se perderam no tempo, sendo quase impossível rastrear suas

metamorfoses, continuidades e lacunas nos tortuosos labirintos da história humana. Talvez esteja localizada exatamente aí a origem da ideia popularmente difundida e que, até então, não possui nenhum fundamento histórico ou antropológico, de que a prostituição e o rufianismo⁴⁰ seriam as profissões mais antigas da humanidade.

Todavia, é quase consenso entre historiadores do tema que, inicialmente, esta prática estava vinculada, sobretudo, no Egito e Mesopotâmia, ao culto sagrado de reverência à Grande Deusa da vida e da terra, a Deusa Milita (ou *Ishtar*). Sob esse viés, a prostituição, antes do tratamento normativo e dos aparatos de poder terem colocado em prática a dissimetria entre os gêneros e o enquadramento das sexualidades, estava relacionada a atos sagrados e práticas místicas de celebração do prazer. É na esteira dessa corrente sócio histórica, que Meihy (2015, p. 17) chamou de "construção remota", que iniciaremos a análise dessa atividade e seus desdobramentos.

No entanto, por corroborarmos com as ideias de Michel Foucault (1987) sobre o método genealógico⁴¹, o objetivo empreendido não é o de encontrar uma origem ou mesmo uma verdade única sobre a prostituição – "o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite" (p. 6) –, mas sim, apresentar, tão somente, um panorama sobre a forma como essa atividade era considera ao nível das representações coletivas.

Para os adeptos à corrente sócio-histórica, a prostituição sagrada remonta aos primeiros assentamentos humanos e seus festejos de celebração da vida e da terra. No entanto, como uma prática sacra, não poderia ser realizada em qualquer ambiente ou sem a presença de um interlocutor que pudesse fazer a conexão entre o mundo sagrado da deusa e o espaço profano dos homens. Desta maneira, a prostituição, segundo essa tradição, era celebrada em templos especialmente construídos para esse fim, onde os homens, após uma generosa oferenda às deusas do templo, podiam escolher as parceiras com quem participariam dos rituais

_

⁴⁰ Também conhecido como Lenocínio, é o ato de participar e/ou tirar proveito da prostituição alheia de forma direta ou indireta. É a prática popularmente conhecida como cafetinagem.

⁴¹ Segundo Dreyfus e Rabinow (1995, p. 118), o método genealógico "[...] se opõe ao método histórico tradicional; seu objetivo é assinalar a singularidade dos acontecimentos, fora de toda finalidade monótona. Para genealogia, não há essências fixas, nem leis subjacentes, nem finalidades metafísicas. A genealogia busca descontinuidades ali onde desenvolvimentos contínuos foram encontrados. Ela recorda o passado da humanidade para desmascarar os hinos solenes do progresso. A genealogia evita a busca da profundidade. Ela busca a superfície dos acontecimentos, os mínimos detalhes, as menores mudanças e os contornos sutis".

sexuais sob os auspícios das sacerdotisas xamânicas. Nesses locais de adoração e devoção ao sagrado feminino, as sacerdotisas promoviam e participavam de encontros sexuais e religiosos periódicos para promover a fertilidade do corpo e da terra e, assim, fecundar o ventre e o solo. Nesse período, além da prostituição sagrada, também há registros da chamada prostituição hospitaleira, uma forma menos conhecida, mas que era um:

[...] exercício comum entre os caldeus, que ofereciam suas mulheres – esposa, filhas e familiares em geral – aos visitantes, caçadores, comerciantes, soldados que passassem por suas paragens. Em nome da cordialidade, o uso sexual das mulheres funcionava como uma forma de aproximação gentil, de acolhimento ao visitante (MEIHY, 2015, p. 20).

Nesse contexto específico, a mulher era considerada e tratada como a criadora da força da vida. Adorada como extensão terrena da Grande Deusa, ela estava no centro de toda atividade social e política. Nesse cenário, o sexo era uma prática mística e sagrada por definição, e às sacerdotisas cabia guiar os rituais de encontro grupal onde toda comunidade podia participar como forma de saldar a vida (ROBERTS, 1998).

Além disso, conforme Guimarães (2007), a vida sexual das mulheres desse período iniciava-se, quase sempre, no próprio templo. As jovens virgens eram levadas por seus parentes, em geral a matriarca da família, aos chamados cultos da vida para, de uma forma sagrada, serem violadas pela primeira vez por aquele individuo que fizesse uma oferta digna e farta à família. Logo, a própria virgindade, de certa forma, era um objeto de negociação. Esse momento especial na vida das jovens, segundo Guimarães (2007, p. 35), ocorria quando:

Um homem estranho, encarado como emissário divino, escolhia uma mulher atirando moedas sobre ela, porém esse dinheiro era uma oferta à Deusa. A mulher escolhida, agora abençoada [pela consumação do defloramento], voltava para casa e sua família sem qualquer desonra e sentimento de culpa, pelo contrário, sentia-se orgulhosa.

Outra característica desses cultos dedicados ao sexo, onde se misturavam misticismo e religiosidade pagã, era que mesmo que houvesse o pagamento pelo ato sexual consumado, ou seja, pelo *post coitum*, esses benefícios – que nem sempre eram pecuniários – acabavam, em respeito à Deusa Milita, sendo revertidos integralmente às mãos das sacerdotisas xamânicas para manutenção dos templos

(FREITAS, 1966). Quanto às mulheres escolhidas pelos homens para participar dos rituais, restavam não mais que reverências públicas e privadas, além de alguns presentes simbólicos por permitirem, através da entrega do seu corpo, a continuidade da espécie e da própria comunidade. Para Guimarães (2007):

Nessas festas era cultuada a Deusa da Fertilidade, como afirmação da perpetuação da espécie. As mulheres que frequentavam essas festas sagradas eram consideradas 'prostitutas sagradas', mulheres diferentes e importantes, pois incorporavam a Deusa da Fertilidade em rituais específicos (p. 35, grifo nosso).

Nesse período da história, as primeiras sociedades a se organizarem eram essencialmente matriarcais, assim, as mulheres, em razão de sua relação singular com a procriação, ocupavam um lugar central na vida pública e privada das cidades que começavam a se multiplicar para além das margens do Eufrates e do Nilo. Na sua relação com os homens, não havia opressão ou qualquer outra forma de violência física e simbólica – típicos do que mais tarde caracterizaria, de forma um tanto simplista, o sistema patriarcal –, pelo contrário, eles rendiam-lhes festas e homenagens de todos os tipos, já que elas eram a representação terrena da *Magna Dea*, a deusa mãe da fertilidade. Sendo assim:

Antes de o corpo da mulher virar mecanismo de controle, sua capacidade de gerar vida foi tida como atividade sagrada, atributo então considerado exclusivo da mulher. Esse tipo de percepção evoca um tempo pretérito, longínquo, em que o papel biológico da mulher como procriadora lhe garantia autonomia, prestígio, independência e respeitabilidade. Em diferentes variações espaciais, elevada à condição de deusas, essas entidades se mostravam poderosas porque, sobretudo, detinham a capacidade de gerar filhos (MEIHY, 2015, p. 18).

Foi nesse contexto específico, em torno da mulher como fonte da vida e elo entre o profano masculino e o sagrado feminino que, de acordo com Guimarães (2007), a prostituição teria surgido como uma prática sagrada no interior de um sistema religioso matriarcal dominante onde ainda não existia uma separação clara entre sexualidade e espiritualidade. Para Lins (2000, p. 22), "foi nesse momento da história humana, em torno do segundo milênio a.C., que a instituição da prostituição sagrada tornou-se visível e foi registrada pela primeira vez na escrita".

No entanto, de acordo com Roberts (1998) e Guimarães (2007), esse cenário de relativa harmonia sofreu uma dramática mudança no início do primeiro milênio da

era cristã. Esse período, marca o momento em que os homens tomaram conhecimento que eram eles, através do sêmen, os responsáveis pela fertilização das mulheres. A partir daí, os territórios de domínio matriarcal do velho Oriente passaram a ser constantemente atacados e invadidos por grupos masculinos de guerreiros nômades. Após a conquista desses espaços, a dominação se iniciava, justamente, pela deposição imediata da deusa feminina, seguido pela exaltação e o culto de deuses masculinos.

Assim, em razão da alteração de poder ocorrido nas sociedades arcaicas préromanas, quando as mulheres passaram a ter suas ações progressivamente restringidas pelos homens e quando eles assumiram e monopolizaram, sobretudo, pela imposição das diferenças físicas, o controle dos assuntos de interesse geral, é que se iniciou, ainda que de forma prematura, uma hierarquização ideológica dos gêneros, inicialmente no âmbito das famílias, mas, logo se estendendo a todas as estruturas da sociedade, sendo, desta forma, definidos locais e papéis distintos para homens e mulheres (LINS, 2000).

Desde então, alijada do poder político – poder de decisão e mesmo representatividade –, às mulheres foi imposto todo o tipo de submissão, e, logo, transformada em um objeto passível de ser negociado, vendido e até mesmo emprestado, pois, havia sido, arbitrariamente, inserida em uma economia masculinista onde tudo que fosse contrário ao símbolo de vigor e força que representava o homem guerreiro deveria ser menosprezado e tratado como coisa de menor valor, como adereço substituível e, até mesmo, passível de descarte.

É nesse cenário de surgimento de um patriarcado primitivo, que a figura da prostituta sagrada começa a desaparecer enquanto símbolo sagrado da vida. Paulatinamente expulsas dos templos místicos da fertilidade, as mulheres 'santas' do sexo começam a tomar as ruas das cidades que, naquele período, estavam em franco desenvolvimento, carecendo de todos os tipos e serviço, até mesmo aqueles relacionados ao prazer. Conforme Meihy (2015, p. 19), "dos templos fechados para os espaços públicos, a história da prostituição foi se constituindo na troca do sagrado pelo profano".

É também nesse momento, onde a imagem da mulher prostituta começa a ser associada ao desejo profano, no início do século dois, que, segundo o historiador Jacques Rossiaud (1991), surgem as primeiras casas destinadas exclusivamente ao

comércio do sexo: as zonas do meretrício, os prostíbulos, os *rendez-vouz*, e todos aqueles espaços próprios para se comprar os prazeres da carne.

Sendo assim, de uma prática sagrada ligada a terra e a vida, a prostituição e seus correlatos transformaram-se, lentamente do período que se estende da Grécia antiga – com as primeiras Leis sobre condutas sexuais instituídas pelo legislador ateniense Sólon, para quem a prostituição deveria ser administrada pelo Estado, caso contrário se configuraria em crime – até a ascensão do cristianismo no Ocidente, em uma prática condenada, que expõe a impureza da carne e a fraqueza da mente frente aos prazeres do sexo comprado. Essa situação, foi responsável por levar milhares de mulheres – e raramente aqueles quem as aliciavam – à confissão e humilhação pública, ao banimento, à prisão e, muitas vezes, à morte como atestam os inquéritos de Duchatelet (1955).

No entanto, nem todos os horrores impingidos a quem se dedicasse à prostituição foram suficientemente fortes para impedir que essa prática continuasse a se expandir às sobras das cidades e, algumas vezes, às vistas grossas de autoridades municipais que lucravam com o comércio do sexo.

Contudo, no início dessa cruzada pela moralização do sexo, que tinha como alvo principal toda conduta que poderia corromper o corpo e alma, ainda era possível encontrar locais onde a comercialização do prazer acontecia de forma despreocupada, sem mutismos, ataques ou perseguições. Um desses poucos oásis de luxúria – além da arejada Grécia antiga mencionada por Foucault (1984) – era a Roma clássica, onde as sexualidades e a prostituição continuaram, por um longo tempo, a serem fatos comuns e aceitos no agitado cotidiano da *urbe*. Segundo Roberts (1998), eram condutas comuns, abertamente demonstradas, exploradas e discutidas.

No que diz respeito especificamente à prostituição, era uma prática tolerada e, até certo ponto, aceita pelo Estado romano que, inclusive, não via nenhum problema em tirar proveito do comércio do sexo, o que ficou claro depois que o imperador Calígula determinou a criação de uma espécie de cadastro público de mulheres e homens que se prostituíam e, em seguida, iniciou – a exemplo do que fez Sólon na Grécia antiga⁴² – a cobrança de impostos sobre seu trabalho, prática

89

⁴² Segundo Duchatelet (1955, p. 46), "Sólon, pois, vendo que os templos e os sacerdotes arrecadavam para si o fruto da prostituição, pensou que poderia angariar semelhantes benefícios para o Estado".

que logo foi estendida aos donos das casas de prostituição e bordéis, desta forma, obtendo vultosos lucros para os cofres da cidade, fazendo da prostituição um comércio importante para economia romana. Portanto, a prostituição, em todos os níveis, estava, de acordo com Roberts (1998), profundamente arraigada à economia romana, sem nenhuma vergonha ou estigma associado aos compradores ou aos vendedores dos serviços sexuais. Ainda de acordo com a autora:

Falando de modo geral, a prostituição na antiga Roma era uma profissão natural, aceita, sem nenhuma vergonha associada a essas mulheres trabalhadoras. Uma ilustração desta ausência de estigma pode ser encontrada na história da legislação de casamento do imperador Augusto. [...] Augusto, preocupado que a relutância da aristocracia em se casar e se reproduzir pudesse levar a classe dominante a desaparecer por carência de herdeiros, introduziu um sistema de multas, que ele aplicava às pessoas solteiras em idade casadoura. Mas, em alguns casos, as mulheres aristocráticas rebeldes optaram por se registrar como prostitutas para não se entregar a casamentos forçados (ROBERTS, 1998, p. 61).

Mas, com o enfraquecimento e a fragmentação do Estado romano no século V, seguido da forte ascensão tanto do patriarcalismo como da Igreja Católica em toda a Europa, a situação vivenciada pelas prostitutas – e, de um modo geral, de todos aqueles que tinham sua sexualidade reprovada aos olhos do Vaticano – sofreu um novo recrudescimento no período que precede o Renascimento. Nesse sentido, "o cristianismo", de acordo com Silva (2008, p. 74), "religião monoteísta e patriarcal, relegou à mulher a submissão total e irrestrita ao homem, e foi rigorosa em relação ao controle da sexualidade feminina". Desta forma, é durante a idade média, em vista de todos os novos valores éticos e morais defendidos pela Igreja Católica, que a Grande Deusa é definitivamente negada e excluída da vida pública.

A centralização do poder patriarcal impunha controle muito mais severo e as mudanças de papéis forçaram mudanças da acepção de padrões sociais. Por lógico, a prostituição não desapareceu, mas sob a égide de uma igreja que pretendia cristianizar os povos, cabia aos clérigos o estabelecimento de regras disciplinatórias de convívio (MEIHY, 2015, p. 27).

Ainda sobre esse período, os primeiros padres católicos, segundo Guimarães (2007), deram início a uma era de terror e perseguição a todas as práticas sexuais que não eram destinadas exclusivamente à reprodução humana ou celebrar instituições como a família e o casamento. Desta forma:

[...] os homens que estavam no poder começaram a aceitar tacitamente a ideia de que a prostituição era uma prática moralmente repreensível e danosa e que as próprias mulheres prostitutas eram um mal e uma ameaça de corrupção para o restante da sociedade. Estava se iniciando, desta forma, o prelúdio de uma 'nova era' de ódio, perseguição e exclusão à mulher (ROBERTS, 1998, p. 77, grifo nosso).

No entanto, nessa nova era mencionada por Nickie Roberts, o alvo principal das perseguições eclesiásticas eram, basicamente, as mulheres solteiras e pobres das áreas urbanas ou rurais, ou seja, a principal fatia da população que adotava a prostituição como meio de resistência e subsistência.

Neste cenário, as mulheres foram progressivamente demonizadas, pois, eram vistas como possuidoras do 'mal original'. Assim, o corpo feminino e seus desejos deveriam ser tratados como sujos e perigosos, já que eles poderiam multiplicar a maldade do homem na terra, ou seja, "o cristianismo", para Foucault (1984, p. 17), "o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte". Desta forma, a igreja católica, com o objetivo de reafirmar a masculinidade como característica superior frente às mulheres, rapidamente tratou de rejeitar, em praticamente todos os aspectos, o princípio feminino. De acordo com Meihy (2015, p. 27):

A postura da Igreja visava estabelecer os lugares dos gêneros na sociedade, e assim o papel do feminino foi biologicamente aproximado da ideia do mal, significado pela figura de Eva, ser volúvel e permeável às tentações. Com apoio de leituras da bíblia, recuperem-se preceitos condenatórios das relações sexuais, e as noções de pecado e culpa eram largamente apregoadas como indicativas de castigo e da fatalidade do inferno.

Esse discurso de inferiorização tanto do corpo como da sexualidade feminina, que dominou e se fortaleceu durante a Idade Média, culminou de forma brutal, em 1487, com a publicação do livro *Malleus Maleficarum* (martelo das feiticeiras), uma obra destinada a reeducar, através da dor e da tortura, o corpo feminino desvirtuado. Esse momento marca, não obstante, a definitiva desvalorização do corpo feminino frente ao masculino. No que diz respeito às prostitutas:

De agora em diante, essas mulheres seriam especificamente identificadas com a luxúria miserável da carne; a prostituta era encarada agora como uma espécie de dreno, existindo para eliminar o efluente sexual que impedia os homens de se elevar ao nível de Deus (ROBERTS, 1998, p. 81).

Mesmo assim, apesar da forte vigilância e repressão exercida tanto pelo clero católico como pelas autoridades protestantes⁴³ durante o período que se estendeu do Renascimento ao Iluminismo, a prostituição continuava a ser praticada, mesmo que de forma totalmente clandestina, em praticamente todas as cidades. Em algumas, porém, essa prática estava sob a administração indireta do Estado que, de uma forma ou de outra, aferia importantes lucros com o comércio do corpo e com os bordéis que, desde o século XIV, se multiplicaram com o acelerado crescimento das cidades. Administração era indireta porque os gestores públicos, por questões de estratégias políticas, preferiam não ter atrito com a igreja e seus clérigos radicais, desta forma, mantinham certa discrição quanto a esse assunto. Assim, os agentes do Estado exerciam uma espécie de fiscalização à distância, se fazendo presente nestes locais apenas para fazer o recolhimento dos impostos e, se necessário, oferecendo proteção para que os lucrativos negócios do prazer não fossem interrompidos (ROSSIAUD, 1991).

Porém, alguns historiadores, como Roberts (1998) e Lins (2000), apontam que, em certos momentos, sobretudo, no fim da Idade Média e início do Renascimento, até mesmo os setores mais ortodoxos da Igreja Católica toleraram a existência da prostituição, pois, viam nela uma forma de frear o crescente abandono do lar por parte dos homens insatisfeitos com o casamento, preservar a pureza das mulheres que viviam nos castelos e, principalmente, uma forma amarga de conter o crescimento de casos de homossexualidade, especialmente entre os homens.

Além disso, naquele conturbado período, que era caracterizado por constantes conflitos entre nações, a prostituição também servia como uma espécie de válvula de escape para acalmar o ânimo dos homens guerreiros que retornavam da batalha após meses de total abstinência sexual.

Logo, a prostituição passou a ser vista, por uma parte da sociedade, como um 'mal necessário', que contribuía, mesmo a contragosto, para manutenção da paz e equilíbrio social. No entanto, mesmo antes desse período de indulgência calculada, outros fatores, menos nobres e mais mundanos, já faziam os poderosos Cardeais católicos se calarem e tolerarem a existência dessa prática. De acordo com Roberts (1998 apud GUIMARÃES, 2010, p. 43):

⁴³ Para Roberts (1998, p. 150, grifo da autora), "[...] nas mentes sexualmente paranoicas dos reformadores, a prostituição foi apontada como a fonte da corrupção dos homens; e foi neste contexto que as prostitutas foram convertidas em bodes expiatórios e perseguidas pelo que na verdade era uma 'maioria moral' do século XVI".

[...] durante a primeira metade da Idade Média, o clero e demais autoridades religiosas não tiveram nem à vontade, nem o poder para suprimir a prostituição, até porque, segundo registro, a Igreja, além de obter os prazeres dessas mulheres, obtia um grande lucro, com a prostituição através dos bordéis.

Portanto, essa situação de aparente benevolência em meio a perseguições e punições não deve ser encarada apenas como uma forma de conter os impulsos da população masculina sedenta por sexo ou conservar casamentos e salvaguardar virgens desprotegidas. Se havia tolerância e aceitação à prática da prostituição – o que já ficava evidenciado pelo fato de que, já no final do século XIII, boa parte das nações do velho continente haviam instituído códigos para regular o comércio urbano do sexo, definindo locais e horários próprios para essa prática, criando impostos e penalidades para quem descumprisse o que havia sido determinado pela administração das cidades – era porque os governos daquele período, inclusive a própria Igreja, à semelhança do que fez Calígula em Roma, tinham um objetivo maior: fazer desse comércio, no caso das nações, uma das fontes para recuperar suas finanças, fragilizadas pelas caras e constantes guerras que eram travadas pela manutenção ou expansão dos territórios; ou, no caso da Igreja, para recuperar os cofres santos exauridos pelas campanhas da contrarreforma.

Contudo, com fim do período renascentista e a emergência do Iluminismo, ocorre uma drástica mudança nas concepções sobre o sexo, e que vão se acentuar lentamente na passagem do século XVII até o XIX, sobretudo, com o aparecimento da população como uma questão e um problema da nova governamentalidade política dos Estados.

Nesse novo cenário, a jovem e rica burguesia industrial, com o objetivo de maximizar seus lucros, põe em funcionamento uma nova maquinaria do poder aplicada ao enquadramento dos corpos. Surgem, num primeiro momento, as disciplinas. O corpo, agora submetido a um biopoder, se torna um objeto passível de análise e manipulação calculada. Assim, com o objetivo de corrigir e adestrar o sujeito para majorar suas potencialidades, institui-se um discurso de normalização das condutas. Para Foucault (1999, p. 132):

Esse biopoder, sem a menor dúvida, foi elemento indispensável ao desenvolvimento do capitalismo, que só pôde ser garantido à custa da inserção controlada dos corpos no aparelho de produção e por meio de um ajustamento dos fenômenos de população aos processos econômicos.

Mas, havia a necessidade de se pensar o todo, o coletivo. Se as disciplinas adestravam o corpo singularizado e recortado no espaço, era necessário ampliar esses efeitos à população. Logo, uma série de intervenções e controles reguladores foram estendidos a toda sociedade na forma de uma biopolítica da população. Nessa configuração, o sexo já não era, como no período precedente, apenas uma prática íntima do casal monogâmico recolhida à intimidade do lar. O prazer agora era encarado como algo que também deveria ser enquadrado, normalizado e, se necessário fosse, corrigido à luz de novos saberes e não apenas silenciado e excluído.

O sexo, portanto, havia se tornado uma política pública, ou seja, um assunto próprio de Estado. Porém, um assunto que não se restringiu às estratégias governamentais. Questões relacionadas à sexualidade se difundiram e penetraram todas as camadas da sociedade. O olhar panóptico sobre o corpo desviante, já não era uma prerrogativa única do leviatã. No entanto, o discurso que se originava nas camadas populares – junto ao senso comum – pouco se diferenciava em relação à ética e moral defendida pela burguesa, sobretudo, porque esta última soube:

Difundir sua ideologia para todas as classes sociais. E as classes baixas, que tinham um comportamento mais liberal em relação à sexualidade, assimilaram essas ideias, adotando o modo de pensamento burguês em suas concepções tanto de moral como éticas (SILVA, 2008, p. 85).

Nesse cenário, a prostituição, assim como outras práticas sexuais que foram submetidas à periferização pelos discursos hegemônicos, continuavam sendo alvos de ferozes ataques e contestações sociais. Mas desta vez, o discurso não partia apenas em defesa da moral da boa família ou em respeito aos dogmas religiosos. Com o desenvolvimento das ciências médicas no século XVIII, o sexo passou a ser associado a uma série de graves patologias que podiam comprometer a saúde dos sujeitos.

Foi nesse contexto, que inaugura as preocupações do Estado com a saúde coletiva e a higienização urbana, que se fecha o cerco a todas as formas de prostituição como maneira de proteger a população das possíveis mazelas físicas do sexo desviante. Desde então, tanto a prática da prostituição como a existência de bordéis ou outros locais onde se podia comprar o prazer, só ocorria na total clandestinidade ou, como denuncia Roberts (1998), através de acordos espúrios ou

pela corrupção de autoridades locais que, não raro, ou eram clientes assíduos ou proprietários desses locais.

Mas, como ficou claro, essa prática, mesmo associada a um número expressivo de enfermidades, não foi freada ou silenciada como queriam os moralistas vitorianos. Pelo contrário, era exercida em escala cada vez maior e por dois motivos principais: o primeiro, relacionado à demanda de clientes que não parava de crescer nas superlotadas cidades industriais; o segundo, tinha relação com o drástico empobrecimento da população urbana e rural, em especial da massa feminina, o que acabava empurrando diariamente um número alarmante de mulheres esfomeadas para o mercado do sexo em busca de sobrevivência. Para Guimarães (2007, p. 47), estes dois motivos, associados a outros fatores, "fizeram com que a prostituição se tornasse uma prática difícil de ser combatida".

Contudo, para Silva (2008), a prostituição continuava a existir e a se expandir de forma rápida em razão, principalmente, de seu amplo caráter comercial, o que, segundo o autor, ficou explícito quando se iniciou, na virada do século XVIII para o XIX, o fechamento e criminalização dos bordéis, fato que levou as mulheres a procurar locais alternativos para continuar exercendo a prostituição. Para o autor:

Apesar de ser condenada e perseguida, a prostituição não foi uma atividade à beira da extinção. No século XIX floresceu ainda mais, por causa do caráter comercial que a atividade sempre possuiu. A restrição aos bordéis fez surgir outros tipos de casas de prostituição e outras formas de divulgar a atividade. Muitos estabelecimentos comerciais como cafés, hospedarias e restaurantes possuíam dependências que eram utilizadas [exclusivamente] para a prática da prostituição (SILVA, 2008, p. 86).

Porém, havia outro motivo para que o comércio do sexo, mesmo submetido a rígido controle Estatal e a vigilância religiosa, continuasse a fazer parte do cotidiano da maioria das cidades: o desejo burguês em conhecer o sexo e os prazeres da carne, como forma de estender seu domínio sobre a população. Situação que foi uma das responsáveis por garantir a continuidade tanto da prostituição como das zonas de baixo meretrício.

Nesse sentido, é importante lembrar que para Roberts (1998) assim como para Foucault (1999), uma das características marcantes dos séculos XVIII e XIX foi a vontade obstinada da burguesia capitalista em conhecer o sexo e seus prazeres como nunca antes. Essa situação refletiu, inclusive, na própria prostituição, tanto que nesse momento surgem, para satisfazer as vontades dessa clientela de elite,

novas formas de prazer através do sexo pago. São contemporâneas desse período, práticas como o sadomasoquismo, o *swing* e o *voyeurismo* comprados. Serviços que, muitas vezes, eram oferecidos através de um catálogo erótico, uma espécie de vitrine gráfica de mulheres à disposição daqueles que estavam dispostos a pagar para obter prazer. Segundo Guimarães (2007 p. 47, grifo do autor):

[...] a tendência das classes altas do século XVIII às experiências sexuais gerou o desenvolvimento de uma nova forma de bordel, que buscava atender a todos os gostos ao incluir em seu 'cardápio' um harém de mulheres, serviços de sadomasoquismo, sala para vouyer entre outros. Existia nesta época uma espécie de marketing no qual os donos de bordéis distribuíam cartões de apresentação nas ruas europeias movimentadas. As prostitutas independentes também passaram a entregar cartões; o negócio do sexo estava se expandindo [...].

Porém, como mencionado, o sexo comprado agora trazia consigo outros perigos, outros medos que, no final do século XV, já haviam atormentado boa parte da Europa ocidental⁴⁴: as doenças do sangue, as possibilidades de degenerescência, a degradação do corpo e da mente. Mais do que nunca, as autoridades públicas compreenderam que o sexo deveria ser vigiado e controlado, sob o risco do próprio Estado ruir diante da iminente aniquilação de uma população doente.

Nessa cruzada, a prostituição – e mais tarde, na segunda metade do século XX, o fantasma do homossexualismo⁴⁵ – se tornou um dos principais alvos das ações públicas de controle e regulação. Iniciava-se assim, amparado por um discurso moralista e médico higienista, uma caça às bruxas a todas as mulheres de 'vida fácil'. Contudo, nessa empreitada contra as patologias do sexo desviante, não se atribuía qualquer responsabilidade aos homens e suas condutas sexuais. As mulheres prostitutas tronaram-se o alvo preferencial do circuito sexo-dinheiro-prazer que deveriam ser submetida à normalização. Segundo Jeffrey Weeks (2015, p. 53), nesse período:

As doenças venéreas representavam uma grande ameaça à saúde, mas eram enfrentadas através de tentativas de controlar e regular a sexualidade feminina ao invés da masculina. Na metade do século XIX, estimuladas pela

-

⁴⁴ Um bom exemplo é dado por Freitas (1966, p. 11), segundo ele: "nos fins do século XV houve uma grande difusão da sífilis em toda a Europa, coincidindo com isto as crises da Reforma e da Contrarreforma, as atitudes de intolerância se aguçando para se exibirem os dois lados quem era o mais santo e puro. Começaram as prostitutas a ser proibidas em quase toda Europa".

⁴⁵ A esse respeito ver Rubin (2003, p. 24) e Pelúcio e Miskolci (2009, p. 135).

expansão de epidemias tais como a cólera e o tifo em cidades superpovoadas, as tentativas de reformar a sociedade se concentraram em questões de saúde e moralidade pessoal. De 1860 até 1890, a prostituição, as doenças venéreas, a imoralidade pública e os vícios privados estavam no centro dos debates: muitas pessoas viam na decadência moral um símbolo da decadência social.

Em razão disso, as prostitutas, de acordo com Guimarães (2007), tornam-se, segundo o discurso oficial, as principais responsáveis pela disseminação urbana de doenças venéreas, passando a serem vigiadas e controladas por policiamento, sujeitas à prisão, internação e, inclusive, tratamento médico compulsório. Portanto, cooptados por mecanismos de controle e gestão, o comércio do corpo e do prazer, não escaparam às estratégias da biopolítica de Estado. Desta forma, com a emergência do século XX, a prostituição foi definitivamente tomada por um discurso que, mais do que criminalizar, objetivava normalizar.

É nessa configuração, que ocorre a definitiva patologização do corpo e do sexo desviante frente ao modelo do corpo sadio ostentado pela burguesia e disciplinado pelos novos saberes da Medicina higienizadora e normalizadora. Como argumentou Balieiro (2009, p. 61), "a legitimação do saber médico se consolidava ao mesmo tempo em que esse se infiltrava e intervinha em todos os poros da vida individual e social". Para Beluche (2008, p. 64):

A técnica da normalização e moralização que os médicos do corpo social desenvolveram foi extremamente importante para validar seu saber, pois, tanto para definir as normas e os padrões de conduta quanto para julgá-los normais ou patológicos, não bastava uma simples observação de leigo, era preciso um olhar apurado e estudado, ou seja, um olhar de especialista. O saber médico se apresentou como um saber polivalente. Ele penetrou em todas as estruturas da vida social, prescrevendo, como saber normalizador, as condutas normais e patológicas.

No entanto, é justamente neste século de recrudescimento às sexualidades desviantes que se inicia, especialmente a partir da segunda metade do século XX, um período de contestação à matriz hegemônica. É o início da chamada Revolução sexual, o que levou ao surgimento de uma série de movimentos relacionados à liberdade sexual. No que diz respeito aos efeitos junto às mulheres:

Essa revolução sexual marcou, de certa maneira, o fim do patriarcado, da censura, assim como o progresso na igualdade das mulheres nas legislações nacionais. Toda essa revolução sociocultural, também, acarretou um deslocamento da atenção de muitas artistas, críticas e historiadoras, para o problema da construção social de uma identidade

feminina. Ou seja, elas definitivamente não pretendiam estagnar os valores, conceitos ou circunstâncias que as fixassem em um posicionamento maniqueísta (ALMEIDA, 2010, p. 63).

consequência Como direta desses acontecimentos, discursos os essencialistas, que postulam a existência de uma moral imanente e universal, começam a se despedaçar diante da miríade de sujeitos que exigiam aceitação e reconhecimento político, então negados em razão de suas sexualidades não se enquadrarem às normas estabelecidas. Assim, o que antes era tido como natural e universal em relação ao sexo, o corpo e o prazer, passava a ser entendido como uma prática cultural e contingente de cada espaço; ou seja, no que se refere à sexualidade, havia ficou claro que "nada há de exclusivamente natural nesse terreno, a começar pela própria concepção de corpo, ou mesmo de natureza" (LOURO, 2015, p. 11).

É nesse cenário de dissolução de certezas e verdades, que surgiram novas possibilidades de repensar a prostituição e todos os sujeitos inseridos nesse universo. Se a biopolítica ainda impõe o enquadramento dos corpos e dos prazeres através de um discurso moralista e médico, já não é sem contestação e resistência. As mulheres e homens que fazem de seus corpos um instrumento de luta, encaram o próprio desvio a eles imputado como uma estratégia de libertação. Portanto, a norma, segundo Pelbart (2003), não é mais vista como um mecanismo rígido, auto reprodutor do discurso. A biopolítica começa dar lugar a biopotência das multidões, às potências de vida, ou seja:

Essa potência de vida disseminada por toda parte nos obriga a repensar os próprios termos da resistência hoje. Poderíamos resumir este movimento do seguinte modo: ao poder sobre a vida responde a potência da vida. Mas esse responder não significa uma reação, já que o que se vai constatando cada vez mais é que essa potência de vida já estava lá e por toda a parte, desde o início. A vitalidade social, quando iluminada pelos poderes que a pretendem vampirizar, aparece subitamente na sua primazia ontológica. Aquilo que parecia inteiramente submetido ao capital, ou reduzido a mera passividade, isto é, a vida, aparece agora como um reservatório inesgotável de sentido, como um manancial de formas de existência, como um germe de direções que extrapolam, e muito, as estruturas de comando e os cálculos dos poderes constituídos (PELBART, 2003, p. 58).

Como veremos nos tópicos que seguem, com a emergência da modernidade tardia e dos movimentos feministas, mais que uma chaga que estigmatiza e envergonha, os discursos que fazem da prostituição uma patologia social se

tornaram, também, uma ferramenta de subversão, ou seja, nesse cenário "podemos compreender os corpos e as identidades dos anormais como potências políticas, e não simplesmente como efeitos dos discursos" (PRECIADO, 2011, p. 12).

PROSTITUIÇÃO E BIOPOLÍTICA: DA PATOLOGIA À SUBVERSÃO

Apesar de um fenômeno social antigo, constante e amplamente praticado em quase todas as sociedades, o comércio do sexo, na sua forma mais conhecida e popular, a prostituição, sempre esteve, com exceções que remontam a períodos longínquos, associada à clandestinidade, à ilegalidade, à doença ou desvio. Logo, negada, combatida e, desde os oitocentos, transformada, pelo discurso que legitimava a *Scientia Sexualis*, em uma prática capaz de adulterar o sangue, incapacitar o corpo e corromper a mente. Daí as origens das perseguições, dos ataques e dos silêncios que se seguiram até sua definitiva alocação às sombras das sociedades como um mal típico da decadência moral e degenerescência física das raças.

Todavia, se a imoralidade social foi, desde o início, a justificativa para barrar o comércio do prazer, a partir do surgimento de uma nova tecnologia de poder centrada na vida, em especial no século XX, foram os perigos vinculados aos 'patógenos do mau sexo', descobertos e, fartamente, explorados pela Biomedicina do Estado⁴⁶, que se incumbiram de manter a prostituição junto às sexualidades desviante e fazer dessa prática um objeto de investigação epidemiológica, já que havia sido considerada um risco iminente à saúde da população.

Desta forma, falar da prostituição, enquanto manifestação da sexualidade, havia se tornado um tema controverso em praticamente todas as sociedades ocidentais do século XX, sobretudo, junto aquelas onde os discursos e estratégias da biopolítica instituíram a sexualidade como fonte garantidora de inteligibilidade social e política e, assim, passando a adotar parâmetros pré-determinados para conferir normalidade aos sujeitos subjetivados pelos discursos dominantes.

99

⁴⁶ Essa situação é ainda mais flagrante no que diz respeito à epidemia da AIDS. Como denunciam Pelúcio e Miskolci (2009, p. 136), "quando os governos aceitaram a existência da epidemia e tiveram que tomar medidas contra ela, as políticas públicas desenvolvidas permitiram usar o temor do extermínio em benefício do controle, assim como o fardo do isolamento seria progressivamente substituído, em alguns países, pelo escrutínio dos prazeres e sua domesticação".

Como discutido no capítulo precedente, a biopolítica pôs em funcionamento uma série de mecanismos que passaram a controlar todo e qualquer aspecto que pudesse colocar em risco, de uma forma ou de outra, a vida biológica dos indivíduos. Contudo, as sexualidades ditas desviantes, em razão da extensão de seus riscos e efeitos junto à coletividade, tornam-se o principal alvo de normalização das políticas estatais.

Através do enquadramento dos corpos, seria possível, conforme as estratégias do Estado, minimizar os perigos que práticas sexuais 'espúrias' poderiam acarretar para o sadio desenvolvimento da população, sobretudo, depois que doenças venéreas – como a sífilis, a gonorreia e, mais tarde, a AIDS – foram relacionadas às sexualidades irregulares. Nesse sentido, é importante lembrar que "regrar a sexualidade considerada promíscua", segundo argumentam Pelúcio e Miskolci (2009, p. 130), "tem sido interesse da medicina e do Estado desde o início do século XIX".

Assim, se o objetivo explícito dessa nova tecnologia de poder era ratificar o discurso hegemônico em prol da preservação da vida pelo viés da higienização do sexo, logo, qualquer atividade que fosse contrária à norma aplicada à regulação das sexualidades, deveria ser combatida e tratada para, enfim, ser reinserida no universo da normalidade.

Foi dessa forma, como justificativa para conservar a saúde, a força e vigor dos indivíduos, que os dispositivos de sexualidade multiplicaram os mecanismos de normalização junto ao tecido social, ao ponto de consolidar, de forma arbitrária, uma matriz sexual que passou a ser a referência social e política quando o objetivo era definir quais comportamentos sexuais deveriam ser aceitos e, ao contrário, quais deveriam ser negados em favor da ordem e da moral coletiva.

Diante desse contexto, a prostituição, rotulada como uma prática clandestina e símbolo da decadência feminina frente a moral burguesa, passou a ser um dos principais alvos das ações de controle e enquadramento aplicados às sexualidades periféricas, sobretudo, porque na cruzada moral pela higienização da população, a venda do corpo para satisfazer os prazeres da carne foi considerado como o principal foco, se não o mais importante, da disseminação de doenças, principalmente, depois do surgimento do vírus HIV e todo pânico moral associado a essa enfermidade, o que, segundo Miskolci (2007, p. 112), colaborou "para o fortalecimento do aparato de controle social, ou seja, novas leis ou até mesmo maior

e mais intensa hostilidade e condenação pública [...]". Ainda segundo o autor, "o pânico é moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detém um *status* valorizado" (p. 112).

O efeito social da doença impactou profundamente a concepção cultural em torno da prostituição urbana. Para Rodrigues (2009, p. 69), "a percepção inicial da epidemia, profundamente transformada ao longo dos anos, repercutiu sobre a prostituição, provocando o recrudescimento da discriminação e do preconceito". Essa ideia é corroborada por Rubin (2003, p. 38), pois, segundo a antropóloga americana, "quando o medo de doenças incuráveis se mistura com o terror sexual a infusão resultante é extremamente volátil".

No entanto, as estratégias implicadas na vigilância e controle tanto da mulher prostituta como das doenças relacionadas ao sexo não estavam ancoradas apenas em discursos médicos. Vinculada a uma acepção higienista, a moralidade sexual da população ainda era um objeto caro a ser sustentado e defendido nesse período. De acordo com Pelúcio e Miskolci (2009 p. 133), "o pânico da contaminação por meio do sangue adulterado tornava-se secundário diante das fantasias que criavam a doença como produto de contatos sexuais espúrios".

Contudo, esses discursos médico e moral anti-prostituição não são recentes. Como discutido acima, a prostituição, desde o século XVIII, configurou-se como uma das principais práticas relacionadas à dispersão de patologias. Porém, é somente em meados do século XX que essa atividade será definitivamente vinculada a um problema epidemiológico, o que não significa que os velhos fantasmas da degenerescência foram abandonados, pelo contrário, naquele período houve um recrudescimento nos discursos eugenistas. Essa situação, não obstante, levou a uma espécie de racialização tanto da prostituição, como das próprias doenças a ela associadas. Para Pelúcio e Miskolci (2009), o temor relacionado à mobilidade e o rompimento de fronteiras – não apenas físicas, mas culturais e raciais – apareceriam na composição dos mitos de origem das doenças do sexo.

Essa situação já era evidente nas políticas estatais de controle e vigilância aplicados à imigração no século XIX. Do último quarto dos oitocentos até as primeiras décadas do século XX, a prostituição passou a estar vinculada, com algumas exceções pontuais, às preocupações estatais relacionadas ao tráfico de mulheres no Ocidente direcionadas para o comércio do sexo fora de seus países de

origem. Para Kempadoo (2005, p. 57), "as ideias sobre o tráfico foram engendradas por ansiedades sobre a migração de mulheres sozinhas para o exterior, e sobre a captura e escravização de mulheres para prostituição em terras estrangeiras".

Desta forma, o Estado, fazendo uso de um discurso paliativo em defesa do direito à liberdade e seguranças das mulheres vítimas do tráfico e exploração sexual, intentava, como objetivo principal – porém, camuflado –, preservar a 'pureza' da sua população dos males oriundos do outro lado de suas fronteiras.

No entanto, é nessa conjuntura onde, pela primeira vez, essa prática deixava de estar relacionada unicamente ao desvio e à criminalidade, ou seja, quando a prostituição passou a ser analisada por um viés — aparentemente — social, que surgem os primeiros movimentos em defesa da mulher e de sua sexualidade. Esse momento, marca o surgimento do feminismo de primeira geração. Para Rodrigues (2009, p. 69), "a emergência do movimento feminista e a agenda construída em torno da opressão feminina e do questionamento da naturalização da desigualdade entre mulheres e homens ensejaram a formulação de toda uma nova perspectiva epistemológica". Para tanto, foi necessário que essa perspectiva fizesse a articulação entre política, ação e teoria. Por este motivo é que, segundo Leonore Tiefer (1993, p. 37):

O feminismo é fundamentalmente um movimento e uma análise políticos que visam a compreender e modificar a situação subordinada das mulheres através do mundo, pois, a sexualidade, seja ela qual for (e o que ela é continua sendo um dos problemas centrais), é um lócus proeminente da opressão feminina.

Nesse cenário, a prostituição logo se torna um tema de importância social, bem como de acalorados debates políticos. Mas, desta vez, com objetivos muito distintos daqueles que, em defesa da moralidade instituída, associavam às mulheres prostitutas à criminalidade e ao desvio social. Esses debates, durante a primeira metade do século XX, em geral, propunham reconstruir a imagem das mulheres que faziam do comércio do sexo um meio legítimo de sobrevivência e resistência.

É na esteira desses acontecimentos, já no início da segunda metade do século XX e em razão dos eventos que celebravam a chamada Revolução sexual e a segunda onda do feminismo, que os debates tomaram corpo e se aprofundam tanto na teoria como na prática.

Justamente nesse momento de convulsão social e política, que surgem as principais teorias que se propõe a analisar e explicar a problemática da prostituição e, principalmente, ressignificar os discursos médicos e moralistas que, até aquele período, dominavam a temática e eram as referências hegemônicas na definição e manutenção do *status quo*.

Entre uma série de ideia e teses fecundas que surgiram, duas correntes feministas, profundamente opostas uma à outra, se destacaram em torno da prostituição enquanto questão social e política: a Perspectiva Radical e a Perspectiva Transnacional.

Na primeira corrente, que tem suas origens e ideologias junto às classes média e alta Euro-americanas, o tráfico, visto como o principal mecanismo fornecedor de mulher para a indústria global do sexo pago, era entendido como uma forma de violência e opressão patriarcal contra a mulher. Assim, a mulher submetida à prostituição ou qualquer outra forma de exploração sexual era vista como uma vítima da frágil estrutura social de suas nações de origem. Um sujeito que deveria ser protegido e auxiliado para se desfazer das amarras do patriarcado e da opressão masculina, prática entendida como a única forma de chegar à verdadeira emancipação. Nessa perspectiva, de acordo com Kempadoo (2005):

Supõe-se que as mulheres nunca entram livremente em relações sexuais fora do 'amor' ou do desejo sexual autônomo. Ao contrário, considera-se que elas são sempre forçadas à prostituição – em suma, traficadas – através do poder e controle que os homens exercem sobre suas vidas e seus corpos (p. 58, grifo da autora).

A perspectiva Radical, em geral, corroborava com a ideia hegemônica à época que defendia a intensificação na vigilância e controle das fronteiras como maneira de frear a prostituição e, assim, preservar uma série de direitos que eram suprimidos quando mulheres eram levadas à força, de sua terra natal, para se prostituir em outros países. No entanto, como observou Weeks (2015), esses mecanismos de contenção deveriam ser ainda mais eficazes quando essas mulheres tinham origem africana, asiática ou latina. O temor à hibridização das raças foi subjacente ao combate à prostituição no século em questão, em especial, porque essas 'outras raças', em geral, eram oriundas de ex-colônias ou nações subdesenvolvidas. A respeito da origem das mulheres direcionadas à prostituição, Meihy (2015, p. 13) diz:

[...] os eixos de procedência tornaram-se cambiantes, mantendo-se, contudo, a resistente relação de países pobres, ex-colônias, exportando gente para os postos ricos, antigas metrópoles. [...] No passado recente, o volume predominante de pessoas implicadas na prostituição era do Leste Europeu. Gradativamente, porém, o número de tipos oriundos da América Latina e de vários países africanos vem ganhando volume, junto com levas precedentes da Tailândia e de Bangladesh.

Já a Perspectiva Transnacional⁴⁷, que tinha suas origens teóricas longe dos ideais de moralidade defendidos pela burguesia europeia e americana, oferecia uma forte crítica à perspectiva precedente. Sob esse viés, o tráfico, conforme Kempadoo (2005), passava a ser compreendido como um conjunto de práticas de poder onde se intercruzam e se articulavam discursos patriarcais, capitalistas e racialistas com os próprios desejos das mulheres prostitutas de, através de estratégias de sobrevivência, darem forma e autonomia as suas vidas. Para Kamala Kempadoo (2005, p. 61), nessa corrente, "o patriarcado é visto apenas como uma das relações de dominação que condicionam as vidas das mulheres, e não a única, nem necessariamente a principal".

Portanto, essa perspectiva não negava que a prostituição fosse, em determinados contextos, uma forma de violência física ou simbólica contra as mulheres. Porém, atribuía essa violência, principalmente, às condições materiais e imateriais insalubres e de completa informalidade onde a prostituição deveria ser realizada se essas mulheres quisessem minimizar os efeitos do estigma. Beauvoir (1967, p. 334), já havia defendido que "não é a situação moral e psicológica que torna penosa a existência das prostitutas. Sua condição material é que é, na maioria dos casos, deplorável". Assim, de acordo com a perspectiva Transnacional:

[...] as mulheres não são simplesmente definidas como vítimas do poder masculino terrível e paralisante ou como um grupo homogêneo. [...] ao contrário, elas são concebidas como sujeitos atuantes, autodeterminados e posicionados de maneira diferente, capazes não só de negociar e concordar com o que está posto, mas também de conscientemente opor-se e transformar relações de poder, estejam estas enraizadas nas instituições de escravidão, prostituição, casamento, lar ou mercado de trabalho (KEMPADOO, 2005, p. 61-62).

Essa duas perspectivas, portanto, foram responsáveis por polarizar as discussões em torno da prostituição no século XX. Uma postulava a prostituição

104

⁴⁷ Segundo a antropóloga Elisiane Pasini (2005, p. 3), essa perspectiva "é formada por acadêmicas e militantes de organizações e é também conhecido como feministas liberais ou contratualistas".

como uma violência brutal contra as mulheres, ou seja, uma forma de dominação patriarcal e opressão masculinista exercida através do mercado do sexo e seus desdobramentos. Neste caso, a mulher prostituta estaria constantemente submetida à despersonalização e coisificação. A segunda, não negava os preceitos que motivavam as ações das feministas radicais, porém, as adeptas à perspectiva Transnacional defendiam que, frente a novos discursos e práticas que emergiram após os anos de 1970, não era mais possível negar que muitas mulheres que se prostituíam faziam isso de forma autônoma e voluntária, sem qualquer coação ou imposição. O objetivo desta corrente era, de certa forma, restituir a agência a essas mulheres e mostrar que a própria prática da prostituição poderia ser utilizada como uma ferramenta de emancipação política e social. Ademais, denunciava que se a violência fazia parte do cotidiano das mulheres prostitutas era em razão da própria estrutura social que obrigava essa prática a ser exercida – com poucas exceções – na clandestinidade.

É importante destacar, que uma análise superficial dessas duas perspectivas teóricas oferece a possibilidade de um posicionamento ideológico a favor de uma em detrimento da outra. No entanto, o fato é que os cenários descritos, ora criticados, por ambas as correntes, em geral, não se anulam mutuamente como somos levados a supor quando – descartando as possibilidades que uma análise empírica no ambiente prostitucional poderia proporcionar – a teoria se sobrepõe ao trabalho empírico. Pelo contrário, são realidades complexas e, sobretudo, inconstantes que se intersectam ininterruptamente no cotidiano profissional das mulheres que fazem de seus corpos um instrumento de trabalho. Nesse sentido, cabe destacar o relato da antropóloga Elisiane Pasini, segundo ela:

Estratégias ou não de sobrevivência, interessa o fato de haver uma centena de motivações que podem ou não levar as mulheres ao exercício da prostituição. Minha experiência etnográfica em contextos prostitucionais me mostrou que há tanto prostitutas que fizeram sua escolha como aquelas que se sentem obrigadas pela sociedade a estarem na prostituição (2005, p. 3).

Contudo, cabe ressaltar que apesar das Perspectivas Contratualista e Radical terem, de formas distintas, dado início a um novo e profícuo diálogo para o entendimento da prostituição, tais ações não foram suficientes para fazer com que essa categoria pudesse se desvincular dos velhos adjetivos e rótulos depreciativos

que há séculos são atribuídos a quem se dedica a essa atividade. Numa sociedade como a nossa, que defende a moralidade do sexo e do prazer através de códigos rígidos e empoeirados, "a prostituta", como sentencia Beauvoir (1967, p. 323), "é o bode expiatório. Quer um estatuto legal a coloque sob a fiscalização policial, quer trabalhe na clandestinidade, é ela sempre tratada como pária".

No entanto, se os objetivos não foram plenamente alcançados, os debates iniciados por essas duas correntes foram, dadas as singularidades de cada contexto, responsáveis por mudanças tanto no modo como a prostituição passou a ser tratada por certos segmentos da sociedade como pela forma que, desde então, passou a ser encarada e praticada pelas profissionais do sexo. Ou seja, as mudanças, como defende Roberts (1998), não foram sentidas apenas externamente. As próprias mulheres prostitutas repensaram sua condição e sua posição na sociedade.

Todavia, deve-se lembrar de que mesmo antes da ascensão dos movimentos pró-feminismo e pró-liberdade sexual ocorridos na esteira dos *événemts* de 1968, já havia, em períodos precedentes, um processo de desconstrução da ideia comum que associava a prostituição ao desvio ou mesmo à criminalidade. Neste sentido, a filósofa francesa Simone de Beauvoir, que claramente ligava a prostituição a uma forma de escravidão, violência ou opressão contra as mulheres⁴⁸, adotando uma posição muito parecida com as ideias defendidas pelas feministas da perspectiva Radical, é, possivelmente, a precursora intelectual dos movimentos que buscavam ressignificar a imagem dessas profissionais. Numa passagem d'Segundo sexo, ela deixa muito claro suas ideias sobre a questão, assim dizendo:

É ingênuo perguntar que motivos levam a mulher à prostituição; não se acredita mais hoje na teoria de Lombroso, que assimilava as prostitutas aos criminosos e via em ambos degenerados; é possível, como afirmam as estatísticas, que de uma maneira geral o nível mental das prostitutas esteja um pouco abaixo da média e que algumas sejam francamente débeis mentais: as mulheres cujas faculdades mentais são retardadas escolhem amiúde um ofício que não exija delas nenhuma especialização; mas em sua maioria elas são normais, algumas muito inteligentes. Nenhuma fatalidade hereditária, nenhuma tara fisiológica pesa sobre elas. Na verdade, em um mundo atormentado pela miséria e pela falta de trabalho, desde que se ofereça uma profissão, há quem a siga [...] (BEAUVOIR, 1967, p. 324).

⁴⁸ Para Beauvoir (1967, p. 324, grifos nossos), "[...] a prostituta não tem os direitos de uma pessoa; nela se resumem ao mesmo tempo, todas as figuras da escravidão feminina". Em outra passagem

nela se resumem, ao mesmo tempo, todas as figuras da *escravidão feminina*". Em outra passagem que, facilmente lhe associa às feministas radicais, ela diz: "se os casos de 'tráfico de brancas' em que ela é arrastada para a engrenagem pela violência, falsas promessas, mistificações etc., são relativamente raros, é frequente, entretanto, que fique retida na carreira contra sua vontade" (p. 329).

Portanto, a luta pela ressignificação do discurso não é recente. Como vemos em Beauvoir, ecoou desde as primeiras décadas do século XX em conjunto com as mesmas bandeiras erguidas em defesa do feminismo. Mesmo assim, é somente na segunda metade desse mesmo século que surge uma verdadeira articulação em torno da problemática da prostituição. Um dos principais pontos estava centrado no movimento global, iniciado ainda nos anos de 1970, em prol do reconhecimento da prostituição como um trabalho formal, o que, de maneira concomitante, levaria a sua completa descriminalização. Esse movimento, que tinha a horizontalidade como característica, foi desencadeado tanto por organizações feministas como por associações de prostitutas, entidades que proliferaram neste período. Segundo Rodrigues (2009, p. 69), "a partir do último quarto do século XX, assiste-se à emergência de organizações integradas por prostitutas que reivindicam não só os direitos sociais de cidadania, mas também o reconhecimento da prostituição, como um trabalho como outro qualquer". E continua:

[...] é no bojo do surgimento dos movimentos sociais de defesa dos direitos de prostitutas e da proposição de ressignificação da prostituição, ou, melhor dizendo, do trabalho sexual, como um trabalho como outro qualquer, a partir de meados da década de 1970, que emerge o termo 'trabalhadores do sexo' ou 'profissionais do sexo', para se referir àqueles que exercem a prostituição ou se dedicam ao comércio do sexo (p. 69, grifos do autor).

Os feitos desses movimentos não foram pequenos. Pelo contrário, se alastraram e se fizeram sentir em todos os contextos sociais e cenários políticos, dando início a importantes mudanças nas concepções a cerca da comercialização do sexo. Hoje, em praticamente todas as nações ocidentais, a prostituição não configura mais como uma prática criminosa. Em geral, apenas o aliciamento e o tráfico para fins prostitucionais são tipificados, combatidos e punidos pela legislação. Além disso, em muitos países a prostituição foi legalizada ou está em vias de legalização, tornando-se, como ocorrido no Brasil⁴⁹, uma ocupação profissional reconhecida. Para Rodrigues (2009, p. 70):

⁴⁹ Apesar de ainda não ter sido legalizada, a prostituição, no Brasil, é uma ocupação reconhecida, desde 2002, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Segundo Rodrigues (2009, p. 69, grifos da autora), "a ocupação de 'profissional do sexo' indexada na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) com o número 5198-05, faz parte da família 'prestador de serviço' e inclui também as denominações 'garota de programa', 'garoto de programa', 'meretriz', 'messalina', 'michê', 'mulher da vida', 'prostituta', 'quenga', 'rapariga', 'trabalhador do sexo', 'transexual' ('profissionais do sexo'), e 'travesti' ('profissionais do sexo')".

A perspectiva das organizações é colocar a discussão da prostituição no campo da cidadania – enfatizando-se em especial, a questão da atividade referir-se a direitos sexuais e trabalhistas, e não a uma questão criminal/penal. Esse processo tem requerido uma distinção clara de foco e de posicionamento dentro do movimento, acerca de questões próximas ao seu campo de atuação e da atividade mesma da prostituição, como o tráfico de pessoas, para fins de exploração sexual, e a exploração sexual de crianças e adolescentes [...].

No entanto, apesar dos movimentos que defendem e buscam o reconhecimento da prostituição como um trabalho formal terem alcançado relativo sucesso nas últimas décadas, o panorama em relação ao comércio do sexo, em geral, ainda é caracterizado pela exclusão e preconceito. Poucas são as praticas desviantes relacionadas às sexualidades que causam tanto mal-estar e desconforto à sociedade como a prostituição e seus correlatos, principalmente, porque essa prática, ao expor o prazer como um objeto negociável e acessível a todos, corrompe o dualismo compulsoriamente instituído entre público e privado, tão caro aos defensores da moral e dos bons costumes. Essa situação, faz com que esses sujeitos, acusados de corromper a norma estabelecida, sejam classificados, como destacou Guattari (1996 p. 122, grifos do autor), como 'pessoas-margens', ou seja:

Na linguagem habitual, podemos dizer que as 'pessoas-margens' (marginais) são as vítimas de uma segregação e são cada vez mais controladas, vigiadas, assistidas nas sociedades (ao menos nas desenvolvidas). É aquilo a que se refere Foucault com a expressão 'vigiar e punir'. No fundo, tudo o que não entra nas normas dominantes é enquadrado, classificado em pequenas prateleiras, em espaços particulares, que podem até mesmo ser uma ideologia teórica particular.

É com relação a essa situação de violência e supressão de direitos, bem como às mais 'simples e banais' ofensas proferidas cotidianamente àqueles sujeitos que fazem da prostituição um trabalho, que existe uma forte recusa em aceitar o reconhecimento dessa atividade como uma profissão formal e passível de direitos. Nesse sentido, é possível vislumbrar a predominância das teses Radicais em relação à perspectiva Transnacional. Por razões como essas, afirmações como da historiadora Tania Swain (2004) continuam tendo força e fôlego quando essa atividade é colocada em discussão, para ela:

Dizer que a prostituição é um trabalho e ainda, voluntário, é no mínimo, um insulto às mulheres, é um insulto ao trabalho, é o menosprezo total das condições que levaram tais mulheres a se submeter e mesmo defender a profissão que exercem. [...] Basta lembrar que o tráfico de mulheres só é

superado em lucratividade pelo comércio das armas. Estariam todas estas mulheres e meninas nos bordéis e nas ruas, por sua livre vontade, presas de sua natureza perversa? (p. 26).

Contudo, não é possível um posicionamento em relação às teses hegemônicas a respeito da prostituição sem que os próprios atores envolvidos nesse processo possam apresentar um discurso alternativo ao *status quo* sexual. Assim, independente da posição a ser adotada, um projeto que tenha como objetivo a ressignificação de corpos e prazeres irregulares deve, antes de mais nada, dar visibilidade a esses sujeitos que, sob o signo do desvio e do estigma, estão alocados na periferia da matriz sexual dominante. Sendo assim, entendemos que, para desconstruir o paradigma vigente, é necessário submergir nesse universo particular e extrair, dos próprios atores-desviantes, características que, muitas vezes, se tornam obscuras se analisadas apenas por um viés teórico. Neste sentido:

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou mesmo debilitar o que está dado, o que é visto como algo natural e imutável, mas também para completar, na medida do possível, o que sabemos sobre um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias desse evento nos permaneçam completamente obscuras e desconhecidas (HALBWACHS, 1990, p. 25).

Portanto, através de um trabalho empírico realizado junto a garotas de programa, objetivamos dar luz a aspectos singulares dessa atividade e, assim, compreender como esses sujeitos se situam e como são situados no interior de uma economia sexual onde o sexo e o prazer são prescritos por normas rígidas e ideais inflexíveis de moralidade. O objetivo principal, é oferecer uma alternativa factível às discussões em curso que, fazendo uso das mesmas ferramentas e artifícios utilizados na exclusão dessa categoria, pretendem reconstruir a imagem social e política da prostituição. Como critica Guattari (1996, p. 123):

Infelizmente (e isso acontece com frequência), pessoas que querem mudar a sociedade veiculam os mesmos preconceitos, as mesmas atitudes falocráticas, o mesmo desconhecimento total dos desejos que, no entanto, só poderão se construir e ser vividos em determinados vetores de singularidade, de autonomia – pouco importa como os chamamos.

Quais os efeitos do discurso hegemônico na constituição subjetiva da mulher prostituta? O desvio pode ser considerado como um fator intrínseco desses sujeitos? Quais os efeitos do estigma e quais as estratégias de resistência que elas colocam

em prática no seu cotidiano? Se o *status* desviante foi atribuído, é possível pensar em ressignificação identitária para essas mulheres? Esses e outros questionamentos serviram como bússola para o desenvolvimento da pesquisa de campo que, agora, passamos a apresentar.

PRECONCEITO E EXCLUSÃO, ESPERANÇA E LUTA: COTIDIANIDADE NO ESPAÇO PROSTITUCIONAL

O século XX, como mostrou Bauman (2001), escancarou a inconstância e fluidez que perpassa e caracteriza todas as atividades sociais, em especial, àquelas que são constantes e marcam o cotidiano das sociedades modernas. Ter em mente esse aspecto é fundamental quando se analisa as formas que o mercado do sexo adquiriu no decorrer das últimas décadas. A comercialização do sexo não é mais – e talvez nunca tenha sido – uma prática homogênea que possa se resumir à prostituição. Para Piscitelli (2005, p. 7), "o sexo comercial tem dado lugar a uma verdadeira indústria". Segundo a autora, quando se pensa em sexo negociado, já não existe apenas a figura emblemática e solitária da prostituta há oferecer seus serviços. O que vemos hoje é uma diversidade de trabalhos sexuais:

E a lista é imensa, abarcando os desempenhados em bordéis, boates, bares, discos, saunas, linhas telefônicas eróticas, sexo virtual através da Internet, casas de massagem, serviços de acompanhantes, agências matrimoniais, hotéis, motéis, cinemas e revistas pornôs, filmes e vídeos, serviços de dominação e submissão/sadomasoquismo, prostituição na rua (PISCITELLI, 2005, p. 7).

Todavia, o comércio do sexo, ao menos àquele praticado por membros das classes mais baixas, independente dessas novas formas, sempre estará vinculado, segundo Dimenstein (2000), a uma imagem simbólica: a da mulher pobre, oriunda de uma família desestruturada que, com maquiagem carregada e roupas que pouco escondem as curvas de seu corpo, oferece, seja em uma praça, uma esquina ou em um espaço público qualquer, seus serviços a transeuntes que procuram por prazer sem compromisso e sem afeto.

Essa caricatura da mulher prostituta, não é, certamente, uma referência segura, principalmente quando se leva em consideração a forma como essa

atividade é descrita pela perspectiva Transnacional, também não há completa incoerência quando se referem aos sujeitos que se prostituem nos espaços urbanos. Nesse sentido, é inegável que a prostituição de rua, representada pelas classes mais vulneráveis da sociedade, para além do imaginário social, ainda é a forma mais comum desse comércio nas cidades. Em razão dessa característica, adotamos como objeto de análise esse grupo — essas mulheres-símbolo — que, de formas distintas, povoam as fantasias, as ansiedades e os temores da população e, assim, sofrem todos os efeitos do estigma e do preconceito social.

É importante ressaltar que as mulheres que encontramos durante nossa pesquisa de campo não são, de fato, muito diferentes entre si, até por fazerem parte de um mesmo grupo social, porém, como veremos, carregam dores e alegrias tão íntimas que não seria possível conhecê-las se dedicando apenas à observação de seus gestos ou à análise de seus silêncios. Como defendeu Pollak (1989, p. 6), "o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar suas dores e seus sofrimentos, uma pessoa precisa, antes de qualquer coisa, encontrar uma escuta, um ouvinte". Por este motivo, a metodologia empregada na pesquisa de campo foi a História Oral. Para Alberti (2005, p. 18), essa metodologia:

[...] privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas etc. à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.

Contudo, para os objetivos de nossa pesquisa, optamos pelo uso da história oral temática que, por suas características de objetividade e dinamismo, se constitui como método privilegiado para abordar a temática em questão. Segundo Meihy e Holanda (2013, p. 38):

Mesmo abrigando índices de subjetividade, a história oral temática é mais passível de confrontos que se regulam a partir de datas, fatos, nomes e situações. Quase sempre, a história oral temática equivale à formulação de documentos que se opõem às situações estabelecidas. A contundência faz parte da história oral temática que se explica no confronto de opiniões firmadas. Assim, por natureza, a história oral temática é sempre de caráter social e nela as entrevistas não se sustentam sozinhas ou em versões única.

Alertamos, porém, que os resultados da pesquisa empírica, sobretudo, no que se refere ao agenciamento dos sujeitos, estão relacionados a uma análise singular, ou seja, um recorte particular dentro do mercado do sexo contemporâneo, nesse caso a prostituição de rua praticada por membros da classe inferior. Sendo assim, não é possível, nem prudente, uma generalização desses dados para a análise de outros espaços prostitucionais ou outras formas de comércio sexual onde a classe que passe a ser objeto não se assemelhe à que foi abordada nessa pesquisa.

Nossa pesquisa de campo foi realizada no interior e no entorno da Praça Coronel Pedro Osório, no Centro da cidade de Pelotas. O local, segundo Fontoura (2007), é, há mais de meio século, conhecido por ser um dos mais antigos e populares locais de prostituição e rufianismo à céu aberto não apenas da cidade, mas de todo o extremo sul do país. Nas crônicas sobre suas memórias de juventude, o historiador pelotense Luiz Marques Pinheiro (2013, p. 27), lembrando o início da segunda metade do século XX, disse: "eu tenho dificuldade de entender como é que em Pelotas tinha tanta prostituta". Já naquele período, por sua localização no coração financeiro da cidade, o principal local escolhido pelas mulheres que se dedicavam a essa atividade era a referida praça ou as ruas ao seu redor. Hoje, apesar do processo de revitalização e modernização, fato que levou muitas mulheres a abandonarem o local, o espaço ainda é um conhecido ponto de prostituição e cafetinagem da região. Para Pinheiro (2014, p. 51):

Em meio a prédios tombados e um fluxo intenso de pessoas, algumas mulheres têm neste lugar (Praça Coronel Pedro Osório) o seu negócio, onde a mercadoria é seu próprio corpo. As prostitutas estão todos os dias neste ponto turístico da cidade e convivem em completa harmonia com este contexto.

Segundo um levantamento realizado pela ONG Vale a Vida, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Pelotas, existem hoje, aproximadamente, duas mil e quinhentas profissionais do sexo trabalhando na cidade, muitas oriundas de outras localidades. Essas mulheres estão distribuídas em 48 locais de prostituição (praças, ruas, quadras, casas de massagem, bares e saunas) e em duas agências virtuais sendo, contudo, a Praça Coronel Pedro Osório e seu entorno um dos principais pontos de prostituição do município (COSTA; FOUCHY, 2004).

Apesar do expressivo número de profissionais existente na cidade, o cenário que encontramos na praça é bem diferente do passado recente do local, onde, há

pouco mais de uma década, mais de 50 mulheres disputavam clientes nas estreitas passagens que levavam ao interior da praça. Atualmente, segundo as próprias mulheres que trabalham no local, pouco mais de uma dúzia de prostitutas oferecem seus serviços na praça do chafariz, como é popularmente conhecida.

Tinha uma época aqui amigo que era cheio de gente, tinha quase sessenta gurias trabalhando aqui, e todo mundo ganhava muito dinheiro, um bom dinheiro mesmo. A gente fazia até dez programas no dia. Eu já ganhei muito dinheiro aqui amigo. Agora é isso aí que tu ta vendo, só tem a gente aqui, não tem nem quinze guria mais. Agora ta uma merda trabalha aqui (Cristiane)⁵⁰.

Cristiane, Suzana, Nika, Marisa, Samanta e Lorena, as seis mulheres que participaram da pesquisa, fazem parte de gerações distintas de prostitutas que trabalham na Praça Coronel Pedro Osório, porém, compartilham dos mesmos temores, tristezas e esperanças de um futuro melhor. Apesar de todas serem oriundas da mesma classe social – "a fina-flor da pobreza pelotense" como disse Pinheiro (2014, p. 38) – o que as diferencia, são os motivos, as circunstâncias particulares de cada vivência, que às levaram a fazer de seus corpos instrumentos de trabalho e resistência frente às barreiras e contingências sociais.

A escolha dessas mulheres, não seguiu um critério específico. Porém, foi preciso estabelecer um contato inicial, definir um sujeito naquele local que pudesse servir de ponto de partida e instituir uma rede de contatos. Neste sentido, Cristiane pode ser apontada como sendo, para usar a expressão metodológica de Meihy e Holanda (2013, p. 54), nosso "ponto zero". Foi a partir desse contato e suas conexões dentro daquele recorte geográfico singular, que chegamos às demais participantes dessa pesquisa e construímos, num espaço com indivíduos aparentemente homogêneo, um circuito heterogêneo de conversação.

As entrevistas a seguir, seguem a mesma ordem cronológica que ocorreram. Como forma de preservar a originalidade e riqueza dos diálogos, foram transcritas para o texto, na medida do possível, as expressões da maneira como foram faladas pelas participantes.

-

⁵⁰ A partir de agora, como forma de destacá-las em relação a outras obras citadas, as narrativas das participantes serão apresentadas, no corpo do texto, sempre em itálico.

CRISTIANE

Aos 39 anos, a pelotense Cristiane⁵¹, "mas pode me chamar de Cris amiguinho" (Cristiane), uma loira simpática que não esconde o sorriso enfeitado por um aparelho de cor vermelha, conta que há 19 anos trabalha fazendo programas na praça, sempre trabalhou ali e sozinha, "nunca precisei de ninguém pra me cuidar" (Cristiane). Foi parar nas ruas, se prostituindo, para não ser presa e, assim, acabar perdendo a guarda das filhas.

Vim pra rua, pra prostituição, em setembro de 1997. 19 anos vai fazer. Eu era traficante. A Civil, todo dia, três vezes no dia, ia na minha casa... na casa de um vizinho e eu tinha minhas filhas pequenas né. E um marido de uma colega minha aqui de profissão hoje, foi na minha casa e olhou para cara do meu companheiro e disse: 'tchê, se tu não queres perder as tuas filhas e ir preso, tu e a Cris, bota ela na rua para... bota ela para trabalha numa boate', e eu fui (Cristiane).

Cris fala que, ao menos no início, a prostituição não foi uma necessidade, "eu não precisava ter vindo parar aqui" (Cristiane). Se prostituir era, contudo, uma opção menos perigosa que se expor aos constantes riscos do tráfico de drogas. No entanto, hoje, sem uma profissão formal e sem ter concluído sequer o ensino fundamental, não lhe resta muitas outras formas de sustento.

Fiz até a sétima, não até a sexta. Parei de estudar porque eu engravidei da minha filha mais nova, eu ia fazer 18 anos. [...] eu tinha 18 anos quando eu ganhei ela, e o pai da minha filha tinha 16. [...] Antes daqui, eu... tipo trabalhei em casa de família. Era doméstica. Ganhava na época, que o salário era R\$ 150, ganhava dois salários mínimos. [...] mas hoje o que eu sei fazer é isso. O que é que eu vou fazer, meu Deus do céu, eu só sei fazer isso. Não tenho saco para mim me levantar 7h, pegar um serviço, ter o horário, cuidar de um... porque eu com 40 anos, vou... né? Para mim só me resta cuidar de pessoas. A única assinatura que eu tenho na carteira é de sete meses, há 19 anos atrás, nem vale mais (Cristiane).

Quando perguntamos para Cris se já pensou em voltar a estudar ou tentar alguma forma de qualificação que pudesse lhe dar a oportunidade de ter outra profissão, ela diz:

Já, mas aí vai passando os anos, vai passando o tempo, e o que eu aprendi na minha época já não tem mais, não é mais a mesma coisa e a preguiça

114

⁵¹ Entrevista realizada na Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas/RS, na manhã do dia 21 de março de 2016.

vai pegando, né, e aí vem entrando a responsabilidade de contas, de casa, né, de... aí vai... tu vai deixando, vai deixando para lá e... e eu deixei tudo (Cristiane).

Independente de não ter uma qualificação formal, Cris diz ser uma profissional, uma profissional do sexo. Mesmo sabendo que a prostituição não é uma atividade regulamentada, encara o que faz como um trabalho comum, que requer cuidado e dedicação. Ainda assim, não esconde que o preconceito surge quando precisa falar do seu trabalho.

Às vezes em certos momentos, me perguntam: 'ah, qual é a tua profissão?'. Eu... a gente... eu fico com receio de falar por causa do preconceito, sabe, já aconteceu de eu ir na loja fazer uma ficha para crediário, 'ah, qual é a tua profissão?', 'profissional do sexo', 'ah, eu vou botar aqui doméstica', eu, 'tá, mas não é essa a minha profissão, mas tu queres botar, tu bota'. Entendeu, aí gera... tudo gera o preconceito mesmo (Cristiane).

O medo do preconceito e dos perigos de estar exposta na rua nunca foram empecilhos para Cris continuar seu trabalho. Diariamente, do início da manhã até o final da tarde, ela está na praça à procura de pessoas dispostas a pagar por sexo. Mas, reclama que hoje os clientes e o dinheiro são cada vez mais escassos, mesmo assim, sua renda fica sempre em torno de R\$ 2.000, dinheiro que usa para sustentar o companheiro, para pagar as contas da casa, além de ajudar a filha mais nova e a neta que recentemente passou a abriga em sua casa.

Antigamente dava dinheiro, agora não dá mais. Agora não dá mais. [...] Olha, tem dia... eu vou te botar assim, ó, tem dias... na semana passada eu fiquei três dias sem fazer um programa. [...] Três dias sem fazer um único programa. Como eu já fiz, num dia, R\$ 200-300. Entendeu? Então, é assim, um dia tu ganha, outro dois, três, quatro, tu não ganha (Cristiane).

Apesar de o dinheiro ser um atrativo, ela nos conta que ainda sonha em deixar a prostituição. Porém, não esconde o temor em sair das ruas sem saber o que vai fazer para se sustentar, já que não pode contar com uma aposentadoria ou outra forma de beneficio social: "às vezes eu paro pra pensar 'porra, já são 19 anos perdido da minha vida". É claro, um dia eu vou ter que sair daqui. Mas não sei o que vou fazer. Eu penso, penso homem e não sei, não sei mesmo. Mas o tempo vai passar, já está passando. Amor, olha a minha cara!" (Cristiane).

Enquanto não sabe o que vai fazer quando sair da praça, Cris continua sua batalha pessoal não apenas contra o preconceito, mas também contra as drogas, a violência e as doenças, perigos que rondam seu ambiente de trabalho.

Cara, eu não bebo... bebida alcoólica não. Mas uso cocaína, mas só de vez em quando, isso já a uns15 anos. É uma grana legal que vai aí... já botei muito dinheiro fora. Pra doença eu sempre me protejo. Sempre. Uso camisinha e também tomo anticoncepcional. E violência? Bom, tem todo dia... verbal tem todo dia (Cristiane).

Esses problemas, certamente, não são os menores no dia a dia de Cristiane e suas colegas de batalha, mas ela não esconde que lutar contra a discriminação ainda é um dos maiores desafios de todas as mulheres que se prostituem naquele local. Quanto ao preconceito das pessoas, ela faz um desabafo:

Eles passam aqui, sabe, vê que a gente é prostituta, profissional do sexo, então eles dão: 'aí, as putas, vamos fuder'... estou te falando no português porque eu não sei falar enrolation. 'Vamos fuder', 'cinco pilas', sabe, 'ah, as vagabundas'. Sabe, passar casais aqui, ter que passar por aqui, porque o caminho é por aqui, a mulher puxar a mão do homem, 'não, vamos por ali, por causa das putas'. Por que é que não pode passar por aqui? Ahn, por que é que não pode sentar uma mulher, uma criança no banco onde uma de nós estava sentada? Ahn, me diz? A gente aí vai pegar alguma coisa? Aquela criança que tu passou ali, sentado num banco onde a gente estava vai virar prostituta? Vai pegar alguma doença? (Cristiane).

No depoimento acima, Cris deixa claro que o preconceito contra a prostituição ainda é muito forte, sobretudo, quando se percebe na sua fala a relação explícita que as pessoas fazem entre prostituição e doença, prostituição e imoralidade. Mesmo não sendo uma atividade criminosa, diz que vê no rosto, no olhar das pessoas – "é o olhar, o olhar, sabe?" (Cristiane) – o desprezo que elas sentem pelo seu trabalho. Por esta razão, para ela, nada mudou em relação à imagem que as pessoas têm da prostituição e não acredita que algum dia isso possa mudar:

Como a sociedade nos enxerga? A imagem é péssima, não aceitam. A gente é um bicho, uma doença. Não mudou nada. Nada. É a mesma coisa. Continua a mesma coisa. [...] eu vejo, sabe, eu não sei se isso é um dom, uma qualidade, um defeito, eu vejo assim, na cara da pessoa o preconceito estampado, sabe... A única coisa que mudou, que não tem mais, é as... as abordagens da brigada. Antigamente a polícia vinha, nos levava por causa que não era aceito, por causa da pressão da sociedade. Por vadiagem. Contravenção penal (Cristiane).

As dores e as marcas do tempo estampadas no rosto de Cristiane não são apenas o reflexo do duro trabalho nas ruas. Sua vida pessoal, como nos relata, também é perturbadora. Vivendo há 24 anos com o mesmo homem, Cris não consegue entender e constantemente se questiona como seu companheiro, que diz amá-la, permite que ela se relacione com outros homens em troca de dinheiro, sem fazer qualquer objeção:

Às vezes eu desconfio, sei lá, que... sabe às vezes eu fico pensando assim, 'porra, mas um cara deixar, sabe, a companheira, ali, a mãe das filhas', isso já é um desabafo que eu vou te fazer. Sabe, deixar a companheira, a mãe das filhas dele, sabe, se deitar com outros homens... E chegar em casa, ah... tu escutar 'Cris, eu te amo'. É estranho, sabe? Depois de 19 anos, dói isso, sabe? [...] mas eu acho assim, eu não... eu não coloco ele como um gigolô, como era chamado os homens que botavam... que botam as mulheres lá na batalha, um gigolô, um cafetão. Porque o gigolô, o cafetão, ele explora as mulheres. Ele bate, ele obriga, ele bota um 'x' de dinheiro, uma cota, tá [...]. Comigo ele não acontece isso, mas às vezes, dói, assim no psicológico, sabe? (Cristiane).

Quando questionamos Cristiane sobre a moralidade que rege a sociedade, ela nos diz que moralidade, simplesmente, não existe. Não se vê como uma pessoa imoral apenas porque se prostitui. Mas, acha que a regulamentação da atividade poderia ajudar a mudar a imagem que as pessoas têm da prostituição. No entanto, diz que as verdadeiras mudanças devem começar junto à consciência das pessoas, ou seja, na forma como encaram o outro:

Eu acho que sim, se regulamentar ia melhorar. Mas, porque assim, o preconceito na sociedade, eu acho que o que tem que mudar mesmo não é a assinatura numa carteira como profissional do sexo e tudo, as suas leis e seus direitos não... é a educação em casa que tem que mudar, as pessoas entende? (Cristiane).

Ela encerra dizendo que se não houver uma mudança de verdade na forma como as pessoas são educadas para se relacionar com a diferença, pouco vai importar a criação de leis, mecanismos de proteção ao gênero ou mesmo à própria regulamentação da profissão, pois, a prostituição sempre será vista como uma patologia social. Nas palavras de Cris:

Eu acho que não vai mudar. Mesmo que seja regulamentada. Não temos direito de... nenhum, entendeste? Aí como é... como eu estava te dizendo, eu vou ter os meus direitos, o meu direito de aposentadoria, pelo INSS, pela minha contribuição, sabe, e tu... e não estou dizendo que tu vai falar isso, mas vamos... só uma... uma suposição, tu, 'onde é que se viu uma puta ter

direito à aposentadoria?'... Não, não muda. Não muda. Eu acho que vai até piorar. Eu acho que vai. Eu acho que vai. Porque a sociedade é assim, amigo. A sociedade é assim (Cristiane).

Apesar de todos os problemas compartilhados, entre sorrisos e lágrimas, Cristiane não esconde a satisfação de poder se sustentar por conta própria, de ser uma mulher independente. Seu projeto de sair das ruas, no entanto, ainda está muito distante. Sem saber o que fazer para se sustentar e oriunda de uma família humilde que não pode ajudá-la, as ruas continuaram sendo, ao que tudo parece, sua única garantia de sobrevivência.

SUZANA

Assim como Cristiane, Suzana⁵², uma morena de baixa estatura e de poucas palavras, busca diariamente na Praça Coronel Pedro Osório seu sustento. Aos 44 anos, a canguçuense diz que há 25 anos faz da prostituição sua profissão, "eu caí com 19 anos aqui. É só fazer a conta" (Suzana). Antes de prosseguir, ela nos alerta que Suzana é seu nome de trabalho, ou de batalha como diz, "o meu nome de verdade eu não dou aqui, só o de batalha mesmo" (Suzana). Durante esse quarto de século, Suzana chegou a sair das ruas por três anos, mas teve que retornar porque ficou desempregada:

Eu saí, fiquei três anos fora e retornei. Peguei em... no hotel, aí o hotel fechou, aí não tive serviço porque o hotel ali era de um conhecido, e botou eu a trabalhar lá na parceria, porque a gente não tem muita oportunidade sabe, por causa que a gente trabalha aqui, porque a gente é da rua, aí o serviço é mais difícil (Suzana).

Sem ter filhos – "eu perdi dois. Dois guris, amigo" (Suzana) –, morando com um companheiro e um enteado, fala que já teve vários relacionamentos e que foi por intermédio de um ex-companheiro que foi trabalhar ali, se prostituindo:

Já tive vários casamentos. Eu tive um que me colocou aqui... eu caí aqui através de um gigolô meu. Ele me trouxe para batalhar para ele. Foi isso. Eu vim para cá através desse cara que me trouxe, eu fiquei seis anos batalhando para ele, apanhando horrores, me agredindo (Suzana).

⁵² Entrevista realizada na Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas/RS, na tarde do dia 21 de março de 2016.

Apesar do trauma e da forma violenta como foi levada às ruas, diz que não pensou em sair quando se separou. A prostituição, naquele momento, lhe garantia sustento e segurança frente à falta de formação e qualificação, um problema comum entre as mulheres que trabalham na praça:

Perdi metade do tempo da minha vida, dando dinheiro para gigolô. Seis anos, ele me trouxe aqui pra ele. Aí depois para que é que eu vou sair? Eu não tenho estudo. Esse cara me trouxe, me obrigou a batalhar para ele. Batalhei seis anos, por que é que eu batalhei seis anos para o homem, e eu não posso batalhar para mim? Para adquirir as minhas coisas? Daqui eu comprei a minha casa própria, tudo daqui. Porque... eu dava para homem, por que é que eu não vou arrumar dinheiro para mim? Ai fiquei (Suzana).

Quando questionada sobre sua formação, nos conta entusiasmada que há pouco tempo havia aprendido a ler e escreve e concluído o ensino fundamental através de um programa de formação de jovens adultos.

Eu terminei o primeiro grau há pouco tempo. Porque perdi a minha mãe, eu tinha sete anos, aí eu parei de estudar com oito, meu pai me tirou... Tirou na segunda série. Aí terminei o primeiro grau depois de burra velha. Porque eu queria saber estudar, eu queria ler e escrever, uma coisa que eu sabia muito pouco (Suzana).

A conclusão do ensino fundamental, não representou apenas um título simbólico sem valor objetivo para Suzana. Como ela nos deixa claro, o título é um instrumento a mais para continuar escondendo sua verdadeira profissão de seus familiares, "eles tudo achava estranho eu ta lá no hotel sem ter o primeiro grau. Estava ficando chato já" (Suzana). E continua:

Olha, eu sempre fiz de tudo para eles não saber. [...] eu digo que trabalho no hotel, eu faço faxina, eu sempre invento alguma coisa e outra. [...] vai ser muito duro, porque eles são tudo religiosos. Acho que uma irmã minha até sabe... mas, meu pai não sabe. Ele tem 82 anos e vai ser um choque. Se até hoje ele não sabe... deixa assim (Suzana).

O desejo de manter sua profissão em segredo da sua família, mostra o quanto o preconceito e o estigma por ser prostituta preocupa Suzana. Mesmo assim, ela diz que considera aquilo que faz como um trabalho, "claro, com certeza. Considero. É serviço como qualquer coisa e qualquer profissão. Tu não trabalha para comprar as coisas também? A gente trabalha aqui para comprar as coisas também" (Suzana).

Como muita de suas colegas que estão ali, Suzana tem uma batalha pessoal e dura não apenas contra o preconceito, mas também contra as drogas e o álcool. Sem esconder o quanto isso lhe envergonha e entristece, diz: "eu bebo sim, sempre bebi. Droga? Eu já usei muito, eu às vezes na verdade ainda dou uma... eu só uso cocaína, mas é difícil largar sabe? Uma hora eu consigo amigo" (Suzana).

O alcoolismo e o uso de entorpecentes, não é um mal exclusivo entre as mulheres que se prostituem na praça do chafariz. Segundo Silva (2008), o consumo de entorpecentes, assim como o de bebidas alcoólicas e de medicamentos de uso controlado, tem servido como uma válvula de escape para aliviar a tensão que o dia a dia nas ruas impõe às mulheres prostitutas, "é que a droga, às vezes, deixa a gente mais calma aqui, às vezes até é bom sabe, porque tu ta meio nervosa, aí fica calma e tal" (Suzana).

Para além do medo do álcool, das drogas e da violência física, que é uma constante no seu cotidiano – "ó, até te mostro, eu tenho marca de... é de facada, de braço quebrado, de tudo. Aqui é assim amigo, porrada sempre" (Suzana) –, Suzana demonstra uma preocupação especial com a diminuição dos programas que faz e, consequentemente, do dinheiro que deixa de ganhar.

Agora está muito caído, isso aqui. Muito mesmo. Mas eu, quando... quando eu caí aqui, cheguei a fazer 12 programas por dia. Agora não, agora está fraquíssimo. Tu pega três, dois, às vezes nem um. Tá muito... a crise está muito grande. Mas, graças a Deus, eu não como sem carne. Na minha casa não falta carne (Suzana).

Esses temores, aliado ao avanço da idade – "é que eu já vou pros 45, amigo" (Suzana) –, alimentam sua vontade de abandonar a prostituição. Depois de 25 anos, ela ainda quer deixar as ruas e buscar outra forma de se sustentar.

O meu sonho é sair daqui. Assim como eu já saí e voltei porque fechou o hotel, mas o meu sonho é arrumar um serviço e sair daqui, porque a idade está chegando. Eu vejo essas outras que têm mais idade, elas penam aí. E eu não quero. A gente não pode dizer 'dessa água eu não beberei' porque o único que sabe é Deus, mas eu pretendo até... olha, até uns dois, três anos, mais...quem sabe (Suzana).

Mas, em seguida, nos fala que ainda não sabe o que vai fazer se e quando sair da Praça Coronel Pedro Osório. Mesmo assim, diz que o mais importante foi ter comprado sua casa: "fazer... sei lá, trabalhar ou abrir um negocinho em casa, sei lá.

O que eu queria, eu consegui, foi a minha casa própria, meu bem-estar. Porque a pior coisa é tu viver de aluguel, eu vivi 16 anos para comprar a minha casa" (Suzana). Enquanto continua trabalhando na praça, procura se manter discreta e evitar problemas que possam chamar atenção indevida, "aqui a gente tem que ficar bem gel ou só se ferra", porém, enfatiza: "mas, aqui a gente é livre pra ir e vir, ninguém te tranca de fazer as coisas" (Suzana).

Outra preocupação constante de Suzi – "às vezes eu gosto que me chame é de Suzi" (Suzana) – tem sido o cuidado com sua saúde. Fala que em hipótese alguma faz programas sem se proteger contra doenças, "sem camisinha não saio com ninguém. Dinheiro não compra a saúde, meu amigo. Não faço sem... independente do valor" (Suzana). Porém, nos relata que nem sempre foi assim:

Já fiz sem camisinha. Eu tive um velho que ele me ajudava muito e ele saía só comigo, agora ele já faleceu, que no... ele teve... fazia três pontes de safena e tudo, era... ele saía sem camisinha, mas era desde que eu caí aqui, ele sempre saiu só comigo, e a gente fez exame e tudo para sair (Suzana).

Segundo Suzana, a ajuda de ONG's tem sido um mecanismo fundamental para que ela e outras mulheres continuem exercendo sua profissão com um pouco mais de segurança, "têm as guria da ONG que ajuda a gente, que dá camisinha. Têm, têm várias ONG aqui que ajuda a gente" (Suzana).

Mesmo com tantos problemas, é quando questionamos Suzana sobre o preconceito contra sua profissão que ela demonstra sua maior frustração: "os drogados têm mais direitos que a gente sabe? Os drogados, os pedreiros... usam pedra aí ó, têm mais direitos que a gente que ta aqui" (Suzana). Diz que as pessoas não escondem que têm preconceito pelo que ela faz. Por isso, fala que o preconceito e o estigma contra a prostituição, assim como o racismo, nunca vão ter fim:

Eu sinto, eu vejo na cara das pessoas. Ah, tu vê, eles... tu puxa conversa, eles querem falar contigo, mas aquele... sabe, forçado, entendeu, falam contigo assim, forçando tu vê que é coisa forçada. É, vai ter sempre, né, o preconceito vai ter sempre na sociedade. Sempre vai ter o preconceito, que isso aí sempre teve. É mesma coisa do... racismo. O racismo vai ter sempre. Não tem? Olha o jeito que eles debatem. E adianta? Não adianta, a população brasileira é muito racista e preconceituosa (Suzana).

Como motivo para tanto preconceito, ela diz que as pessoas têm uma ideia equivocada do que é a prostituição. Diz que para a sociedade, essa atividade é apenas um trabalho fácil feito por pessoas preguiçosas, e faz um desabafo:

Eles acham que é uma profissão fácil, que tu ganha dinheiro fácil e não é nada disso meu amigo. Não ganha nada disso. Tu não tem noção o que a gente passa aqui. Uma pessoa que tu tem, às vezes, nojo, te esfregando em ti, querendo te beijar, te empurrar, ai, é uma sensação horrível. Só tu passando para saber (Suzana).

Suzana diz que, independente do que as pessoas falam, não se considera imoral nem mesmo uma pessoa criminosa por fazer de seu corpo um instrumento de trabalho. Fala que a maioria das garotas que estão ali se prostituindo tem uma família para sustentar, "geralmente 90 por cento das garotas de programa, têm filho para sustentar. Tem filho, não é só para droga, ou só para macho, que muitas pessoas acham" (Suzana). Fala que, para mudar a situação atual, é necessário derrubar as barreiras sociais que impõem e celebram diferenças entre as pessoas. Nas suas palavras:

Essa coisa de moralidade não me serve amigo. Eu acho que tem que tratar todas as pessoas, mesma coisa, porque são tudo de carne e osso. Não tem diferença, não tem nada. Nem o rico nem o do pobre, nem do negro, nem do branco, nem do amarelo, nem do verde. É tudo... é mesmo de carne e osso, todo mundo vai morrer e vai feder. Preconceito não podia ter, cara (Suzana).

Questionada se a legalização, ou mesmo a regulamentação da profissão poderia, de alguma forma, modificar a forma como as pessoas veem a prostituição e as profissionais do sexo, ela diz:

Não. Não mudou até agora, não vai ser... Eles preferem dar mais valor a aquele que matou, que roubou, que para gente, que não rouba e não mata. Todo mundo não paga eles lá dentro da cadeia? Quem é que paga para eles comer, para eles dormirem lá? Não é a população? E eles reclamam? Agora vê se vem aqui, paga... alguém paga alguma coisa para gente? Não, eles só... só eles virem aqui e olhar a gente por outros olhos, mas dar um real eles não dão (Suzana).

Antes de encerrarmos a entrevista, Suzana pergunta: "eu posso dizer uma coisa?", e, mesmo antes de ouvir a resposta, fala:

Olha, isso aqui é bravo! Eu não dou esse conselho para ninguém. Para ninguém mesmo, se eu tivesse que voltar há muito tempo atrás, e se fizesse tudo de novo, eu faria tudo diferente... na minha vida. Eu não desejo isso para ninguém. Nem pior inimigo eu não desejo. Tu imagina, tu deitar com uma pessoa, assim... igual aquela velha que vai passando ali... É o que acontece (Suzana).

Os dizeres finais de Suzana resumem, de forma contundente e dramática, a situação vivenciada por ela e outras mulheres que se prostituem naquele local. A perspectiva de alguma mudança, como deixou claro, são, porém, muito remotas. Após a entrevista, no momento que se preparava para ir embora, ela diz: "isso aqui é uma droga. Um inferno mesmo" (Suzana), logo, sai caminhando à passos lentos, e desaparece entre as vielas da praça.

NIKA

A porto-alegrense Nika⁵³ – "eu não gosto de dar meu nome mesmo aqui" (Nika) – não tem uma história muito diferente de suas colegas de profissão. Mãe solteira, "tenho três. Três guris" (Nika), sem ter conseguido concluir o ensino fundamental, "eu fiz até a quarta moço" (Nika), faz da prostituição sua única fonte de renda. Porém, diz que estar ali, não foi uma escolha deliberada. Sua fragilidade social, principalmente no que se refere a situação financeira de sua família, foi a responsável por levá-la às ruas:

Eu não escolhi essa profissão, o destino que me botou para cá, eu tive... eu me vi sem chão, tive três filhos nova, eu tive 'três'. Tem noção do que é criar três filhos? Eu tive o meu primeiro com 15, o meu segundo eu tive com 18, o último com 19. Eu sozinha o que é que eu ia fazer? [...] a vida me colocou aqui, eu nunca pretendi estar aqui (Nika).

Apesar da pouca idade, 27 anos, Nika, uma negra de sorriso contido e olhar desconfiado, fala que já está na batalha há quase 9 anos, "eu vim com 19 anos. Eu era casada com um cara também aí meus... o pai dos meus filhos morreu, eu fiquei com meus filhos para sustentar, eu tive que vir para cá" (Nika). A praça do chafariz sempre foi seu local trabalho e sempre sozinha, "eu nunca tive gigolô... sempre fui sozinha. Eu me cuido sozinha" (Nika).

⁵³ Nika foi entrevistada na Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas/RS, no início da noite do dia 21 de março de 2016.

De segunda a sábado, "eu venho às 9h e fico até as 19h" (Nika), ela está na praça ou no seu entorno à procura de clientes. Mesmo nunca tendo sido vítima de violência física, evita trabalhar à noite por medo, "eu nunca sofri violência aqui, mas não venho de noite porque eu acho muito arriscado. Eu tenho medo de subir nos carros e é muito arriscado" (Nika).

Nika nos fala que não esconde de ninguém a profissão que exerce, nem mesmo de sua família, "toda minha família sabe que eu trabalho aqui" (Nika), pois, considera a prostituição um trabalho normal. Como enfatizou: "eu me considero uma profissional, sim. Mesmo que não tem na lei eu estou aqui, trabalhando" (Nika).

Porém, fala que chegou a parar de se prostituir por imposição de um excompanheiro, "eu saí, eu voltei faz três meses que eu estou aqui. O cara não aceitava esse meu serviço, tinha ciúmes" (Nika). Mas, logo se separou, pois não queria sustentá-lo, "eu mantinha ele daqui também. Mantinha ele com o dinheiro que eu ganhava daqui. Depois que eu saltei fora. No início, ele falou que ia me ajudar, me sustentar e tudo, mas aí depois fui eu que comecei a sustentar ele" (Nika).

Perguntamos a Nika o motivo por ter parado de estudar e se não tem vontade de retornar à escola para concluir seus estudos e até mesmo tentar outra profissão, outra forma de sustento.

Não sei, acho que eu tive filho muito nova, depois eu parei. Não tentei voltar. Não, uma que eu não tenho tempo. A gente chega cansada daqui, tem três filhos pra cuidar, é muita coisa, eu tenho que me acordar no outro dia e trabalhar de novo. Não ia dar tempo para mim, bah, chego arriada daqui (Nika).

Apesar das dificuldades e do pouco dinheiro que ganha com os programas que faz, "às vezes dá até um pouco mais que um salário, eu acho" (Nika), diz que foi a prostituição que lhe deu todos os bens materiais que possui, "não posso me queixar, me deu tudo que eu tenho hoje. Um teto para mim morar, para mim e para os meus filhos. Eu morava num chalé todo caído, daqui eu fiz seis peça de material" (Nika). Além do mais, diz que essa atividade é a única garantia de que não faltará nada para seus filhos e nem para ela. Nas suas palavras:

Eu não tinha nada. Daqui que eu consegui uma casa para mim morar. Tudo daqui. Sempre me sustentei bem aqui, meus filhos nunca passaram fome, desde quando eu trabalhei aqui. Às vezes... às vezes dá vontade de desistir, só que aí eu me lembro que eu tenho... olho para os meus filhos, como eu vou desistir se eles dependem disso, a gente... eu e meus filhos

nós dependemos daqui. Porque é o nosso sustento aqui, aqui que eu pago a minha luz, a minha água, compro o meu gás, que eu boto comida para dentro de casa, que eu me visto, visto eles, tudo daqui (Nika).

Contudo, Nika não esconde a vontade de sair das ruas e poder viver de outra forma, "eu pretendo... eu sei que um dia eu vou sair daqui" (Nika). Mesmo não sabendo o que fará quando deixar a praça, ela nos confidencia: "a minha sobrinha já me convidou para gente abrir um bar, de meio" (Nika), e completa dizendo: "eu sou uma guria que economizo muito, eu não sou tão gastadeira. Eu sempre tenho dinheiro guardado. Se eu não ganho aqui, eu tenho em casa, entendeu?" (Nika).

Enquanto a hora de deixar a batalha não chega, Nika segue seu trabalho tentando se manter bem e saudável. Fala que sempre se protege contra doenças, que faz testes regulares e que não faz programas sem usar preservativo, nem mesmo se o cliente pagar mais, "de jeito nenhum. Está louco meu, nem me dando 100 pila. Não vou. Sempre me cuidei. Uso camisinha, não chupo sem, só de camisinha, tudo para mim fazer. Há nove anos, eu sempre me cuidei" (Nika). Além de se proteger de doenças sexuais, diz que não bebe nem usa qualquer tipo de droga, mas fala que fuma cigarro, nas suas palavras: "meu único vício é só o cigarro mesmo" (Nika).

Quando questionada sobre seus clientes, ela diz que nunca teve problemas com eles, já que a maioria é formada de pessoas de mais idade, "é mais senhor, plantador de fumo" (Nika). Contudo, fala que não se dá ao luxo de escolhe seus clientes, pois, como ela mesma diz: "tu nunca sabe o dia que vai estar bom, ou que vai estar ruim" (Nika). No entanto, recusa programas onde tenha que fazer sexo com outra mulher, "bah, não dá, tá louco" (Nika). Como nos relata:

Eu não faria, porque eu não gosto. Esses dias até fui para um programa, com a minha colega, eu e ela juntos, e a minha colega é meio chegada em mulher, só que aí chegou, o cara queria ir comigo e com ela e eu falei "não, eu... eu não chupo mulher e não gosto de mulher", falei para ele. Aí ele aceitou de boa, comeu a gente ali, e tudo (Nika).

Diferentemente de suas colegas, Nika diz que, até então, não foi alvo de preconceito por se prostituir, "eu não sofro. Até agora, nunca. Ninguém fala nada. Meus vizinhos todos sabem que eu faço isso para sustentar meus filhos" (Nika). Mesmo com essa afirmação, perguntamos se gostaria que as pessoas não

soubessem sua profissão, mais uma vez ela é enfática em dizer que não se importa com a opinião alheia:

Não, se todo mundo me vê, não tenho vergonha, nem problema nenhum. Se eu tivesse eu não gostaria que as pessoas... se eu não gostaria que as pessoas soubessem, eu não vinha em público. Sabe que eu nunca liguei para isso, o que é que as pessoas pensam ou não pensam, isso que eu faço, porque... elas nunca me deram nada. Se não é uma profissão que é bem-vista... eu sei que não é uma profissão que é bem vista, mas foi isso que a gente escolheu (Nika).

Mesmo tendo sido enfática ao dizer que nunca foi vítima de preconceito, Nika sabe que sua profissão não é aceita pela maioria dos membros da sociedade. Sobre a imagem que as pessoas, em geral, têm dessa atividade, diz: "ela é malvista. Ela não é bem vista, ela é malvista" (Nika). Porém, quando questionada se a regulamentação da prostituição poderia mudar esse cenário num futuro próximo, ela fala: "é, quando vê, eu acho que era uma boa. Mas, não sei. Ah, eu não sei. Futuro, é só Deus que sabe. Isso aí tudo depende de Deus, né? Quando vê pode ser sim" (Nika). Mas, diz que, durante o período que está na praça, pôde perceber uma mudança na forma como as pessoas tratam as mulheres que trabalham ali, "melhorou um pouco, porque ninguém mexe, passam aí, não olham tanto. Antes ficavam olhando, cochichando, agora não" (Nika).

Apesar de concordar que a regulamentação da atividade poderia, de uma forma ou de outra, ajudar na ressignificação da imagem da prostituição junto à sociedade, Nika fala que não se preocupada com o preconceito ou mesmo em ser rotulada como imoral, "eu não ligo tanto pra isso" (Nika). Pelo contrário, ela se vê como uma trabalhadora comum, uma pessoa normal, "porque eu não estou matando ninguém, eu só estou trabalhando aqui" (Nika). Revela que sua verdadeira preocupação é ganhar dinheiro para conseguir sustentar seus filhos, "o que eu me importo mesmo... posso ser sincera? É ganhar o dinheiro, é só o que me importa. Independente do que eles acham ou deixam de achar de mim" (Nika).

Nika encerra a entrevista fazendo uma revelação, ao mesmo tempo surpreendente e comovente, fala que se sente mais feliz quando está na praça, se prostituindo, do que em sua própria casa, pois, só ali, naquele lugar, têm amigas de verdade e é somente ali que consegue esquecer os problemas, "sabe, aqui eu sou feliz amigo, sou feliz mesmo" (Nika).

MARISA

Natural de Pelotas, Marisa⁵⁴ – "esse é meu nome verdadeiro" (Marisa) –, uma loira elegante e discreta de 55 anos que, sem revelar os motivos, procura se manter distante das outras mulheres que trabalham na praça, pouco lembra aquele estereótipo redutível e simplista de uma prostituta de rua descrito por Gilberto Dimenstein (2000). Nas suas próprias palavras: "têm muita gente que nem sabe que eu trabalho aqui, fazendo programa, porque eu sou discreta, eu fico quieta no meu canto, assim é melhor" (Marisa).

Diariamente, há quase 20 anos, ela faz da praça do chafariz seu local de trabalho, mas como revela: "tem dia que quando... eu não quero, não venho" (Marisa). Diz que durante essas duas décadas só saiu dali, por algumas vezes, para ir fazer programas em boates: "trabalhei viajando em boates. Mas nunca gostei, porque lá tu pega às 10h e larga às 22h, aí se pega um programa de R\$ 100, tem que largar a metade para eles, aí não tem futuro" (Marisa). A principal razão dela trabalhar apenas ali, está em poder fazer seu horário e não ter que dividir o que ganha com ninguém.

Recentemente separada – "não deu mais certo. Não morava comigo, era tipo um ficante, de vez em quando ia lá e nós ficávamos juntos" (Marisa) –, morando sozinha e mãe de cinco filhos – "mas, um guri eu já perdi" (Marisa) – diz que, por não ter outra profissão, a prostituição se tornou sua única fonte de renda: "se não é daqui eu não sou nada. Porque eu não sei fazer outro serviço, a única coisa que eu sei fazer que eu era guria nova, que eu trabalhava, era só em casa de família. E hoje eu não vou estar lavando chão depois de velha, trabalhando no chão, eu não" (Marisa).

Para Marisa, a prostituição não foi uma escolha entre outras opções menos atrativas. Desempregada, mãe solteira, sem casa para morar e sem ter apoio da família, viu nas ruas uma oportunidade, talvez a única, de sobrevivência. Relata que uma noite, durante uma festa – "eu acho que foi lá no clube dos coroas" (Marisa) –, uma amiga propôs que elas fizessem programas para ganhar dinheiro:

⁻

⁵⁴ Marisa foi entrevistada na Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas/RS, na tarde do dia 23 de março de 2016.

O meu pai morreu, eu me separei do meu ex-marido, aí eu não tinha onde morar, dependia da casa das minhas amigas, aí nós pegamos a sair por aí, pegar o gostinho e fiquei, peguei gosto do dinheiro e fiquei até hoje. [...] eu ia com uma guria minha... uma colega minha que ela... o cara dela era do conjunto, era namorado dela. Aí peguei a beber, aí depois ela dizia: 'ai, vamos fazer programa'... e aí peguei gostinho e me... me fui, me perdi" (Marisa).

Quanto à sua família, diz que seus irmãos e filhos (seus pais já são falecidos) sabem de sua profissão e que não falam nada, aceitam o que ela faz, "nem tem que falar, porque não me dão nada, pelo contrário, às vezes até eu ajudo eles" (Marisa).

Como a maioria das mulheres que se prostituem na praça do chafariz, Marisa não concluiu a educação básica, "eu passei para o... eu estava no segundo, eu passei para terceira, aí eu não cheguei a estudar na terceira" (Marisa). Fala que saiu da escola muito cedo porque precisou trabalhar para ajudar seu pai, essa situação impediu que ela retornasse mais tarde à sala de aula, "nunca mais. Nunca mais eu estudei. Isso aqui é meu caderno, é minha religião" (Marisa). Segundo Marisa:

Eu sai porque eu não tinha mãe, minha mãe morreu eu tinha seis anos e minha mãe morreu com 26 anos e eu não conheci ela, só pela foto. Aí meu pai adoeceu, e ele vendia ervas de chá, aí ele botou eu e minha irmã a trabalhar, vender erva de chá. Botava os nomes nos pacotinhos, marcela, malva, essas coisinhas, erva de chá, aí eu não estudei mais (Marisa).

Como as demais mulheres que trabalham ali, se queixa da diminuição no número de programas que faz e do dinheiro que cada vez é mais raro, ainda assim, diz que consegue escolher com que vai fazer os programas. Por questões pessoais, evita homens que estejam bêbedos, adolescentes e, principalmente, mulheres, "bah, mulher não, eu não faço programa com mulher" (Marisa). Relata que a redução no número de clientes está associada ao aumento de casas de massagem na cidade e, possivelmente, aos problemas econômicos e políticos do país. Nas suas palavras:

Ai, tá muito parado. É um ou dois, quando vê nenhum. Antigamente estava muito bom, bah, mas esse ano tá horrível. Não sei o que tá acontecendo, não sei se é muita casa de massagem ou é esse negócio da Dilma, que tá... tá ruim para todo mundo, entendeu? Todo mundo se queixando (Marisa).

Mesmo atendendo cada vez menos clientes, Marisa diz que consegue se sustentar e manter uma vida, relativamente, boa e segura com o que ganha trabalhando na praça: "não sei quanto é que dá, é pouco, mas dá pra viver bem, pra

mim sim, pra pagar alguma conta" (Marisa). No entanto, não esconde a vontade de sair das ruas, de deixar a prostituição pra trás.

Eu pretendo sair daqui, eu pretendo sair mesmo. Eu pretendo sair fora. Estou... ah, já estou enjoada de tanto... É... que eu estou com 55 anos meu... já estou com 55 anos. 20 anos eu estou aqui na praça. Ah, é que isso aqui estressa a gente, né. Um dia tu ganha, um dia não ganha. É... é... estou cansada, não estou mais a fim dessa vida de batalha (Marisa).

Porém, não sabe o que realmente vai fazer quando largar a prostituição. No momento, quer apenas arrumar um companheiro que possa lhe ajudar a sair dali e quem sabe abrir um pequeno comércio – "de repente um barzinho pra mim trabalhar" (Marisa) – em algum cômodo vazio de sua casa.

Na real assim, eu quero arrumar um companheiro para mim aonde der certo e aí eu vou sair fora disso aqui. Sei lá, botar uma coisinha para mim, numa peça vazia, eu tinha venda antes, botar um barzinho só para mim, porque a casa é minha, eu pago só luz e água, não tem conta (Marisa).

Mas, enquanto continua trabalhando na praça, procura se proteger dos riscos que rodeiam sua atividade. No que se refere às doenças, fala que se protege usando preservativos doados por ONG's locais — "eles dão camisinha para gente. Elas vêm aqui, me dão as camisinhas" (Marisa) — e que, regularmente, faz exames: "sempre camisinha, claro. Eu fiz até meus exames agora no final desse ano que passou" (Marisa). Questionada se faria sem proteção se o cliente pagasse mais por isso, ela é enfática: "não, capaz. Homem que vai querer sem... querer sem camisinha alguma coisa ele tem, né?" (Marisa).

Além de se proteger contra doenças, Marisa diz que evita bebidas alcoólicas, não fuma e nem consome drogas, mesmo que o cliente use e queira lhe pagar para usar, "eu não sou alcoólica, não bebo, não fumo, não sou drogada, não uso nada. Eu já fiz programa com um cara e o cara cheirou, e me ofereceu o pó, e eu não quis" (Marisa). Quanto à violência, fala que nunca sofreu nenhuma agressão física, 'apenas' violência verbal, "às vezes tem gente que da piadinha, xinga a gente, mas dou a resposta, eu não fico quieta" (Marisa).

Sobre o preconceito, diz que já se sentiu constrangida pela forma como as pessoas ficavam olhando, mas que isso já não lhe causa mais qualquer problema: "antigamente eu sentia, agora eu não... eu não dou mais bola" (Marisa). Fala que, além de seus familiares, seus amigos e vizinhos também sabem o que ela faz para

sobreviver, mesmo assim, nunca foi vítima de qualquer preconceito por parte deles, "eles não se metem na minha vida. Eles se dão comigo, cada um faz a sua ali... eles não me falam nada" (Marisa). Questionada se gostaria que as pessoas não soubessem o que ela faz, diz: "não, eu não dou bola. Eu não escondo, eu não" (Marisa), mas, logo em seguida, muda de ideia e fala: "ah, é melhor se não sabem. Não fica falando, eu acho, né? Eh, pra não falar pelas costas da gente" (Marisa).

Contudo, Marisa sabe que sua profissão não é aceita por grande parte da sociedade, "eu sei que as pessoas não gostam" (Marisa). Pelo que vê acontecer com suas colegas de batalha, denuncia que o preconceito, em relação à prostituição, é, em geral, maior entre os jovens do que pessoas de mais idade: "ah, é mais adolescente. Pessoa de idade não, é muito difícil" (Marisa).

Perguntamos a ela se a regulamentação da profissão poderia ajudar a alterar o cenário atual e melhorar a imagem que as pessoas têm da prostituição. Inicialmente, Marisa se mostra cética em relação à aprovação de alguma Lei que possa, de fato, regulamentar a atividade, "mas isso aí já faz tempo que tão querendo fazer, para assim... para gente ter até desconto em carteira, se aposentar. Mas, não... mas nunca sai isso aí" (Marisa). Todavia, concorda que, se regulamentada, a prostituição seria uma atividade melhor vista pela sociedade, "eu acho que seria importante. la ter mais respeito aqui com a gente, né?" (Marisa). Porém, fala que, independente de regulamentação, a prostituição sempre será alvo de preconceitos por parte de uma parcela da população. De acordo com suas palavras:

Ah, eu acho que não vai mudar nada, porque esse mundo está tão perdido, sabe, que tem cada coisa acontecendo que as pessoas tão tudo desiludidas nesse mundo, cada coisa acontecendo. Mas, eu acho que, para mim, que nunca vai mudar. Sempre alguém, vai ter um preconceito (Marisa).

Marisa encerra a entrevista dizendo que nunca se considerou uma pessoa imoral por fazer da prostituição seu trabalho, "eu sou é trabalhadora" (Marisa). Com orgulho, fala que recebe muitos elogios pela forma discreta que leva sua vida pública e pessoal: "sabe, muitos falam, lá na volta de casa: 'Marisa, tu nem parece mulher de programa, porque a gente vê que tu é uma mulher que assim, que tu te dá ao respeito nos lugar, que tu nem parece que é uma mulher de programa'. Os vizinhos já me falaram isso aí, sabia?" (Marisa).

Das mulheres que encontramos naquele espaço, Marisa é, sem dúvida, um caso à parte. Discreta e de pouca conversa, a loira aguarda pacienciosamente o momento de abandonar a praça, porém, não sabe ainda de que forma vai acontecer, por ora prefere se manter assim, isolada de outras mulheres, distante de problemas e no aguardo de seus clientes, cada vez mais raros.

SAMANTA

Próximo de completar seus 30 anos – "vai ser agora em junho. Acho que até festa vai ter aí pra mim" (Samanta) –, Samanta⁵⁵, uma morena sorridente, bemhumorada e sem papas na língua – "eu sou de falar as coisas mesmo, não tenho frescura" (Samanta) – revela que há mais de 11 anos trabalha na praça e, às vezes, ao redor do Mercado Público Central, "eu sempre trabalhei aqui na volta" (Samanta).

Natural de Pelotas, diariamente, sempre pela manhã e tarde, está na praça oferecendo seus serviços a quem estiver disposto a pagar por sexo. Não trabalha à noite por medo da violência, "de noite não tem como. Aqui tá foda agora, te mato por nada. Só sábado que às vezes dá um movimentinho, fico até as 20h" (Samanta).

Como suas colegas, reclama da redução no número de programas, "pra tu ver, eu estou aqui desde as 10h e não fiz nada. Estou esperando um cliente agora. Às vezes faz três... antigamente tu fazia cinco, seis, sete, agora tem que dar graças a Deus, quando faz um, dois" (Samanta). Mesmo assim, revela que, às vezes, escolhe os clientes. Prefere homens mais velhos aos jovens, pois, são menos exigentes: "eu prefiro mais velho que novo, porque guri novo já quer beijo na boca, já quer te virar do avesso, e eu não, chegou ali é de quatro e deu, não tem essa" (Samanta).

A prostituição não foi seu único trabalho durante esses onze anos, "eu trabalhei na Beneficência, vai fazer um ano que eu saí, era carteira assinada" (Samanta). Relata que ao sair da prisão – "eu era traficante. Fui presa por ser do tráfico lá na esquina do mercado" (Samanta) – foi fazer serviço comunitário em um hospital de Pelotas e, por ter desempenhado bem a função para a qual havia sido

⁵⁵ Entrevista realizada na Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas/RS, no início da noite do dia 23 de março de 2016.

designada, acabou sendo incluída ao quadro efetivo da instituição, porém, após agredir uma funcionária, foi demitida:

Eu tive presa, aí saí da prisão, prestei serviço comunitário, aí me deram serviço comunitário na Beneficência. E do serviço comunitário, eu peguei definitivo de carteira assinada, só que eu sou muito explosiva entendesse? E aí no ponto, me falaram umas coisas, umas bobagens e eu não gostei, eu dei na mulher, e aí eu perdi serviço (Samanta).

Durante o período em que esteve trabalhando no hospital, Samanta não deixou de atender seus clientes na praça, "eu já estava aqui quando fui pra lá, só que eu trabalhava seis horas aqui e seis horas lá" (Samanta). Fala que nem mesmo nos dois anos em que esteve na prisão deixou de se prostituir: "lá, nos dia de visita, eu fazia uma grana legal, mas o ruim é que lá tinha um gigolô, me tirava quase tudo. Filha da puta só me gigolava" (Samanta).

Atualmente solteira, morando com o pai e com um filho de nove anos, diz que os programas que faz na praça e no entorno do mercado, além de um benefício social pago pelo governo federal, são as únicas fontes de renda que possui, "só tenho aqui e o bolsa família que eu recebo, amigo" (Samanta). Não sabe exatamente quanto ganha por mês, mas sabe bem o valor mínimo que deve ter para se manter diariamente.

Ah, nem sei quanto dá porque, olha, só por dia, o que eu dou para o meu pai, que eu ajudo o meu pai, eu dou 40. Além de cinco para ele lavar minha roupa e R\$ 5 para o lanchinho do Vitor, mais ou menos eu tenho que fazer aqui, uns três programas porque eu sempre gosto de guardar um dinheiro, entendeu? Mas, se eu não faço, eu peço emprestado para minha colega de rosa, minha colega me empresta, entendeste? (Samanta).

Com evidente tristeza, que foi impossível esconder atrás do sorriso forçado, conta que a prostituição chegou à sua vida de forma inusitada. Revela que vendia guardanapos e bonecas artesanais feitas por sua mãe no centro da cidade, quando, num certo dia, um homem lhe ofereceu dinheiro para ter relações sexuais, a partir de então, seduzida pela possibilidade de uma vida melhor, nunca mais deixou as ruas e a prostituição:

Eu vendia guardanapo de louça e depois eu vim para cá. A falecida minha mãe, fazia guardanapo de louça, bonequinha em casa, aí quando vinham ver, me ofereciam um dinheirinho e aí eu fiz um programa. Aí depois ali eu vi que o dinheiro era mais fácil, né, eu vim para cá (Samanta).

Porém, para além de uma forma alternativa de sobrevivência no início, a prostituição acabou se tornando uma necessidade da qual Samanta não pode mais se dar ao luxo de abandonar a hora que desejar, "eu faço por necessidade, né, porque... não é porque eu gosto disso. Eu estou aqui, é porque eu preciso mesmo" (Samanta). Porém, conta que sonha em deixar as ruas e viver de outra forma, "até hoje, eu tenho vontade de sair, entendesse? Só que é a única opção, né. Eu penso em sair, arrumar um serviço bom e sair, né. Mas, está difícil, né" (Samanta).

Questionada até quando acha que vai continuar ali, se prostituindo, diz: "eu não sei... quero ver se até os meus 40, eu trabalho aqui, quero ver se eu saio daqui" (Samanta). Mas, não sabe o que vai fazer para se sustentar no momento em que sair das ruas, "eu não sei ainda, mas eu arrumo um jeito" (Samanta), e complementa dizendo: "mas por enquanto vou ficando aqui, porque aqui, mau ou bem, sempre arruma alguma coisa, né, amigo. Hoje está ruim, amanhã pode estar melhor, né. Não é sempre que está ruim, né, às vezes tem os clientinho bom" (Samanta).

Abandonar a prostituição não será uma tarefa fácil para Samanta. Como a maioria das mulheres que se prostituem na praça do chafariz, não concluiu a educação básica e não possui uma qualificação especial que possa lhe garantir chances reais no concorrido mercado de trabalho local, "estudei até a sexta. Parei porque... eu desisti por causa do namoro" (Samanta). Revela que, depois que parou, nunca mais voltou para a escola, mas tem vontade de retornar, porém, não consegue em razão de estar sempre cansada pelo dia extenso de trabalho na praça:

Não voltei mais, mas, vontade eu tenho, mas eu não tenho tempo, né, saio daqui sete horas, chego em casa cansada, aí faço uma janta, dou atenção para o meu filho. Quer ver, eu dou atenção um pouquinho para o meu filho, daqui a pouco eu vou dar atenção para ele, já durmo, de cansada (Samanta).

Enquanto faz das ruas seu local de trabalho, Samanta procura se proteger como pode dos perigos inerentes à sua profissão, como doenças, violência e drogas. Com a ajuda de uma ONG local, fala que nunca faltam preservativos para usar durantes os programas: "sempre me cuido. Sempre preservativo, a recém as gurias da ONG deram aqui. Não faço sem camisinha" (Samanta). Quanto às drogas, diz que, mesmo tendo sido presa por tráfico, não usa, nem mesmo se o cliente pagar por isso. No entanto, conta que já foi agredida por se recusar a usar: "eu não uso. Nunca usei. Mas, apanhei um pau, da vez que o pai do meu filho, que ele

queria que eu usasse droga, eu nunca usei, e não sou... não sou contra quem usa, né, mas eu não uso" (Samanta).

Além das doenças e das drogas, problema intrínsecos à prostituição, Samanta teme a violência urbana que, nos últimos anos, se tornou alarmante em Pelotas. Revela que já foi agredida várias vezes nos onze anos que está na rua, "já apanhei um monte aqui, de puta, de homem, de traveco, de tudo. Mas, a gente sabe que aqui é assim" (Samanta). Revela que durante um programa chegou a ser agredida com uma arma por um cliente:

Eu levei uma coronhada na cabeça. foi... foi um cliente. Eu fui fazer um programa, eu achei que era no... no motel, quando vi, ele me levou lá para o lado do Rio Grande, para lá. Ainda bem que ele não... ele fez com preservativo e tudo, né, só que ele estava muito agressivo. O homem começou a me dar, bem louco, achando que eu estava chamando a polícia (Samanta).

Além dessas mazelas, Samanta também enfrenta diariamente o preconceito por ser garota de programa. Denuncia que, pela forma que as pessoas olham, consegue perceber o que elas pensam sobre sua profissão, "a nega entra ali, já fica tudo olhando. Ah, só nos olhar. Ah, fica olhando, 'aquela dali, é da praça'... aí eu xingo" (Samanta). Diz que não consegue ficar calada quando é vítima de alguma forma de preconceito:

Ah, quando a gente entra dentro do mercado ali, tem umas mulheres que olha com uma cara de cu, aí eu já falo: 'o que é?', 'vai pagar minhas conta?', 'vai sustentar o leite do meu filho?', não vai, né?' 'Vocês estão pior que a gente, a gente damos por dinheiro, vocês dão até de graça' (Samanta).

Questionada se gostaria que seus familiares e amigos não soubessem qual a sua profissão, revela que não tem problemas com isso, pois, diz que a prostituição é uma profissão como qualquer outra, "sou profissional do sexo, né. Isso daqui não é crime, entendeste? Isso daqui é um serviço igual outro, eu penso assim, né" (Samanta). Fala que sua família, amigos e vizinhos próximos sabem o que ela faz para sobreviver e, mesmo assim, não fazem nenhum comentário preconceituoso:

Por que é que eu vou me esconder, não escondo, nunca me escondi. Meus irmão, meus parente tudo sabem. Meus vizinhos, passam aqui, eu abano, eu dou risada. Por que é que eu vou me esconder, eles vão me dar um litro

de leite? Eles vão pagar as minhas contas? Não vão! Eu penso assim, né (Samanta).

Perguntamos se a regulamentação da atividade poderia contribuir para diminuir o estigma de usar o corpo e o prazer como formas de trabalho, diz: "sabe, eu acho que não" (Samanta). Todavia, fala que consegue perceber que hoje as pessoas aceitam melhor sua atividade do que em períodos anteriores, "agora respeitam mais. Antigamente era pior" (Samanta). Porém, concorda que a regulamentação da profissão poderia, sim, trazer outros benefícios para as profissionais do sexo. Segundo suas palavras: "eu acho que seria bom, né, carteira assinada, qualquer coisa era bom. Se quebrasse um braço, por exemplo, já tinha aquele salário, né. Vai ter carteira assinada e tudo" (Samanta).

No que se refere à imoralidade social como um rótulo associado à prostituição e seus desdobramentos, Samanta sorri e diz que não é uma criminosa ou mesmo uma pessoa imoral, mas uma trabalhadora que, em virtude de uma série de contingências, cometeu erros, mas erros que já foram pagos à justiça, "eu já fui cadeiera, e isso é marginal, entendesse? Mas já cumpri, paguei pelas minhas coisas, ainda estou pagando. Mas agora eu sou normal, entendesse? Eu sou moral porque eu... normal amigo, eu sou normal" (Samanta).

Em seguida, diz que sua única preocupação está relacionada à saúde e educação de seu filho. Fala do temor constante de vê-lo passar pelos mesmos problemas e dificuldades que, há anos atrás, lhe colocaram nas ruas e depois na prisão.

Eu quero que meu menino estude, para não ser o que eu sou e nem o que meu irmão foi. Eu quero que ele estude para não ver o... depois o que eu faço, entendesse? Eu não quero que ele seja um marginal. O que eu não quero... o que eu não quis para mim, e eu fui, eu não quero para ele (Samanta).

Ela conclui revelando que, na maioria das vezes, prefere estar ali, na praça junto com suas colegas de batalha, do que em sua própria casa, onde mantém um relacionamento difícil e conturbado com seu pai por causa da forma que tenta educar seu filho, "o meu menino eu trato de um jeito, entendeste? E o meu pai já quer botar ele de outro jeito. Eu quero que ele... que ele estude, o meu pai já deixa ele assim largado" (Samanta). Nas suas palavras: "para mim aqui é bom, né, porque

eu venho para cá, eu me divirto, eu dou risada. Já em casa agora, eu já chego, já me estresso. Lá é foda, não dá" (Samanta).

LORENA

Uma das características das garotas que trabalham na Praça Coronel Pedro Osório, é o fato que, com raras exceções, elas procuram se manter, relativamente, próximas. Em geral, se observa duas ou mesmo três mulheres juntas, distantes apenas alguns metros umas das outras. Porém, uma cena nos chamou a atenção desde as primeiras incursões feitas no local: sozinha, isolada das demais mulheres, sentada próximo a um monumento, encontramos Lorena, uma senhora de poucos sorrisos e aparentando ter idade avançada. Segundo nos disse Cristiane em uma de nossas idas ao local: "lá do outro lado tem a Lorena. Ela é a mais antiga aqui, é dinossauro, nem tinha mundo e ela já estava aqui" (Cristiane).

Aos 61 anos de idade, mãe de sete filhos, Lorena⁵⁶ diz que mais da metade de sua vida passou ali, na praça, se prostituindo: "eu já estou aqui há 35 anos" (Lorena). Depois de tanto tempo no mesmo lugar e de tudo que vivenciou nas ruas, ela diz que sua vida deveria ser contada em livro: "a minha história era até para dar um livro... já deveria ter feito um livro dela já, de mim" (Lorena).

Lorena não está exagerando. Natural de Passo Fundo, revela que foi parar em Pelotas ainda criança quando veio com sua família adotiva. Com certa amargura, fala que quando foram à casa de sua avó, onde morava com seus outros irmãos, e lhe perguntaram a ela se queria dar a pequena menina, "a velha bugra" (Lorena) teria consentido, sem fazer qualquer objeção, como se não sentisse nada pela neta, como se estivesse se desfazendo de um objeto qualquer, sem valor:

Eu conheci uma família, eu me lembro que eles sempre perguntava assim: 'ah... eu vou te levar comigo, tu não quer ir morar comigo?' e eu dizia e olhava assim: 'eu quero', eu era muito pequenininha, muito magrinha, muito miudinha. Eu lembro que eu dizia: 'eu quero', aí ela dizia: 'ah, então um dia eu vou te... mas nós vamos embora o ano que vem'. Um dia eles foram lá na minha casa, levaram muita coisa, pois sabia que eu tinha mais irmãos e ela disse pra minha avó: 'ah, tu não quer me dar essa guriazinha?', e ela disse, só disse: 'se ela quiser ir...', e eu vim (Lorena).

_

⁵⁶ Entrevista realizada na Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas/RS, no início da noite do dia 24 de março de 2016.

Lorena, contudo, não guarda mágoas de sua avó, diz que hoje consegue entender sua atitude, "eles passavam muito trabalho lá, a gente era tão... tanto filho, que... eles não tinham aquele amor que a gente tem pelos filhos, que eu tenho pelos meus filhos, sabe, que eu tenho pelos meus netos" (Lorena).

No início, como relata, sua vida foi boa na nova cidade, pois, junto de sua família em Passo Fundo, as necessidades eram de todas as ordens, "nós éramos muito irmãos e pouca maneira... pouco jeito de sobreviver, entendeu? A pobreza era muito grande lá" (Lorena).

Eu tinha uma vida boa, eles eram pessoas de... de classe, não digo assim, alta, mas quase alta, né, eu acho que até era considerado uma classe alta, eles estavam muito bem de vida. Aí a gente... eu fui crescendo, eles tinham filhos, eles tinham filho. Me dava bem com eles, né, me botaram na escola, eu estudava, era muito inteligente, aprendi rápido a ler e escrever. Botei calçado que eu nunca tinha usado, lá fora a gente não usava calçado, nem sabia o que era (Lorena).

Porém, conta que as coisas mudaram quando começou a se envolver com homens: "eu namorei e conheci... comecei a namorar assim e de repente conheci a pessoa errada, que hoje eu digo, né, foi a coisa mais errada mesmo, que foi o meu casamento" (Lorena). Para Lorena, o casamento não marcou apenas sua saída da nova casa, representou o fim de muitos sonhos, "se eu não tivesse casado, eu podia ter me formado, ter sido... que eles queriam, né, que eu tivesse uma faculdade, como todos os outros tiraram" (Lorena).

Contudo, o fim do casamento foi ainda mais trágico para Lorena, sem ter para onde ir, chegou a tentar retornar à casa da família adotiva com os três filhos, mas não foi aceita de volta, "quando eu me separei já tinha três filhos, aí não me quiseram lá, ai eu fui morar sozinha, né, ai que começou minha situação" (Lorena).

Foi a partir desse momento, que a vida de Lorena mudou definitivamente. Mãe solteira e com graves problemas financeiros, começou a vender os poucos móveis e objetos que tinha adquirido para sobreviver, "eu tive que... comecei a vender as coisas que eu tinha" (Lorena). Certo dia, diz que uma pessoa lhe falou: "porque que tu não começa a fazer outras coisas para ti ganhar um dinheiro?" (Lorena). Segundo Lorena, foi nesse momento de dificuldades que a prostituição entrou na sua vida, "só que na época, eu não vim para cá, para Praça Coronel Pedro Osório, fui para uma boate, eu fiquei na boate só dois anos, 33 aqui. O resto, praticamente... 33, aqui nesse local" (Lorena).

Durante o período que está na praça, Lorena conta que quase conseguiu outro trabalho, o que poderia ter garantido sua saída dali, porém, quando levou os documentos para a admissão na empresa foi reconhecida por uma das funcionárias como sendo prostituta e, por este motivo, não foi contratada:

Na época era a Fundapel, eu consegui um emprego ali, eu ia trabalhar. E quando eu com... levei os papéis, levei todos os documentos dos meus filhos, ela olhou para mim e disse, a Marlene, nunca vou me esquecer, ela olhou e disse: 'não, essa mulher eu não vou botar de..' como é que se diz... 'admitir, porque é uma mulher que batalha na praça', entendeu? (Lorena).

Depois desse episódio, Lorena não tentou mais sair das ruas, não porque não tivesse vontade de sobreviver de outra forma, "eu sempre quis ir embora desse lugar" (Lorena). Sem ter concluído a educação básica, suas chances de trabalho sempre foram bastante limitadas, "nem terminei o primeiro grau, aí é difícil, entende?" (Lorena). Questionada se tentou voltar à escola, diz: "não, eu achava difícil ter que estudar e trabalhar" (Lorena). Hoje, tem plena consciência que só vai deixar a praça quando conseguir se aposentar, "eu estou correndo com advogado pra ver se eu me aposento logo, pra descansar né, mas tá bem difícil" (Lorena).

Enquanto a aposentadoria não chega, Lorena continua a fazer seu trabalho diariamente na praça – "de tarde, só de tarde" (Lorena) –, fala que não trabalha à noite por questões de saúde e idade: "eu estou doente, estou com problema de saúde e eu não... não tenho como ficar à noite. E outra, estou com 61 anos, né, fim do ano faço 62" (Lorena).

Assim como suas colegas, revela que nos últimos tempos os clientes e o dinheiro quase desapareceram, "às vezes não faço nenhum. Hoje não fiz nenhum" (Lorena), e completa: "é dois, três por dia. Ah... no sábado ou no domingo às vezes a gente consegue... teve um domingo aqui, eu acho que o retrasado, que até elas mexeram comigo lá, que eu consegui fazer cinco, mas é muito raro" (Lorena).

Sempre mantendo distância de bebidas alcoólicas e de drogas — "jamais, tenho horror disso" (Lorena) —, Lorena se protege como pode dos outros perigos da rua. Conta que, até hoje, nunca foi vítima de violência física: "nunca fui violentada, agredida aqui" (Lorena), mas já presenciou muitas pessoas se machucarem naquele lugar, "eu já vi acontece de tudo aqui, tudo mesmo" (Lorena). Quanto às doenças, fala que somente às vezes usa preservativo, a maioria dos programas faz sem, pois não pode obrigar os clientes a usar sob o risco de perder os fregueses mais velhos:

Às vezes, tem gente que não usa preservativo. Como é que eu vou obrigar, se tem homens que não conseguem colocar? Ou os de idade, os velhos, não conseguem colocar a camisinha, porque eles não conseguem... são... são brocha entendeu? Não tem como, né, não tem como obrigar (Lorena).

Questionada, então, de que forma se proteger das doenças sexualmente transmissíveis se não faz uso de preservativo com alguns de seus clientes, faz uma revelação:

Eu estou doente, eu estou te falando... eu tenho o HIV, mas elas não sabem lá. Eu estou bem. Mas, através disso que eu estou tentando me... me pegar o LOAS, me aposentar sabe? Só que as de lá não sabem, entendeste? Que senão a gente vai perder tudo que é cliente, entendeu? (Lorena).

Como possíveis consequências da AIDS, Lorena fala que está muito doente: "eu estou com um monte de problema de saúde, eu tenho osteoporose, eu tenho pressão alta, eu tenho tireoide" (Lorena). Em seguida, relata que ficou sabendo que alguns de seus clientes já morreram: "teve já alguns que... uns que morreram, eram uns muito mais velhos que eu, mas não sei se foi disso" (Lorena). Sobre a atuação de ONG's no auxílio às mulheres que se prostituem ali, como forma de atenuar os perigos das doenças, fala, contrariando suas colegas, que nunca recebeu nenhum apoio dessas organizações: "não, de jeito nenhum... nada. Existe, mas nunca nos deram nada. Para nós, aqui na rua, não faz diferença nenhuma. Nunca fizeram nada pela gente, entendeu? Nunca nos ajudaram em nada" (Lorena).

Para Lorena, fazer da prostituição uma profissão não é motivo para ter vergonha ou se esconder das pessoas. Conta que não esconde de ninguém o que faz para sobreviver, "todos sabem que eu sou daqui, todo mundo, quem me... quem não sabe, né?" (Lorena). Quanto a seus filhos, diz que: "eles são contra, ficam bravos, mas e aí? O que é que eu vou fazer? A opinião... o que eles teriam que fazer, é ter crescido, se formado ou trabalhado e me ajudado. Se não me ajudam, não tem que opinar, né?" (Lorena).

Fala que não se considera uma pessoa imoral ou criminosa por utilizar seu corpo como ferramenta de trabalho: "assim como eu sou mulher da praça, eu sou uma dona de casa, eu sou mãe, eu sou, né, uma pessoa que eu... eu mantenho respeito" (Lorena).

No entanto, Lorena admite que sofre preconceito por ser prostituta, "muito, muito preconceito, as pessoas acham que a gente é umas vadias, de vida fácil,

cansamos de ouvir. Os próprios filhos, às vezes amigos dos filhos, ah... como é que eu vou dizer, tem preconceito, não aceitam" (Lorena), e faz um desabafo: "a sociedade nos recrimina, não nos ajuda e ainda nos exclui" (Lorena). Mas, Lorena fala que já foi pior no passado, aparentemente, o preconceito é menor hoje, "sabe, eu acho que era pior antigamente" (Lorena).

Questionada se a regulamentação da prostituição poderia ressignificar positivamente a imagem social vinculada às garotas de programa, ela responde de forma enfática: "olha, eu acho que não. Eu acho que mesmo que legalizasse aqui, não vai... não vai ter como. Vai ser muito difícil ser aceito" (Lorena).

As pessoas vão continuar com preconceito e se tiver uma... eu sempre digo para os meus clientes, se tiver uma festa gay, eles vão lá aplaudir, agora, imagina se eles vão fazer uma festa de puta na avenida, vão nos apedrejar e nos querer, nos, nos... correr a pau daqui. Por que a diferença? (Lorena).

Antes de concluir a entrevista, Lorena fala, sem esconder a felicidade e o orgulho, que, mesmo sozinha e sem a ajuda de ninguém, conseguiu criar e educar seus sete filhos, sempre de forma digna e correta:

Eu vou te dizer para ti ó, eu tenho muito orgulho de mim, porque eu criei, eduquei, ensinei sete filhos. Todos são muito bem-educados, estudam... a maioria se formou, não digo em faculdade, mas terminaram os estudos. E nunca, nenhum foi roubar, foi matar ou foi presidiário, ou foi fichado. Então, como mãe dos meus filhos, sozinha, eu tenho orgulho (Lorena).

Para encerrar, ela faz questão de contar, com satisfação, uma rápida história: "sabe, uma vez eu ganhei um cartão de natal do meu filho que trabalha aqui no centro... ele disse para mim, se ele nascer mil vezes, mil vezes ele queria que eu fosse a mãe dele, porque ele tem orgulho da mãe que ele tem... da mãe guerreira que eu sou e fui" (Lorena).

PARA REPENSAR O DESVIO E O CORPO MERCADORIA

Entre a alteridade de cada vivência e as múltiplas complexidades da atividade, as mulheres ouvidas nessa pesquisa desestabilizam o teor normativo dos discursos que, a todo instante, tentam fazer das sexualidades rotuladas como desviantes uma substância dada, essencializada nos corpos, responsável por

denunciar, quando do seu exercício, traços de anormalidade nos corpos dos sujeitos.

Há, certamente, quem possa – como última alternativa à manutenção do discurso essencialista do 'mau sexo' – associar a entrada voluntária de mulheres no universo do sexo mercadoria, como uma inclinação subjetiva à prática do desvio e imoralidade. Como discutido acima, a prostituição feminina, de fato, não representa apenas um mecanismo de violência patriarcal ou submissão do gênero. A atuação política, com forma de resistência e autonomia identitária, tem sido uma característica marcante dos movimentos que defendem a regulamentação da profissão e, desta forma, a descriminalização do comércio do sexo. Essa situação, evidencia-se pelo fato de que, hoje, muitas mulheres, em cenários múltiplos, adotam a atividade sem sofrer qualquer coação física ou simbólica.

No entanto, no caso específico que aqui foi analisado, a prostituição não foi uma escolha deliberada feita pelas mulheres que trabalham na Praça Coronel Pedro Osório. Se a atuação política existe, ela não faz parte, ao menos de forma clara e objetiva, do cotidiano desse grupo específico de profissionais do prazer. Sem querer reduzir esses sujeitos à condição de vítimas e reforçar as marcas do estigma, ficou evidenciado nos depoimentos apresentados, que uma série de contingências sociais e políticas – que vão desde a desestruturação familiar, estigma e preconceito à falta de educação formal e emprego – foram responsáveis, de maneiras distintas, por levá-las a fazer da prostituição um meio legítimo de sobrevivência e resistência.

Desta forma, se a agência foi colocada em prática por essas mulheres, foi, antes de tudo, para garantir sua sobrevivência e não a busca por prazeres rotulados como imorais ou desviantes. Sendo assim, tentar identificar o desvio, tendo como única referencia o exercício sexualidade, como sendo um produto de estruturas subjacentes, é ignorar, no caso específico da prostituição, a instabilidade e a fragilidade do contexto sociopolítico em que a maioria das mulheres que exercem essa atividade estão inseridas, ou seja, é desconsiderar a existência da fome, do frio, do desemprego e da violência como fatores determinantes da sua escolha e, principalmente, permanência nas ruas.

Portanto, sem querer encerrar a discussão aqui iniciada, entendemos que, na atual conjuntura, não é mais possível admitir que o desvio social, quando analisado pelo viés da sexualidade, seja entendido como parte de uma suposta natureza dos indivíduos. Como defendeu Louro (2015, p. 32), "podemos e devemos duvidar

dessas verdades e certezas sobre o corpo e a sexualidade". Se a prostituição – e outras formas ditas ilegítimas de prazer – ainda estão situadas na periferia da matriz sexual hegemônica, é, principalmente, em razão de uma lógica moralista e elitista que, há pelo menos três séculos, impõe, através de estratégias de poder muito precisas, o silêncio, a exclusão e a subordinação a certas condutas e prazeres frente à sexualidade burguesa dominante, uma sexualidade que, como denunciou Guattari (1996), mais do que fabricar seus próprios prazeres e desejos, produz em seu entorno uma aura de flagrante naturalidade.

Sendo assim, para ressignificar socialmente e politicamente não apenas a prostituição, mas, todas as condutas sexuais que são rotuladas como desviantes pelo discurso hegemônico, será necessário repensar, ou melhor, desconstruir a matriz sexual vigente para, desta forma, denunciar a absoluta arbitrariedade – ou "a naturalidade", como diz Guattari (1996) – de qualquer sistema que tente impor uma hierarquia entre as múltiplas formas de se exercitar a sexualidade e a busca pelo prazer. Para tanto, é preciso, como fez Foucault (1999), analisar a sexualidade, não como um dado imutável da natureza humana, mas, como um dispositivo histórico em perpétuo devir, construído no interior de regimes de verdades tão efêmeros e frágeis como os próprios discursos que os sustentam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das estratégias que levam à imposição do desvio social e, consequentemente, do estigma, tem se configurado como uma importante ferramenta teórica para a compreensão da dinâmica social contemporânea, sobretudo, no que diz respeito às formas como o poder tem sido operacionalizado na sociedade quando o objetivo é a manutenção dos discursos hegemônicos. Desde os trabalhos pioneiros de Émile Durkheim e da escola positivista de criminologia, essa temática têm suscitado discussões acaloradas nos mais variados âmbitos das ciências humanas. No entanto, um consenso a respeito do tema nunca foi ponto pacífico entre as correntes que se dedicaram a compreender as razões que levavam determinados sujeitos e grupos a serem rotulados como desviantes pela sociedade em virtude de suas ações ou omissões. Como discutido no primeiro capítulo, a sucessão de descontinuidades e fraturas teórico-metodológicas, que caracterizaram as análises sobre o desvio no decorrer do século XX, são testemunhos irrefutáveis das dificuldades práticas e arbitrariedades políticas associadas a esse conceito e todos os seus efeitos simbólicos.

Da anomia durkheimiana às teses sobre rotulação social proposta por Howard Becker (2008), as formas de se instituir a patologia social se mostrou, em geral, precária, instável e desprovida de qualquer possibilidade de essencialidade. Se a estrutura oculta antes era vista como um fundamento seguro para explicar as condutas ditas irregulares frente ao regramento social que se tornava crônico, Erving Goffman (2013), por sua vez, escancarou o jogo político existente por trás da imposição do desvio, do estigma ou qualquer outro rótulo que tinha por objetivo destacar as diferenças de maneira depreciativa e oriunda de estruturas universais.

Com a ascensão da *Labeling Theory*, ficou evidente que a anormalidade, em oposição à norma e à regra, tratava-se de um produto eminentemente construído e reconstruído constantemente na interação social. Nesse cenário, a própria norma, como está explícito no trabalho de Canguilhem (2009), passou a ser alvo de contestações e ataques, em especial, por parte daqueles grupos que se encontram às margens do discurso. Sendo assim, o que ocorreu foi um deslocamento sensível em relação ao paradigma hegemônico sobre a análise do desvio, ou seja, a natureza passou a ceder lugar, não sem resistência e não por completo, à cultura na explicação dos fatos sociais considerados inapropriados.

Todavia, como mencionado, a dissolução do paradigma dominante a respeito da origem e propensão do homem para o desvio e delinquência, não se deu por completo nas sociedades modernas. Não faltam aspectos do comportamento humano onde a defesa da essência ainda ocorra de maneira persistente. Nesse sentido, como mostrou Michel Foucault (2005), a sexualidade dos sujeitos se destaca como um caso singular. Como analisado no capítulo dois, o comportamento sexual dos indivíduos, vinculado a uma matriz sexual hegemônica, se configurou, sobretudo nos últimos dois séculos, como a principal característica responsável por garantir inteligibilidade política e social, o que mostra o fôlego do ideal burguêscristão do 'bom sexo', em oposição às formas ditas pecaminosas e desregradas de se buscar o prazer.

Contudo, mesmo esse aspecto, como está explícito em Foucault (1999), não consegue resistir imune ou se sustentar quando submetido ao escrutínio da análise genealógica. Antes de possuir uma origem linear e clara, o sexo tem uma história indistinta e irregular, onde se sobrepõe e se intersectam continuidades e lacunas discursivas. Neste sentido, a busca por uma ordem universal, ou seja, por um domínio único e regular está inscrito numa lógica particular e redutível ao *modus vivendi* da elite social e política das sociedades modernas.

Por esta razão, é justamente nesse aspecto do social onde as estratégias de poder têm se dado de forma mais clara e agressiva, é aqui onde as ortodoxias e tradições mobilizam maior resistência e onde os discursos sobre moralidade e normalidade têm maiores consequências na disciplinarização dos sujeitos, do corpo à sua subjetividade. A instituição compulsória de um padrão sexual, amparado por saberes médicos e psiquiátricos desde o século XIX, atesta a importância que se tem atribuído à sexualidade da população na modernidade. A imposição de um discurso sobre a normalidade do corpo, do sexo e do prazer, teve importância capital nesse processo de regramento social. Contudo, como salientou Miskolci (2005), a normalidade, diferentemente do que se pensa, é um conceito demasiado recente. Na passagem do século XVIII para o XIX, o que se institui não foi o monstro patológico, mas sim, o sujeito normal, e foi a partir desse símbolo arbitrário que houve a classificação de todo um despropósito de condutas e prazeres que surgiram quando houve a cooptação da vida biológica da população pelas estratégias políticas do Estado na era da governamentalidade.

A emergência da biopolítica de Estado, da maneira como foi descrita por Foucault (1999), e os novos saberes sobre o corpo e a mente, foram os principais eventos que possibilitaram a extensão dos mecanismos de normalização pelo tecido social. Nesse novo paradigma, onde a preservação da vida biológica do homem é o objetivo, o poder não tem como função apenas negar, excluir e suprimir a vida, mas de majorar, enquadrar e regular a vida. Nesse contexto, a *Scientia Sexualis* se destaca. Através dos dispositivos de sexualidade, essa ciência dos prazeres, se incumbiu de disciplinar e regular, com acuidade cirúrgica, uma infinidade de 'novas' condutas e corpos que, não obstante, haviam sido produzidos por seus próprios discursos de normalização.

Esse fenômeno, ainda hoje, é responsável pela regulação e rotulação das sexualidades da população. Neste sentido, a matriz sexual hegemônica, constantemente, reifica a noção de uma natureza intrínseca presente na ação e nos corpos dos sujeitos. Esse processo, no entanto, não é uma prerrogativa exclusiva do Estado e seus aparelhos de subjetivação. O senso comum, como mostrou Gayle Rubin (2003), têm participação decisiva na disseminação de discursos sobre a sexualidade, porém, em geral, apenas referendando os ideais burgueses.

Desse processo, como vimos em Butler (2003), não apenas se define o normal e o patológico com referência à conduta sexual. A matriz hegemônica, quando ameaçada em seus fundamentos mais básicos, pode levar à elisão completa de certos sujeitos, ou seja, pela forclusão, o corpo abjeto ganha forma. Nesse contexto, para além do sujeito normal ou anormal, o desumanizado, o não-sujeito, é materializado como um erro, uma impossibilidade lógica frente ao binário homem/mulher, macho/fêmea e, desta forma, relegado aos espaços opacos e precários da heterotopia.

Contudo, segundo a intuição de Margareth Rago (2011), a análise de certas categorias marginalizadas pode contribuir para se repensar e ressignificar os mecanismos implicados na rotulação do desvio social e das sexualidades patológicas e, desta forma, problematizar o estigma e o preconceito que, comumente, é imposto aos sujeitos que não se enquadram às regras e às normas das sociedades normalizadoras. Seguindo por este caminho, seria possível, como defendeu Preciado (2011), também fazer desses mecanismos de sujeição e exclusão, ferramentas de resistência à dominação e assujeitamento, a biopolítica, nesse cenário, não seria mais um mecanismo de normalização auto reprodutor,

estaria dando lugar às potências de vida como reação à dominação do discurso hegemônico. Estas indicações teóricas e metodológicas nos levaram à análise da prostituição como forma de repensar, não apenas as sexualidades rotuladas como anormais, mas o próprio desvio enquanto construto social.

Ao adotar a prostituição como categoria de análise, não havia a pretensão de uma cruzada em defesa de uma categoria ou prática, em detrimentos de outras. A meta traçada era, justamente, propor a desconstrução da ideia corrente sobre as sexualidades dos sujeitos, então vinculadas a uma matriz ontológica, onde o 'bom' e 'mau' sexo estariam naturalizados nos corpos, levando, desta maneira, a uma hierarquização do prazer. Nesse sentido, compreender os motivos relacionados à manifestação da agência era fundamental para denunciar os efeitos do poder na constituição de subjetividades e manutenção do *status quo* vigente.

A pesquisa empírica foi desenvolvida na Praça Coronel Pedro Osório, em Pelotas/RS, local conhecido por ser um dos principais e mais antigos pontos de prostituição e cafetinagem da Região Sul. Portanto, as mulheres entrevistadas, fazem parte de um recorte específico e restrito dentro do mercado do sexo, ou seja, a prostituição praticada por sujeitos oriundos de classes subalternas da sociedade, assim sendo, os resultados dessa pesquisa não podem ser generalizados para sustentar análises realizadas em outros segmentos desse mercado.

Inicialmente, as seis mulheres participantes da pesquisa não apresentavam traços que as diferenciasse de maneira substancial. Todavia, as histórias narradas por Cristiane, Suzana, Nika, Marisa, Samanta e Lorena, mostraram que a homogeneidade era apenas um aspecto aparente entre essas profissionais do sexo. Como analisado, cada vivência se desenrolou de maneira singular, mesmo onde os contextos eram, aparentemente, similares. Se a prostituição é uma realidade para todas, seus efeitos, no entanto, são de ordens distintas.

Os dramas compartilhados por essas mulheres, mostram que, com exceção de Cristiane, a prostituição não foi uma escolha deliberada, feita entre outras opções. O medo da fome, do desemprego e de não ter um teto, são apenas algumas das contingências sociais que levaram essas mulheres às ruas em busca de uma forma digna de sobrevivência. Essa mesma situação, não obstante, foi responsável por fazer com que permaneçam nessa atividade. Sem outras opções, a prostituição, de forma geral, se configura como única fonte de renda para a manutenção das necessidades básicas dessas profissionais e suas famílias.

Como consequência à fragilidade social e política, as mulheres aqui analisadas, se tornaram sujeitos quase passivos num cenário de violências simbólica e física. Nesse sentido, para além dos conhecidos perigos de estarem expostas a uma série de doenças, outras mazelas intrínsecas à atividade fazem parte dos seus cotidianos. O alcoolismo, o consumo de drogas e a crescente violência urbana, para citar apenas alguns, são temores constantes que assombram as mulheres que se prostituem na praça do chafariz.

No entanto, é na análise dos relatos sobre preconceito e estigma, que é possível constatar o quanto os discursos ortodoxos sobre a sexualidade ainda resistem e agem na manutenção de ideais moralistas. Com exceção de Nika, todas relatam terem sido, em algum momento, vítimas de alguma forma de preconceito em razão da atividade que exercem. As hostilidades e injúrias, em geral, estão relacionadas às supostas degradações da moral e dos bons costumes da família tradicional ou à disseminação de patologias venéreas, o que reflete os efeitos dos discursos moralistas e médio-higienistas que hegemonizam os ideais sobre sexualidade nas sociedades desde o final do século XIX.

Em razão dessa situação, elas, apesar de não verem sua atividade como uma afronta à moral e dignidade humana, ou mesmo como uma agressão aos setores conservadores da sociedade, não escondem que uma possível regulamentação da atividade poderia contribuir para reconstruir a imagem social da prostituição e das pessoas que, direta ou indiretamente, estão envolvidas com essa atividade. Porém, a incredulidade quanto à aceitação da atividade também é compartilhada por essas mulheres. Em virtude da experiência construída no dia a dia das ruas, poucas creem que, mesmo sendo reconhecida como uma atividade comum, a prostituição terá, num futuro próximo, sua imagem social ressignificada junto à população. Portanto, a regulamentação, por si só, não representa, para estas mulheres, um passo definitivo para o fim do preconceito e da estigmatização dos indivíduos que se dedicam a essa profissão. Será necessário mais que isso. É preciso radicalizar as estratégias de resistência e ressignificar os próprios conceitos de vida, corpo e desejo, para usar a expressão de Deleuze e Guattari (1992), é preciso desterritorializar as verdades.

Sendo assim, para repensar e ressignificar o desvio social e as sexualidades desviantes, será necessário, num primeiro momento, desconstruir o paradigma essencialista para, em seguida, denunciar a precariedade de qualquer sistema que tente ontologizar condutas, corpos e desejos. Desta forma, será possível fazer da

vida, das potências de vida, um instrumento de resistência ou, como defende Pelbart (2003, p. 66), "só quando a vida deixar de ser concebida como um mero fato poderá tornar-se um leque de possibilidades. Apenas então se pode pensar a conjunção indissociável entre vida e forma-de-vida". No entanto, é preciso, como alertou Guattari (1996), ter cuidado para, no processo de reconhecimento das diferenças e identidades marginalizadas, não reificar como legítimos os mesmos mecanismos que outrora foram utilizados para silenciar e excluir esses corpos rotulados como indesejáveis. Desta forma, somente um discurso plural e, realmente, democrático, construído na convergência entre saberes periféricos e hegemônicos, poderá representar uma alternativa factível na luta cotidiana pelo reconhecimento social e aceitação daqueles sujeitos que, relegados às margens da sociedade, anseiam por representação e direito à existência política.

REFERÊNCIAS

ABIB, José Damásio. Ensaio sobre desenvolvimento humano na pós-modernidade. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá/PR, v. 13, n. 3, pp. 417-427, jul./set. 2008.

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Revista Outra travessia**, Florianópolis/SC, v. 2, n. 5, pp. 09-16, jul./dez. 2005.

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2005.

ALMEIDA, Flávia Leme. **O feminino na arte e a arte do feminino**: movimentos libertários do século. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. **A Pedagogia do sexo em O Ateneu**: o dispositivo de sexualidade no internato da 'fina flor da mocidade brasileira'. 2009. 124p. Dissertação (mestrado). Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade de São Carlos, 2009.

BARROS, Lúcio Alves. **Mariposas que trabalham**: uma etnografia da prostituição feminina na região central de Belo Horizonte. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo II**: a experiência vivida. 2. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

BECKER, Howard. E Mozart? E o assassinato? **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 29, n. 86, pp. 05-13, out./nov. 2014.

BECKER, Howard. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BELUCHE, Renato. **O corte da sexualidade**: o ponto de viragem da psiquiatria brasileira no século XIX. São Paulo: Annablume, 2008.

BLUMER, Herbert. A sociedade concebida como uma interação simbólica. In: BIRNBAUM, Pierre; CHAZEL, François (Org's.). **Teoria sociológica**. São Paulo: Edusp, 1977.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BUTLER, Judith. In: PRINS, Baukje; MEIJER, Irene Costera. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 10, n. 1, pp. 155-167, jan. 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

COLLINS, Randall. Quatro tradições sociológicas. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

COSTA, Antônio Carlos Luz. O campo de detecção de normas e desvios. **Dilemas**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 115-138, out./dez. 2008.

COSTA, Clarice; FOUCHY, Maiquel. Vale a Vida apresenta o mapa da prostituição em Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas/RS, 10 out. 2004. Disponível em: http://srvnet.diariopopular.com.br/10_10_04/aa081001.html. Acessado: em 23 mar. 2016.

COULON, Alain. A escola de Chicago. Campinas/SP: Papirus, 1995.

CUSSON, Maurice. Desvio. In: BOUDON, Raymond (Org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

DELEUZE, Gilles. Conversações: 1972-1990. São Paulo: Ed. 34, 1994.

DELEUZE, Gilles. Nietzsche e a filosofia. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é a filosofia? São Paulo: Ed. 34, 1992.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Meninas da noite**: a prostituição de meninas-escravas no Brasil. 16. ed. São Paulo: Ática, 2000.

DOMINGUES, Roberto Chateaubriand. Profissionais do sexo: de objetos a agentes de transformação. In: SILVA, Roberto Guimarães (Org.). **Ação e vida**: respostas à epidemia de HIV/AIDS em Belo Horizonte. Belo Horizonte: Sec. Mun. de Saúde, 1996.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DUCHATELET, Alexandre Parent. **História da prostituição**: Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna. São Paulo: Ed. Júpiter, 1955.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 3. ed. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

DURKHEIM, Émile. O suicídio. São Paulo: Martin Claret, 2003.

FERREIRA, Pedro Moura. Infracção e censura: representações e percursos da sociologia do desvio, **Revista Análise Social**, Lisboa, Portugal, v. 34, n. 151/152, pp. 635-667, abr./set. 1999.

FONTOURA, Jara Lourenço. **Praça Coronel Pedro Osório, o outro lado do negócio**: um olhar sobre a complexidade e a contextualização do viver. Pelotas: Ed. UCPEL, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade v. 1**: a vontade de saber. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade v. 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos III** - Estética: Literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. Poder e verdade. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 39. ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

FREITAS, Otávio. Histórico e causas da prostituição. In: FREITAS, Otávio (Org.). **A prostituição é necessária?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaios sobre o comportamento face a face. 2. ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2012.

GUATTARI, Félix. Minoria, marginalidade, autonomia, alternativa: o devir molecular. In: GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely (Org's.). **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1996.

GUIMARÃES, Roberto Mendes. **Prostituição**: patologia, trabalho prazer? O discurso de mulheres prostitutas. 2007. 287p. Dissertação (mestrado). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, 2007.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. 2. ed. São Paulo: Ed. Vertice, 1990.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Ed. Lamparina, 2014.

JOAS, Hans. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org's.). **Teoria social hoje**. São Paulo: Ed. UNESP, 1999.

KEMPADOO, Kamala. Mudando o debate sobre o tráfico de mulheres. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 2, n. 25, pp. 55-78, jul./dez. 2005.

LACLAU, Ernesto. Emancipación y diferencia. Buenos Aires: Ariel, 1996.

LALLEMENT, Michel. **História das ideias sociológicas v. 2**: de Parsons aos contemporâneos. 4. ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 2012.

LEITE JÚNIOR, Jorge. Transitar para onde? Monstruosidade, (des)patologização, (in)segurança social e identidades transgêneras, **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 20, n. 2, pp. 559-568, maio/ago. 2002.

LIMA, Rita de Cássia Pereira. Sociologia do desvio e interacionismo. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 1, n. 13, pp. 185-201, maio/jun. 2001.

LINS, Regina Navarro. **A cama na varanda**: arejando nossas ideias a respeito de amor e sexo. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

LOPES, Luiz Paulo. **Discursos de identidades**: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça, idade e profissão na escola e na família. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MACHADO, Roberto. **Ciência e saber**: a trajetória da arqueologia de Michel Foucault. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

MAIA, Antônio Carlos. Sobre a analítica do poder de Foucault. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 7, n. 1/2, pp. 83-103, out. 1995.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples**: cotidiano e história da modernidade anômala. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Prostituição à Brasileira**. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MENDONÇA, Daniel; RODRIGUES, Léo. **Pós-estruturalismo e teoria do discurso**: em torno de Ernesto Laclau. Porto Alegre: Ed. PUCRS, 2008.

MERTON, Robert. Sociologia: teoria e estrutura. São Paulo: Ed. Mestre Jou, 1970.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. **Revista Teoria e pesquisa**, São Carlos/SP, v. 1, n. 47, pp. 09-41, jul./dez. 2005.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 1, n. 34, pp. 101-128, jan./jun. 2007

MISKOLCI, Richard. Reflexões sobre normalidade e desvio social. **Estudos de Sociologia**, Araraquara/SP, v. 7, n. 13/14, pp. 109-126, jan./dez. 2003.

MOURA, Cristina Patriota de. Resenha. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, pp. 588-591, out. 2009.

NETO, Osvaldo Bastos. O Conceito de Desvio na Teoria Social Contemporânea: modernidade e controle. **Domus**: Revista de Teoria política, social e Cidadania, Salvador, v. 1, n. 1, pp. 01-36, jan./jun. 2004.

NUNES, Leandro Gornicki. Construção social do desvio e da criminalidade no Brasil neoliberal. **Revista da Associação dos Juízes do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 38, n. 123, pp. 162-186, set. 2011.

PARSONS, Talcott. Papel e sistema social. In: CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio (Org's.). **Homem e Sociedade**: leituras básicas de sociologia geral. 12. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

PASINI, Elisiane. Prostituição e a Liberdade do Corpo. In: **Conferencia do Centro latino-americano em sexualidade e direitos humanos**. Rio de Janeiro: CLAM, 2005.

PELBART, Peter Pál. Vida capital: ensaios de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PELÚCIO, Larissa. **Abjeção e desejo**: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: Annablume, 2009.

PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. A prevenção do desvio: o dispositivo da AIDS e a repatologização das sexualidades dissidentes. **Sexualidad, Salud y Sociedad** - Revista Latinoamericana, v. 1, n. 1, pp. 125-157, jan./dez. 2009.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINHEIRO, Luiz Carlos Marques. **A Pelotas que eu vivi**: crônicas. Pelotas: Edição Consolidada, 2013.

PINHEIRO, Luiz Carlos Marques. **Baú de ossos**: crônicas. Pelotas: Edição Consolidada, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Apresentação: gênero no mercado do sexo. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 2, n. 25, pp. 07-23, jul./dez. 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 03-15, jan./jun. 1989.

PRECIADO, Beatriz. Entrevista com Beatriz Preciado, por Jesús Carrillo. **Revista Poiésis**, Niterói/RJ, v. 1, n. 15, pp. 47-71, jul. 2010.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**: praticas subversivas de identidade sexual. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos 'anormais'. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis/SC, v. 19, n. 1, pp. 11-20, jan./jun. 2011.

RAGO, Margareth. A prostituição ontem e hoje. In: GRILLO, José; GARRAFFONI, Renata; FUNARI, Pedro (Org's). **Sexo e Violência**: Realidades antigas e questões contemporâneas. São Paulo: Annablume, 2011.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROBERTS, Nickie. **As prostitutas na história**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1998.

RODRIGUES, Marlene Teixeira. A prostituição no Brasil contemporâneo: um trabalho como outro qualquer? **Revista Katál**, Florianópolis/SC, v. 12, n. 1, pp. 68-76, jan./jun. 2009.

ROLNIK, Suely. Apresentação. In: GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely (Org's.). **Micropolítica**: cartografias do desejo. 4. ed. Petrópolis/RJ: Ed. Vozes, 1996.

ROSSIAUD, Jacques: A prostituição na Idade Média. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1991.

RUBIN, Gayle. Pensando sobre sexo: notas para uma teoria radical da política da sexualidade. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 2, n. 21, pp. 01-88, jul./dez. 2003.

SALIH, Sara. Judith Butler e a teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SCOTT, Joan. A invisibilidade da experiência. **Projeto História**, São Paulo, v. 16, n. 1, pp. 297-325, jan./jun. 1998.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas/SP, v. 1, n. 28, pp. 19-54, jan./jun. 2007.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia clássica**. 4. ed. Itajaí/SC: Ed. Univale, 2006.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 2004.

SILVA, Gilvan Ventura da. Desvio social, exclusão e estigmatização: notas para o estudo da história dos marginais. **Revista Dimensões**, Vitória/ES, v. 23, n. 1, pp.13-29, jan./dez. 2009.

SILVA, Ronaldo Alves. **As práticas informacionais das profissionais do sexo da zona boêmia de Belo Horizonte**. 2008. 170p. Dissertação (mestrado). Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

SOTO, William Héctor Gómez. Ideologia e sociologia. In: RODRIGUES, Léo Peixoto; SPOLLE, Marcus Vinícius (Org's.). **Sociologia**: conexões pertinentes. Pelotas: Ed. UFPEL, 2012.

STRATHERN, Paul. Foucault em 90 minutos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

SWAIN, Tânia Navarro. Por um saber libertário, para além das evidências. In: NETO, Alfredo Veiga; BRANCO, Guilherme Castelo (Org's.). **Foucault**: filosofia & política. São Paulo: Autêntica, 2011.

SWAIN, Tânia Navarro. Banalizar e naturalizar a prostituição: violência social e histórica. **Revista Unimontes científica**, Montes Claros/MG, v. 6, n. 2, pp. 23-28, jul./dez. 2004.

TEIXEIRA, Alessandra. **Construir a delinquência, articular a criminalidade**: um estudo sobre a gestão dos ilegalismos na cidade de São Paulo. São Paulo: Edusp, 2015.

TERTO JUNIOR, Veriano de Souza. Essencialismo e construtivismo social: limites e possibilidades para o estudo da homossexualidade. **Scientia Sexualis** - Revista do Mestrado em Sexologia, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, pp. 23-42, jan./dez. 1999.

TIEFER, Leonore. Uma perspectiva feminista sobre sexologia. In: GERGEN, Mary (Org.). **O Pensamento feminista e a estrutura do conhecimento**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VELHO, Gilberto. **Desvio e divergência**: uma crítica da patologia social. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.